



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Campus Presidente Prudente

AMANDA BEATRIZ CARRARA DA FONSECA

**QUANDO O ESTIGMA TERRITORIAL REFORÇA A
FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL: JARDIM MORADA DO SOL E
VILA MARINA EM PRESIDENTE PRUDENTE/ SP**

AMANDA BEATRIZ CARRARA DA FONSECA

**QUANDO O ESTIGMA TERRITORIAL REFORÇA A
FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL: JARDIM MORADA DO SOL E
VILA MARINA EM PRESIDENTE PRUDENTE/ SP**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Presidente Prudente-SP, para obtenção do grau de Bacharelado em Geografia.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Maria Encarnação Beltrão Sposito

F676q	Fonseca, Amanda Beatriz Carrara da Quando o estigma territorial reforça a fragmentação socioespacial : Jardim Morada do Sol e Vila Marina em Presidente Prudente/ SP / Amanda Beatriz Carrara da Fonseca. -- Presidente Prudente, 2025 145 p. : tabs., fotos, mapas Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientadora: Maria Encarnação Beltrão Sposito 1. estigma territorial. 2. fragmentação socioespacial. 3. mobilidade urbana. 4. Presidente Prudente. I. Título.
-------	--

DECLARAÇÃO

Eu, **Profª Drª Maria Encarnação Beltrão Sposito**, declaro que a aluna **Amanda Beatriz Carrara da Fonseca**, , cumpriu, sob minha orientação, 180 horas de Estágio Supervisionado e Trabalho de Graduação do Curso de Bacharelado em Geografia, desta Faculdade.

Título de Monografia: ***"Quando o Estigma Territorial Reforça a Fragmentação Socioespacial: Jardim Morada do Sol e Vila Marina em Presidente Prudente/ SP."***

A Monografia foi apresentada, em defesa pública, no dia **09 de dezembro de 2025**, às 14h00min, na sala de reuniões do GASPERR da Faculdade de Ciências e Tecnologia UNESP Presidente Prudente.

Após as arguições e defesa do(a) candidato(a), eu, mais os membros da banca arrolados abaixo, atribuímos a nota 10 (dez).

Presidente Prudente, 09 de dezembro de 2025.

BANCA AVALIADORA	ASSINATURAS
Profª Drª Maria Encarnação Beltrão Sposito (Orientadora)	 Documento assinado digitalmente MARIA ENCARNACAO BELTRAO SPOSITO Data: 12/12/2025 17:46:33-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Ma. Renata Cristina Rizzon	 Documento assinado digitalmente RENATA CRISTINA RIZZON Data: 13/12/2025 12:04:09-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Profª Drª Ana Carolina Dos Santos Marques	 Documento assinado digitalmente ANA CAROLINA DOS SANTOS MARQUES Data: 13/12/2025 07:06:18-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

AGRADECIMENTOS

Quero primeiramente agradecer a Deus. Em seguida, à minha família, que esteve sempre presente ao meu lado, dando-me apoio nos momentos em que mais precisei.

Não achei que fosse ser tão difícil e, ao mesmo tempo, tão fácil agradecer a todos que fizeram essa pesquisa possível. São muitas as pessoas a quem sou grata, por conta disso, não citarei o nome de todos, para não deixar ninguém de fora, mas aqui estão os meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço à minha mãe, Ivanete, meu maior exemplo. Agradeço por todo o incentivo, por me ajudar e confiar em mim. Estendo os agradecimentos ao meu pai, Jair, por todos os momentos que tivemos juntos, por sempre me ouvir. Por fim, ao meu irmão mais novo, o Guilherme, pela parceria.

Gostaria de agradecer, especialmente, à minha orientadora, Maria Encarnação Beltrão Sposito, pela paciência e pelos ensinamentos ao longo do processo, foi muito inspirador e desafiador. Agradeço por cada reunião que se tornaram verdadeiras aulas e pela oportunidade que me deu. Sem sua orientação, este trabalho não teria sido realizado.

Ao grupo de pesquisa GASPERr e aos colegas que lá fiz, a quem tenho muito a agradecer, pelos momentos de ajuda e também de descontração, pois vocês foram muito importantes.

Agradeço também aos meus amigos e colegas de graduação, pois com vocês os anos na faculdade foram leves. Obrigada pelos momentos juntos, levarei cada um de vocês comigo. Também sou grata aos amigos que tenho desde o meu ensino fundamental, que mesmo indiretamente fizeram parte dessa minha jornada.

À FCT Unesp, pela oportunidade de cursar o ensino superior em uma faculdade gratuita e de qualidade, e pela importância que atribui à pesquisa, ensino e extensão. Estar em uma universidade pública foi além de uma experiência que me formou enquanto profissional.

Também não posso deixar de mencionar e agradecer os professores da graduação, que me inspiraram e me incentivaram a entrar na pesquisa.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente com a pesquisa, aos que colaboraram nas atividades de campo, principalmente incluindo os moradores dos bairros Vila Marina e do Jardim Morada do Sol, sem os quais essa pesquisa não seria possível.

Por fim, registro o meu agradecimento à FAPESP. O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2024/04060-2, a qual evoluiu para este trabalho de monografia.

RESUMO

Esta monografia apresenta, a partir de um estudo comparativo, o estudo de dois bairros em Presidente Prudente/SP, investigando aspectos relativos às desigualdades socioespaciais, associadas ao residir em territórios estigmatizados, o que acaba se refletindo no sentido prático do habitar a cidade. À medida em que as relações espaciais se tornam mais complexas, a ideia de fragmentação socioespacial constitui uma ferramenta conceitual importante para a análise das lógicas que orientam a produção do espaço. A pesquisa foi orientada pelo objetivo de compreender as desigualdades socioespaciais comparando e relacionando o cotidiano de moradores da Vila Marina e do Jardim Morada do Sol e como elas se expressam em diferentes perspectivas, com foco em práticas espaciais que afetam os cidadãos tanto objetivamente quanto subjetivamente. O estudo fundamenta-se nos conceitos de fragmentação socioespacial, estigma territorial e mobilidade urbana, que ajudam a apreender a lógica de divisão social do espaço, que gera ou reforça estigmas e imaginários sociais. Do ponto de vista metodológico, o encaminhamento da pesquisa ocorreu por meio de procedimentos qualitativos. A inserção de informações sistematizadas e representadas cartograficamente também foi valorizada na pesquisa. Como resultado da pesquisa, concluímos que a estigmatização dos territórios estudados não surge do acaso, ela se apoia em desigualdades históricas, reforçadas e ampliadas por políticas públicas. A combinação entre condições objetivas de precariedade e representações negativas de um imaginário social, molda o modo como os moradores vivenciam a cidade. Enquanto a Vila Marina enfrenta o estigma associado à linha férrea, como barreira material e simbólica, o Jardim Morada do Sol representa uma perspectiva de conteúdos mais objetiva do estigma, orientada pela distância e as dificuldades de acesso ao conjunto do espaço urbano.

Palavras-Chave: estigma territorial; fragmentação socioespacial; mobilidade urbana; Presidente Prudente.

ABSTRACT

This monograph presents, through a comparative study, the analysis of two neighborhoods in Presidente Prudente/SP, investigating aspects related to socio-spatial inequalities associated with living in stigmatized territories, which ultimately reflects on the practical sense of inhabiting the city. As spatial relationships become more complex, the idea of socio-spatial fragmentation constitutes an important conceptual tool for analyzing the logics that guide the production of space. The research was guided by the objective of understanding socio-spatial inequalities by comparing and relating the daily lives of residents in Vila Marina and Jardim Morada do Sol, examining how these inequalities are expressed across different perspectives, with a focus on spatial practices that affect citizens both objectively and subjectively. The study is grounded in the concepts of socio-spatial fragmentation, territorial stigma, and urban mobility, to apprehend the logic of social division of space that generates or reinforces social stigmas and imaginaries. From a methodological standpoint, the research was conducted through qualitative procedures. The inclusion of systematized information represented cartographically was also prioritized. As a result of the research, we conclude that the stigmatization of both territories does not arise by chance; it is supported by historical inequalities, reinforced and amplified by public policies. The combination of objective conditions of precariousness and negative representations within a social imaginary shapes how residents experience the city. While Vila Marina faces the stigma associated with the railway line as a material and symbolic barrier, Jardim Morada do Sol represents a more objective perspective of stigma, driven by distance and the difficulties of accessing the urban space as a whole.

Key-Words: Territorial Stigma; Socio-spatial Fragmentation; Urban Mobility; Presidente Prudente.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Presidente Prudente. Classes Altimétricas.....	33
Figura 2: Presidente Prudente. Planta do bairro Vila Marina, 1963.....	49
Figura 3: Presidente Prudente. Perfil Topográfico da Rua Salvador Zangari, Vila Marina....	52
Figura 4: Vila Marina. Registros de campo da vista do bairro.....	55
Figura 5: Vila Marina. Subdivisão do lote. 2024.....	56
Figura 6: Vila Marina. Equipamentos e Serviços Urbanos. 2025.....	60
Figura 7: Plano urbano do loteamento Jardim Morada do Sol, 1894.....	64
Figura 8: Jardim Morada do Sol. Padrão dos imóveis residenciais. 2024.....	67
Figura 9: Jardim Morada do Sol. Calçada com entulhos, dificultando a passagem. 2024.....	67
Figura 10: Jardim Morada do Sol. Mudança da função original do imóvel para estabelecimentos religiosos. 2024.....	68
Figura 11: Jardim Morada do Sol. Equipamentos e Serviços Urbanos. 2025.....	71

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Presidente Prudente. Esquema das tendências da expansão territorial urbana. 1917 - 1982.....	32
Mapa 2: Presidente Prudente. Situação Espacial do Jardim Morada do Sol e da Vila Marina. 2024.....	43
Mapa 3: Presidente Prudente. Áreas de inclusão e exclusão social. 2014.....	44
Mapa 4: Presidente Prudente. Estruturação espacial. 2024.....	45
Mapa 5: Presidente Prudente, Vila Marina. As unidades de paisagem. 2025.....	58
Mapa 6: Presidente Prudente. Situação Espacial das pessoas pretas e pardas. 2022.....	95
Mapa 7: Presidente Prudente. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. 2010.....	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perfis dos entrevistados.....	19
Quadro 2: Modelo de quadro para Sistematização das Entrevistas.....	22
Quadro 3: Modelo de quadro para sistematização dos grupos focais.....	25
Quadro 4: Critérios para definição das unidades de paisagem.....	57
Quadro 5: Caracterização das diferentes Unidades de Paisagem. Área de estudo.....	58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. METODOLOGIA.....	17
1.1 Entrevistas Semiestruturadas.....	18
1.2 Grupos Focais.....	23
1.3 Cartografia.....	28
2. CONTEXTO HISTÓRICO E ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE.....	29
2.1 A expansão territorial e as novas morfologias urbanas.....	30
2.2 O Espaço urbano nas cidades sob fragmentação socioespacial.....	34
2.3 Políticas Habitacionais: Segregação Socioespacial e o acesso à Cidade.....	37
2.4 O espaço urbano, as formas simbólicas espaciais e o imaginário social.....	39
3. NARRATIVAS E ESTRUTURAS ESPACIAIS.....	42
3.1 As objetividade e subjetividades que levam à estigmatização.....	42
3.1.1 O estigma e seus sujeitos.....	46
3.1.2 Estigma territorial.....	47
3.2 Vila Marina: : A Barreira Simbólica como Estigma Territorial.....	48
3.2.1 “Ela é uma linha férrea, mas ao mesmo tempo ela funciona como uma linha de classificação social”.....	51
3.2.2 Caracterização do bairro.....	54
3.2.3 “Ah, esse lado nosso da cidade é esquecido...”.....	59
3.3 Jardim Morada do Sol: A Distância como Estigma Territorial.....	63
3.3.1 Caracterização do loteamento.....	66
3.3.2 “Aqui é bem abandonado.”.....	69
3.3.3 “Eu acho bom morar aqui, o ruim é só a distância, eu acho muito longe do centro”.....	73
4. ANÁLISE COMPARATIVA.....	79
4.1 Semelhanças.....	80
4.1.1 Negação do direito: “Porque é periferia”.....	81

4.1.2 Sentimentos de pertencimento: “O meu lugar”	86
4.2 Diferenças.....	88
4.2.1 “Tem um certo preconceito...”	89
4.2.2 “Onde você mora”	97
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	105
ANEXO 1: Roteiro das Entrevistas semiestruturadas.....	111
ANEXO 2: Grupo Focal, Vila Marina.....	113
ANEXO 3: Grupo Focal, Jardim Morada do Sol.....	114
ANEXO 4: Sistematização das entrevistas.....	115

INTRODUÇÃO

A monografia é resultado da pesquisa de iniciação científica, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)¹.

No presente trabalho, temos como objetivo refletir sobre os aspectos relacionados às desigualdades socioespaciais presentes no espaço urbano com foco na análise do estigma territorial, nas cidades sob processo de fragmentação socioespacial, avaliando como elas se expressam em diferentes perspectivas, tanto objetiva quanto subjetivamente. A investigação foi realizada a partir da análise de dois bairros da cidade de Presidente Prudente, no estado de São Paulo.

Para isso, direcionamos a investigação tomando como base os conceitos de mobilidade e acessibilidade urbanas, que possibilitam averiguar a lógica de divisão social do espaço que orienta a estruturação da cidade e que pode gerar ou reforçar estereótipos.

Além disso, buscamos entender também a linha férrea, que corta o tecido urbano da cidade, como base e símbolo da diferenciação socioespacial e da constituição de subjetividades que levam à estigmatização do território e dos moradores dos setores que estão além dela, em relação ao centro principal.

A análise é feita por meio da comparação e da relação entre as práticas espaciais dos moradores da Vila Marina e do Jardim Morada do Sol, dois bairros que estão “além linha”, ainda que em situações espaciais diversas, com o intuito de aprender diferenças e similitudes nos processos de estigmatização territorial.

Com esses objetivos e orientados pela valorização das práticas espaciais, nossa pesquisa parte de uma perspectiva histórica e de base conceitual teórica para compreender as transformações socioespaciais ao longo do tempo, bem como as representações construídas pelos diferentes agentes sociais e as vivências cotidianas dos cidadãos, refletindo sobre as barreiras que enfrentam no espaço urbano. Nesse sentido, priorizamos a sistematização dos relatos cotidianos dos moradores, obtidos a partir de observações de campo, entrevistas semiestruturadas e grupos focais, como estratégias fundamentais para acessar tanto as práticas materiais quanto das dimensões simbólicas que estruturam o território e as formas de apropriação do espaço urbano, como será detalhado na próxima seção desta monografia.

Partindo da análise dessas duas áreas e de sua inserção no espaço urbano, por meio da pesquisa, buscamos discutir como o fato de residir em territórios estigmatizados -

¹ Processo 2024/04060-2.

frequentemente associados à violência, considerados “perigosos” ou com pouco prestígio social - impacta, na prática, sobre o modo de habitar a cidade.

No campo analítico, que abrange as atividades do cotidiano no tempo e no espaço, também discutimos como as diferenças na realização da mobilidade urbana se configuram como um processo de reprodução de grupos e classes sociais, determinadas por fatores econômicos, políticos e sociais (Vasconcellos, 2001). Entendemos que a divisão social do espaço estabelece uma relação de hierarquização entre os lugares e do acesso a eles, assim como influencia diretamente na forma como a mobilidade urbana é realizada, sendo o local de residência um fator determinante entre as múltiplas formas de diferenciações no espaço.

A análise foi realizada em dois bairros em Presidente Prudente/SP. Por meio dessa monografia, pretendemos demonstrar algumas tendências que sintetizamos nesta Introdução nos parágrafos que se seguem.

O Jardim Morada do Sol situa-se no extremo norte da cidade. Além da estigmatização territorial, seus moradores lidam com a restrição da mobilidade urbana e as dificuldades de acessibilidade ao conjunto do espaço urbano. O outro é a Vila Marina, um bairro situado na Zona Leste da cidade, conhecido como “para baixo da linha”, onde os moradores enfrentam o estigma territorial, influenciando em seus cotidianos, ainda que estejam próximos da área central, o que lhes favorece a acessibilidade a esse setor da cidade.

A partir de uma perspectiva objetiva, a mobilidade e a acessibilidade restringidas mostraram-se variáveis mais presentes no cotidiano dos moradores do Jardim Morada do Sol, como fator determinante para a segregação e a fragmentação socioespacial, expressas e vivenciadas no cotidiano, enquanto os resultados da pesquisa mostram que tais variáveis têm menor peso no dia-a-dia dos moradores da Vila Marina. No campo subjetivo, outra dimensão que buscamos apreender com a investigação realizada, assenta-se na constatação de que os moradores de locais afastados sofrem com o estigma gerado por uma divisão social do espaço marcada por maior distância das áreas mais bem dotadas de infraestrutura, equipamentos e serviços.

Um ponto importante em que se alicerça a análise proposta está no fato de que a formação e a expansão da cidade de Presidente Prudente foram orientadas pela linha férrea, gerando uma dicotomia em sua expansão territorial e estruturação espacial, submetendo as áreas situadas a leste e norte dessa linha, como é o caso dos dois bairros em estudo, a um processo de diferenciação socioespacial mais intenso.

Realizar observações nas duas áreas e reflexões a partir delas contribuiu para compreender como esses processos, que reforçam a fragmentação socioespacial, atingem

diretamente o habitar e o acesso à cidade, com consequências que acabam sendo impostas aos habitantes. Segundo Sposito e Góes (2013), agentes hegemônicos combinam esforços que perpetuam as desigualdades, criando “barreiras materiais e imateriais”, adotando estratégias de separação e dominação de uns em relação aos outros.

A produção desse trabalho também teve relação com o projeto temático “Fragmentação Socioespacial e Urbanização Brasileira: Escalas, vetores, ritmos e formas” (FragUrb). Em função dessa vinculação, adotamos a análise fragmentária como perspectiva para compreender a cidade média contemporânea, que, no cenário atual de intensificação da fragmentação socioespacial, impõe a necessidade de reanalisar as lógicas que orientaram a produção do espaço urbano em períodos anteriores, sobretudo aquelas baseadas na relação centro-periferia (Sposito; Góes, 2013).

A fragmentação socioespacial, compreendida como um processo multidimensional, é adotada neste trabalho principalmente como forma de contextualizar o estigma territorial, analisando-o como parte do processo maior, a fim de compreender as contradições do espaço urbano de Presidente Prudente. Além disso, enquanto elemento da vida urbana, a fragmentação socioespacial manifesta-se de modo concreto na mobilidade cotidiana dos cidadãos, influenciando “o acesso desigual dos diferentes segmentos sociais aos serviços e espaços urbanos” (Sposito; Sposito, 2020, p. 6).

Nesse sentido, práticas espaciais materializadas e representadas sob a forma de estigma territorial, a partir da constituição de barreiras materiais e simbólicas no espaço urbano, atribuem a determinados territórios uma condição generalizada de “perigosidade” e “violência”, produzindo separações e evitamentos entre os diferentes segmentos sociais. Ao submeter os espaços e seus moradores a uma lógica constante de diferenciação hierarquizada, o estigma territorial atua como um mecanismo que reforça o processo de fragmentação socioespacial, incidindo sobre os territórios e seus cidadãos e influenciando práticas, políticas públicas e vivências cotidianas.

Assim, ao adotar a fragmentação socioespacial como elemento de contextualização e leitura do espaço urbano de Presidente Prudente, compreendida como um processo em curso que intensifica desigualdades e aprofunda a segregação socioespacial historicamente orientada pela relação centro-periferia, a mobilidade e a acessibilidade urbana assumem papel central para compreender os limites e as potencialidades dos cidadãos, a partir da perspectiva da justiça espacial e do direito à cidade.

A monografia está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo destina-se à descrição dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. O segundo capítulo

apresenta a contextualização histórica e a estruturação espacial da cidade de Presidente Prudente, abordando a fragmentação socioespacial e as formas de segregação socioespacial intensificadas, sobretudo, pelas políticas habitacionais e pelo acesso desigual à cidade. O terceiro capítulo articula o debate teórico-conceitual sobre estigma territorial à análise empírica dos dois recortes espaciais investigados – Vila Marina e Jardim Morada do Sol – discutindo como diferentes estruturas espaciais e simbólicas contribuem para processos de estigmatização. No quarto capítulo, realizamos uma análise comparativa das diferentes expressões do estigma territorial, em aspectos de semelhanças e diferenças. Por fim, trazemos as considerações finais, apontando possibilidades de futuras pesquisas.

1. METODOLOGIA

Segundo Minayo (2002, p. 16), a metodologia consiste no “caminho do pensamento e prática exercida na abordagem da realidade”, abrangendo conjuntos de técnicas que vão compor parte determinante na pesquisa.

Realizamos uma análise bibliográfica a partir dos livros e documentos selecionados em plataformas digitais de busca de periódicos e de repositórios e na análise de literatura pertinente ao tema, com o objetivo de identificar dinâmicas e aspectos que produzem e reproduzem as desigualdades que coexistem em diferentes escalas do tempo e espaço. As buscas foram realizadas a partir de palavras-chave, conceitos e termos, o que possibilitou construir uma fundamentação conceitual inicial, estabelecer diálogos com autores da área, de modo a identificar as dinâmicas e processos espaciais ao longo da pesquisa (Marconi e Lakatos, 2003).

As ações que conduziram a pesquisa basearam-se no uso de procedimentos qualitativos, que podem ser entendidos como o comprometimento de “avaliar manifestações sociais dotadas de qualidade política” (Demo, 2007, p. 229), visando compreender as práticas espaciais, valorizando a dimensão social, a partir do cotidiano urbano.

Para compreendermos e relacionarmos as manifestações do estigma para além dos relatos, o uso de procedimentos quantitativos fez-se importante de modo a complementar as subjetividades identificadas nas narrativas, evidenciando atribuições quantitativas e qualitativas de caráter estrutural ou conjuntural.

Por meio do trabalho de campo, realizamos uma observação sistemática para responder às questões previamente estabelecidas e criar proximidade em relação ao fenômeno estudado, como forma de primeira aproximação. Por isso, a escolha dos recortes espaciais, destacou-se como parte importante de definição dos procedimentos metodológicos que representam “uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objetivo da investigação” (Cruz Neto, 2002, p. 53).

Além do recorte espacial, em se tratando de pesquisa social, o lugar primordial é o ocupado pelas pessoas e grupos convivendo numa dinâmica de interação social. Essas pessoas e esses grupos são sujeitos de uma determinada história a ser investigada, sendo necessária uma construção teórica para transformá-los em objetos de estudo. Partindo da construção teórica do objeto de estudo, o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos (Cruz Neto, 2002, p. 54).

Os procedimentos metodológicos substantivos da pesquisa visaram dialogar com os sujeitos, com a finalidade de oferecer elementos para a valorização do debate sobre a fragmentação socioespacial, a partir das narrativas daqueles que vivem nos territórios urbanos em que este processo se apresenta de modo contundente. Segundo Demo (2007, p. 244), “o ponto qualitativo dessa abordagem está precisamente na produção de conhecimento através do método do diálogo. Busca-se um dado diálogo [...] como produto do processo de discussão, dado discutido, curtido, construído em consórcio.”

Por meio das análises das informações coletadas, a partir de procedimentos metodológicos qualitativos, buscamos chegar em resultados que nos possibilitaram compreender a experiência espacial do outro, uma vez que o processo de fragmentação socioespacial, apresenta-se tanto de maneira objetiva quanto subjetiva.

As metodologias adotadas, contribuíram com a pesquisa na medida em que os resultados propiciaram a sistematização e a representação das informações e narrativas registradas, por meio do uso da cartografia e dados quantitativos, analisando diferentes práticas espaciais, e estabelecendo diferenças e semelhanças nos processos de estigmatização territorial, mobilidade e acessibilidade.

1.1 Entrevistas Semiestruturadas

Uma das abordagens metodológicas que utilizamos foi o de entrevistas, que envolve a coleta de dados qualitativos (Cruz Neto, 2002), os quais, a partir das falas dos próprios sujeitos, levaram à interpretação das práticas associadas ao cotidiano urbano. As práticas espaciais, moldam o espaço de ação, são nelas que se destacam as experiências vividas, valorizando a interpretação da “dimensão socioespacial da realidade”, conforme aceção de denominada por Sposito (2022).

As entrevistas constituíram-se como parte fundamental da pesquisa, pois a partir deste procedimento compreendemos as vivências espaciais individuais dos sujeitos, suas escolhas e as justificativas sobre suas práticas cotidianas, que moldam e refletem a forma como experienciam e acessam a cidade. Através da descrição sobre o vivido e das explicações apresentadas pelos entrevistados, foi possível entender os diferentes movimentos, que orientam seus deslocamentos e decisões no espaço urbano.

A condução das entrevistas seguiu as contribuições de Milani e Góes (2022), que destacam a potencialidade deste procedimento, enquanto estratégia para apreensão da realidade cotidiana em sua complexidade. Para além das vivências espaciais individuais dos

sujeitos, valorizamos também a compreensão da dimensão socioespacial da realidade (Sposito, 2022).

O roteiro das entrevistas semiestruturadas (**Anexo 1**) foi pensado, enquanto um instrumento que partiu de questões básicas, visando apreender as práticas cotidianas dos entrevistados e a apreensão de elementos que constituiriam o estigma territorial. As questões foram elaboradas com o sentido de buscar captar os sentidos atribuídos pelos entrevistados à cidade, seus deslocamentos, suas restrições, suas dificuldades e percepções.

As entrevistas foram gravadas com autorização dos participantes e, depois, transcritas. A seleção dos participantes foi feita por meio de indicações e redes de contato. Ao todo, foram realizadas quatorze entrevistas com moradores da cidade, sendo sete residentes no bairro Jardim Morada do Sol e sete na Vila Marina. Por meio do quadro dos perfis dos entrevistados (**Quadro 1**), é possível constatar que buscamos contemplar diferentes perspectivas de experiências sobre os bairros.

Quadro 1: Perfis dos entrevistados.

Nome Fictício	Idade	Autodeclaração de cor	Renda Familiar	Ocupação	Moradia
Citadinos residentes no Jardim Morada do Sol					
Luís	32 anos	Branco	R\$ 7 a 8 mil	Mecânico	Casa alugada
Possui o ensino médio completo. É morador do bairro há um ano, veio de Francisco Beltrão, Paraná, por conta de seu casamento. A família de sua esposa reside no Jardim Morada do Sol. Na residência, moram ele, a esposa e sua filha. Luís não possui automóvel próprio, o que dificulta a sua locomoção pela cidade.					
Sônia	61 anos	Branca	–	Aposentada	Casa própria
Possui o ensino médio incompleto. É moradora do bairro há aproximadamente 30 anos. Residem ela e seu esposo. Seu terreno foi uma doação da prefeitura durante o mandato do prefeito Agripino Lima. Sônia relata que, anteriormente, residia em um terreno da prefeitura no bairro Parque Alexandrina.					
Valéria	40 anos	Parda	R\$ 650,00	Do lar	Casa própria

Valéria estudou até o 8º ano do ensino médio e é moradora do bairro há 31 anos. Moram apenas ela e seus dois filhos. Sua renda fixa vem do programa do Bolsa Família. Mudou-se ainda criança, junto com sua família, de Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas para Presidente Prudente.					
Maria	68 anos	Parda	–	Aposentada	Casa própria
A entrevistada informa que não sabe ler nem escrever. É moradora do bairro há pouco menos de 8 anos e, anteriormente, Maria residia em Nova Andradina, no Mato Grosso do Sul. A mudança ocorreu por incentivo dos seus dois filhos e do ex-marido, que moram no bairro. Maria mora sozinha.					
Fátima	48 anos	Parda	R\$ 3.550,00	Faxineira	Casa própria
Fátima tem o ensino fundamental completo, é moradora do bairro há 12 anos. Anteriormente, Fátima morava de aluguel na Zona Leste, e a compra de um imóvel no Jardim Morada do Sol foi a oportunidade que teve de adquirir uma casa própria.					
Flávio	39 anos	Preto	R\$ 1.400,00	Trabalho com recicláveis	Casa própria
Possui o ensino médio completo. O entrevistado é morador há mais de 30 anos no bairro e trabalha com coleta de recicláveis. Já foi morador do Jardim Colina e do Parque Alexandrina, porém alega não ter se adaptado em outro bairro.					
Carla	35 anos	Parda	R\$ 4.000,00	Faxineira e estudante	Casa própria
A entrevistada tem o ensino médio completo. É moradora do bairro há aproximadamente 13 anos, sendo que anteriormente residia na Vila Marcondes. Carla mora com seu esposo e suas duas filhas. Trabalha como faxineira e é estudante de enfermagem. Ela também relatou ser uma mãe atípica.					
Citadinos residentes no Vila Marina					
Dora	60 anos	Parda	R\$ 2.000,00	Aposentada/ do lar	Casa alugada
Estudou até o 7º ano do ensino fundamental. A entrevistada é moradora do bairro há 6 anos, porém, antes, viveu sua vida toda no setor leste da cidade, em bairros próximos à Vila Marina, junto com sua família. Na casa, moram ela e seu marido.					
Juliane	54 anos	Preta	R\$ 8,000,00	Autônoma	Casa alugada

Tem o ensino médio completo. Reside no bairro há cerca de 3 anos, junto com seu marido. Já morou em outros bairros da cidade, inclusive da zona leste, onde relata não ter tido uma boa experiência.					
Henrique	55 anos	Pardo	R\$ 4.000,00	Professor de dança de salão/ Vendedor	Casa cedida
Possui ensino médio completo. É morador do bairro desde sua infância. Mudou-se para São Paulo em busca de melhores oportunidades, mas retornou ao bairro há cerca de quatro anos. Na casa, moram ele e suas duas filhas.					
Cátia	65 anos	Branca	R\$ 2.000,00	Aposentada e trabalha com artesanato	Casa própria
Estudou até o primeiro colegial. Reside no bairro desde os seus 6 anos de idade. A entrevistada relata já ter morado em outro bairro, mas preferiu voltar para ficar próxima da família.					
Sofia	28 anos	Branca	R\$ 3.000,00	Do lar	Casa alugada
Tem o segundo colegial completo. Mora há três anos em uma casa alugada, com o marido e os dois filhos. Relata que cresceu na zona leste de Presidente Prudente.					
Marcia	65 anos	Branca	Aposentada com um salário mínimo	Aposentada/ Diarista	Casa própria
A entrevistada estudou até o terceiro ano do ensino médio. É moradora do bairro há 50 anos e veio ainda criança do Paraná com sua família. A casa em que mora sozinha, foi herdada de seus pais.					
José	76 anos	Pardo	–	Aposentado	Casa própria
Possui o ensino médio incompleto. É morador do bairro há mais de 60 anos. Atualmente, mora sozinho em uma casa simples de madeira.					

Elaboração: Fonseca, 2025.

Pontuamos que, durante as entrevistas, à medida em que elas iam sendo realizadas, identificávamos o estigma territorial alicerçado em representações sociais elaboradas sobre

esses espaços e que são fundamentais para a compreensão das lógicas que orientam o espaço urbano. Desse modo, elencávamos elementos de análise que se cruzam com aspectos da vida cotidiana e das desigualdades socioespaciais para agrupar e sistematizar as narrativas registradas, representado no **Quadro 2**.

Quadro 2: Modelo de quadro para Sistematização das Entrevistas.

TEMA: ESTIGMA TERRITORIAL	
Nome Fictício	Palavras-chave
Trecho da Entrevista	

TEMA: MOBILIDADE URBANA	
Nome Fictício	Palavras-chave
Trecho da Entrevista	

TEMA: PERCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADES	
Nome Fictício	Palavras-chave
Trecho da Entrevista	

TEMA: O QUE GOSTA NO BAIRRO	
Nome Fictício	Palavras-chave
Trecho da Entrevista	

TEMA: O QUE NÃO GOSTA NO BAIRRO	
Nome Fictício	Palavras-chave
Trecho da Entrevista	

TEMA: REPRESENTAÇÕES MÍDIÁTICAS	
Nome Fictício	Palavras-chave
Trecho da Entrevista	

TEMA: INFRAESTRUTURA URBANA	
-----------------------------	--

Nome Fictício	Palavras-chave
Trecho da Entrevista	

TEMA: SUGESTÕES E DEMANDAS	
Nome Fictício	Palavras-chave
Trecho da Entrevista	

Elaboração: Fonseca, 2025.

Assim, sistematização das entrevistas semi estruturadas, disponível no **Anexo 4**, foi organizada segundo oito temas, sendo eles relativos a: estigma territorial; mobilidade urbana; infraestrutura urbana; o que gosta no bairro; o que não gosta no bairro; percepções sobre desigualdades; representações midiáticas; e sugestões e demandas. Em seções subsequentes desta monografia, voltaremos a esses temas para a análise.

1.2 Grupos Focais

A metodologia de grupos focais é definida como procedimento de coleta de informações através da interação do grupo (Gondim, 2003). Ela assume uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. A realização do grupo focal teve um papel relevante, ao reunir moradoras dos bairros estudados e proporcionar, por meio dos debates e das falas coletivas, o registro de diferentes pontos de vista sobre estes espaços, suas vivências e percepções compartilhadas.

Os grupos focais podem servir a diversos propósitos. Conforme Fern (2001) há duas orientações: a primeira visa a confirmação de hipóteses e a avaliação da teoria, mais comumente adotada por acadêmicos. A segunda, por sua vez, dirige-se para as aplicações práticas, ou seja, o uso dos achados em contextos particulares. Estas duas orientações podem estar combinadas em três modalidades de grupos focais: exploratórios, clínicos e vivenciais (Gondim, 2003, p. 152).

Por intermédio dos diálogos, buscamos valorizar a coleta e interpretação das informações, bem como o registro de opiniões e memórias sobre fatos ocorridos ou aspectos dos bairros, permitindo encontrar aspectos em comum entre os alvos do projeto. É, por meio desse procedimento analítico, que registramos os sentimentos, a identidade e as percepções, que se fazem enquanto representações relevantes para a compreensão da realidade local. O grupo focal, nesse sentido, possibilitou uma escuta coletiva.

Buscando capturar de maneira ampla as opiniões a respeito do meio estudado, de modo que haja uma complementação entre as ideias e percepções de diferentes sujeitos, foram elaborados dois roteiros para os grupos focais, uma para o Vila Marina (**Anexo 2**) e outro para o Jardim Morada do Sol (**Anexo 3**), estruturados em três eixos temáticos principais: uma questão aberta para debate sobre o que mais gosta e o que menos gosta no bairro; a percepção das moradoras sobre o bairro; e as desigualdades socioespaciais projetadas tanto de maneira objetiva quanto subjetiva.

Os grupos foram constituídos apenas por mulheres, de modo a potencializar as experiências espaciais compartilhadas pelas suas participantes (Turra Neto *et al*, 2022). Foi valorizada a perspectiva do gênero, enquanto uma concepção de análise que não é geral, mas sim enquanto experiências urbanas tornando-se mais “propício à avaliação crítica dos posicionamentos internos” (Gondim, 2003, p. 157). Além disso, buscou-se criar um espaço em que as colaboradoras pudessem se sentir à vontade para exporem suas opiniões, o que influencia diretamente o processo de discussão e seus resultados.

Desta forma, buscamos articular os grupos focais de modo a abranger diferentes dimensões da realidade vividas e representadas por meio das falas em diálogo das moradoras.

No bairro Vila Marina, o grupo focal contou com a participação de três colaboradoras², convidadas por meio de panfletos distribuídos no bairro (**Anexo 2**). Inicialmente, a baixa adesão foi considerada uma limitação, uma vez que muitas haviam confirmado presença e não compareceram. No entanto, ao longo da atividade, observou-se um ambiente de diálogo produtivo e engajado, o que contribuiu positivamente para a dinâmica do grupo. Embora não fosse este o nosso objetivo, haver pequeno número de participantes propiciou maior oportunidade para que elas desenvolvessem suas narrativas, buscassem detalhar as descrições feitas e, assim, contribuíssem de forma mais efetiva com a pesquisa.

Das três participantes, apenas uma era previamente nossa conhecida, por ser funcionária da escola localizada no bairro, instituição em que foi realizado meu Estágio Supervisionado, do curso de Licenciatura em Geografia. A atividade foi conduzida em um ambiente informal, em um espaço de confraternização de um salão de beleza, cedido pela proprietária, o que favoreceu um clima acolhedor e propício à troca de experiências.

Já no Jardim Morada do Sol, o grupo focal foi realizado com a presença de 11 moradoras, que também foram convidadas por meio de panfletos distribuídos nos grupos de

² Autores, como Cruz Neto, Moreira e Mazzei Sucena (2002), apontam que o número médio de participantes deve estar entre no mínimo quatro e no máximo doze pessoas. Porém, apesar de se convencionar esse número de participantes, Gondim (2003) destaca que o rendimento do grupo está ligado ao nível de envolvimento e participação dos participantes com o tema em discussão.

bairro (**Anexo 3**). A atividade foi realizada em uma das salas de reunião do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Morada do Sol. O maior número de participantes, tornou o resultado deste diálogo mais plural, comparativamente ao primeiro realizado.

Essas diferenças estão sendo ponderadas na análise em desenvolvimento.

Os grupos focais foram transcritos e as falas organizadas de acordo com os principais temas que emergiram do diálogo entre as participantes, como o estigma territorial, mobilidade, lazer, educação, saúde, infraestrutura urbana e percepções de desigualdade, como apresentadas no **Quadro 3**.

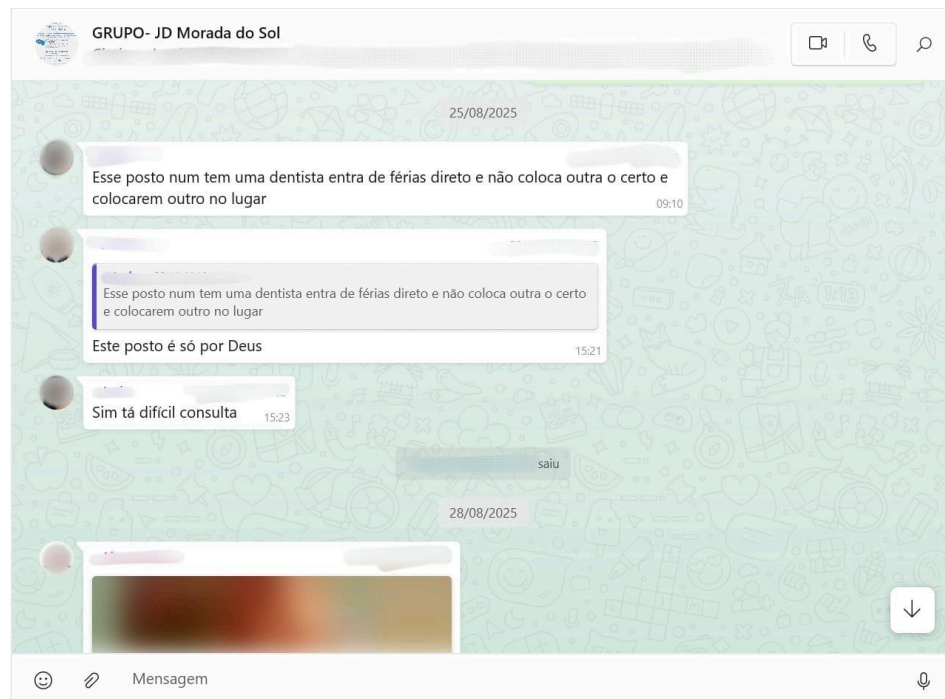
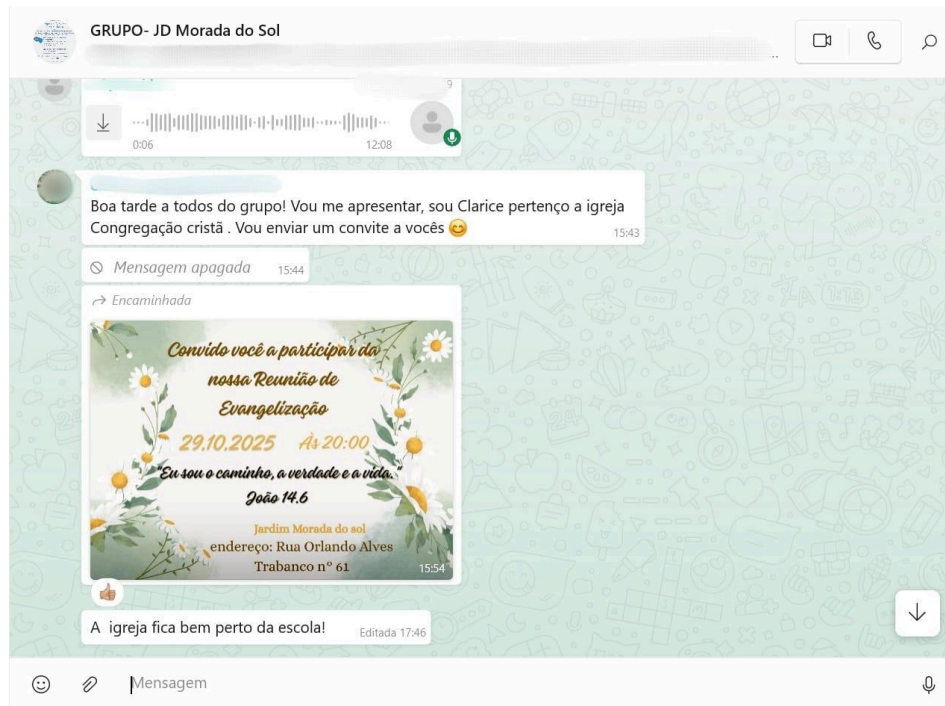
Quadro 3: Modelo de quadro para sistematização dos grupos focais.

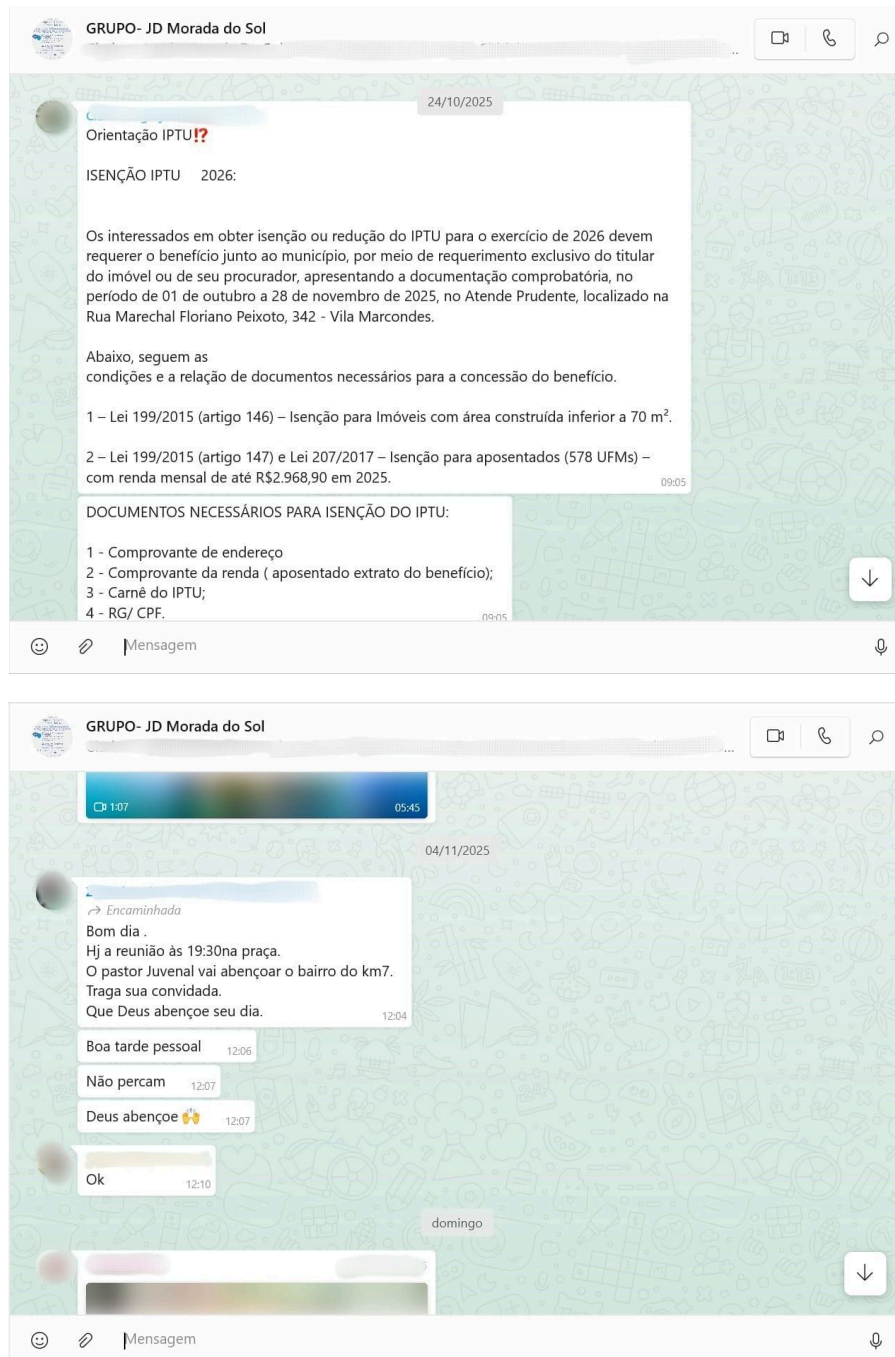
Grupos	Estigma Territorial	Mobilidade	Lazer	Infraestrutura Urbana	percepções de desigualdade	Pertenciment o/ Identidade territorial
Grupo 1 - Vila Marina						
Grupo 2- Jd. Morada do sol						

Elaboração: Fonseca, 2025.

Além das atividades presenciais, a pré-organização dos grupos focais ocorreu por meio do aplicativo WhatsApp, que foi utilizado para o convite das participantes. Foram criados dois grupos, um para cada bairro, para facilitar a comunicação e o agendamento dos encontros.

No caso do Jardim Morada do Sol, o grupo formado para a organização do encontro, manteve-se ativo mesmo após a realização da atividade, transformando-se em um potencial espaço de articulação e diálogo entre as moradoras. Atualmente, o grupo é utilizado para compartilhamento de informações sobre o bairro e divulgação de reuniões e atividades locais, como os prints de telas abaixo denotam.





Essa continuidade de interação entre as moradoras no grupo demonstra como o processo metodológico, além de gerar informações para a pesquisa, também pode contribuir de algum modo para fortalecer e incentivar a organização social e promover conscientização do grupo. Como aponta Gondim (2003, p.153), os grupos focais podem assumir uma variedade de propósitos, não apenas responder a indagações de pesquisa, mas também investigar e “avaliar opiniões, atitudes, experiências anteriores e perspectivas futuras”.

1.3 Cartografia

Utilizamos da cartografia enquanto linguagem que possibilita compreender o mundo e suas dinâmicas espaciais, representando expressões da objetividade e subjetividade humana no espaço. Destacamos aqui, sua importância na comunicação, sintetizando informações e as transformando em uma linguagem gráfica/ visual.

A cartografia temática tem, como objetivo central, expressar analiticamente fatos, fenômenos ou processos, por meio de símbolos que sejam suficientemente legíveis e capazes de exprimir o que se deseja a outrem, mesmo não sendo aquele que receba a mensagem um cartógrafo ou especialista no tema que está sendo apresentado (Sposito, Camacho, 2022, p. 382).

No desenvolvimento da pesquisa, a cartografia teve como objetivo localizar, descrever e contextualizar os fenômenos e processos geográficos. Para isso, buscamos articular as práticas espaciais e as desigualdades socioespaciais à situação geográfica dos moradores, expressando a fragmentação socioespacial que se manifesta nos bairros estudados.

O material cartográfico auxiliou na identificação de padrões espaciais e para a construção da hipótese de que tais desigualdades não são apenas de ordem socioeconômica, mas também socioespaciais e atravessadas por marcadores de raça, classe e gênero. Essas dimensões se articulam à lógica hegemônica que orienta o modo de produção do espaço urbano, sendo analisadas, neste trabalho, sob a perspectiva da fragmentação socioespacial.

Para a localização das áreas de estudo, foi elaborado um mapa da situação geográfica dos dois bairros pesquisados. Para mostrar desigualdades, elaboramos um mapa da distribuição da população preta e parda. Esses materiais foram articulados com a análise de mapas preexistentes, das áreas mais ricas e mais pobres da cidade em comparação com a representação cartográfica das áreas de inclusão e exclusão social. Para a análise dos fatores geomorfológicos, utilizamos o mapa das Classes Altimétricas de Presidente Prudente, disponível no Atlas Ambiental Escolar de Presidente Prudente³, elaborado pela FCT Unesp, e a elaboração de um perfil topográfico da Vila Marina, efetuada por nós.

Buscamos então, identificar correlações e padrões espaciais presentes nesses processos, fundamentais para refletirmos sobre a lógica de divisão social do espaço que orienta a estruturação da cidade.

³ <https://portaldoprofessor.fct.unesp.br:9000/topico/meio-fisicobiotico/>

2. CONTEXTO HISTÓRICO E ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE

O processo de implantação e crescimento das cidades do Planalto Ocidental Paulista, tem sua origem e foi orientado pela Estrada de Ferro Sorocabana. A criação do município de Presidente Prudente localizado no oeste do Estado de São Paulo, seu crescimento demográfico e econômico, bem como a corresponde expansão territorial urbana, resultam do impulso ao desenvolvimento econômico advindo da cultura cafeeira, levando à valorização da terra como consequência de uma política de avanço capitalista sobre o território paulista.

A cidade de Presidente Prudente surgiu da implantação de dois núcleos urbanos, a Vila Goulart em 1917 e a Vila Marcondes, no ano de 1920 (Abreu, 1972). “O crescimento da Vila Goulart e da Vila Marcondes fazia-se continuamente como fruto da colonização das terras do Montalvão e da Pirapó-Santo Anastácio”, com o objetivo de promover rapidamente a venda dos lotes rurais dessas glebas (Abreu, 1972, p. 81).

As vendas de terras feitas pelo Coronel Francisco de Paula Goulart, colonização empreendida a oeste, foi caracterizada por um método de comercialização que não seguia nenhuma racionalização, sem levantamento prévio da área e delimitação, de forma “agregada” (Abreu, 1972).

Já, na margem leste da linha férrea, desenvolveu-se a “colonização” Marcondes. O Coronel José Soares Marcondes possuía uma empresa de comercialização de lotes, com a venda de imóveis da fazenda Montalvão (Abreu, 1972). A Vila Marcondes surgiu com o objetivo de acolher e alojar os pioneiros que chegassem em busca de terras para cultivo, “para receber os compradores de terras da Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio, responsável pela divisão da fazenda em lotes rurais menores” (Sposito, 1983, p.66).

Os dois núcleos urbanos, que originaram Presidente Prudente, foram marcados pelas personalidades de seus proprietários: enquanto a Vila Goulart era “individual, pessoal, sem planificação, sem capital senão a própria terra herdada”, a Vila Marcondes já era de “caráter empresarial, com maior suporte financeiro” (Abreu, 1972, p. 80). Segundo este autor, com uma estrutura comercial mais organizada, a Companhia Marcondes beneficiava-se dos negócios da lavoura em geral.

Segundo Sposito (1983), a bipolaridade entre esses dois núcleos carrega heranças que ainda se manifestam na expansão territorial da cidade, influenciada por fatores econômicos,

sociais, históricos e geográficos. A Vila Goulart foi responsável pela orientação do crescimento de Presidente Prudente, pois foi favorecida pela implantação da Estação Ferroviária com as portas voltadas à oeste estimulando o nucleamento do principal centro comercial da cidade neste setor (Abreu, 1972), enquanto as áreas localizadas à leste da ferrovia, do lado oposto ao da Estação Ferroviária, vivenciaram, ao longo dos anos, menor valorização das terras, fundamentando um processo de diferenciação socioespacial acentuado entre os setores leste e oeste da cidade.

A dualidade, quase oposição, entre esses dois núcleos urbanos concorreu para que houvesse diferenças também no valor simbólico atribuída a cada um dos setores, o que se aprofundou ao longo dos anos, como pudemos apreender por meio de nossa pesquisa.

Para os moradores, como pretendemos mostrar em seções subsequentes desta monografia, a ferrovia vai além de uma barreira física, que dividiu a cidade em duas, ela se tornou uma linha simbólica, que, no plano subjetivo, constitui-se mais uma das bases do processo de diferenciação socioespacial, consolidada enquanto um marco subjetivo que contribuiu para a construção de estigmas territoriais.

2.1 A expansão territorial e as novas morfologias urbanas

Sposito (1983) destaca que aspectos como a topografia e a situação espacial dos dois núcleos urbanos, sem dúvida, orientaram a expansão territorial: o “crescimento deu-se primordialmente, pelas porções mais elevadas adjacentes ao sítio inicial, ocupando assim os espigões secundários”, que estão situadas na porção oeste da cidade (Sposito, 1983, p. 74).

Essa dinâmica remete às práticas descritas por Abreu (1972), segundo o qual a marcha para o interior paulista foi facilitada pela exploração da terra roxa e dos espigões que separavam os grandes rios da margem esquerda do Rio Paraná. A preferência pela ocupação das terras mais elevadas para a implantação de cafezais era motivada por diversos fatores geográficos e climáticos que favoreciam seu cultivo, além da busca por terrenos com topografias mais planas e com declives suaves e da disponibilidade de recursos hídricos.

A análise geomorfológica do sítio urbano se faz relevante uma vez que a topografia condicionou e condiciona, ainda, os padrões de expansão urbana, as formas de ocupação e as desigualdades socioespaciais.

Retomar esse contexto histórico e geográfico é importante para entendermos as diferentes ocupações do espaço orientadas pela ferrovia, que era o principal meio de circulação interurbana nos primórdios da estruturação espacial da cidade.

O Município de Presidente Prudente está situado no espigão divisor de águas das bacias do Rio do Peixe e do Rio Paranapanema, tendo a bacia do rio Santo Anastácio, que está entre as outras duas e deságua no rio Paraná, (Teodoro e Nunes, 2007). Seu sítio urbano é composto por pequenos cursos d'água que conformam um relevo de colinas amplas, topos suavemente ondulados e, em alguns trechos, apresentam-se menos extensas com topos poucos suaves (Fushimi, Miyazaki 2019).

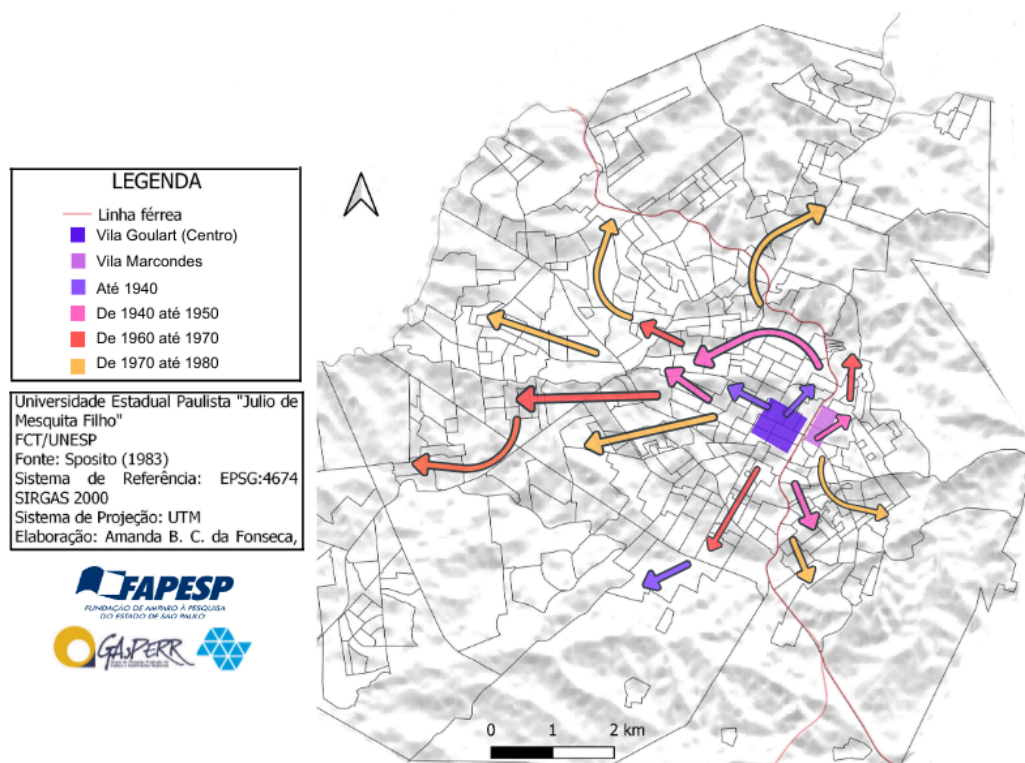
Essa diferença morfológica evidenciada no sítio urbano está associada a uma estrutura geológica constituída por rochas sedimentares da Formação Adamantina que prevalecem nas vertentes côncavas e convexas (Fushimi, Miyazaki 2019, p. 6).

“As cidades crescem em várias direções, sem mostrar regularidade na forma desse crescimento, sendo que algumas são influenciadas desde o princípio por barreiras naturais do seu relevo, como é o caso das cidades litorâneas ou das cidades que nasceram encravadas no sopé das serras. Entretanto, existe outra barreira que não é de ordem física, mas de ordem social e econômica, que é a propriedade privada da terra.” (Silva, R., 2008, p. 132).

Em consequência dessas complexas dinâmicas, faz-se relevante destacar que, assim como destacado por Silva, R. (2008), a expansão territorial urbana gera novas morfologias que revelam e apoiam o processo de produção do espaço urbano.

No **Mapa 1**, é possível observar como a expansão ocorreu ao longo das décadas, e notar que ela foi maior para oeste do que para leste.

Mapa 1: Presidente Prudente. Esquema das tendências da expansão territorial urbana. 1917 - 1982.



Fonte: Adaptado de Sposito, 1983, p. 73. Elaborado pela autora, 2025.

Como exposto por Sposito (1983), a expansão territorial da cidade foi marcada por diferentes fases de crescimento e frequentemente associada à falta de ordenação planejada e legal na ocupação e, ademais, ausência de regularização. Em 1939, orientada pelo espigão ocupado pela ferrovia – “não tanto pela topografia privilegiada do divisor de águas, e muito mais pela importância dessa via, para o escoamento da produção econômica local e regional” (Sposito, 1983, p. 76) –, observa-se certa continuidade do crescimento da cidade.

o período entre 1924 e 1940, poderia ser interpretado como de paralisação do crescimento territorial da cidade, contudo corresponde ele justamente ao daquela expansão sem planejamento, característico de um movimento de frente pioneira, ou seja sem preocupações com regularização, escrituras, ou quaisquer outros documentos que garantissem, naquela ocasião, a propriedade. A inexistência de uma simples planta, onde a quantidade e o tamanho dos lotes estivesse demarcada demonstra o espírito do empreendimento, tanto mais a falta de denominação e registro em cartório destas áreas urbanas. (Sposito, 1983, p. 74)

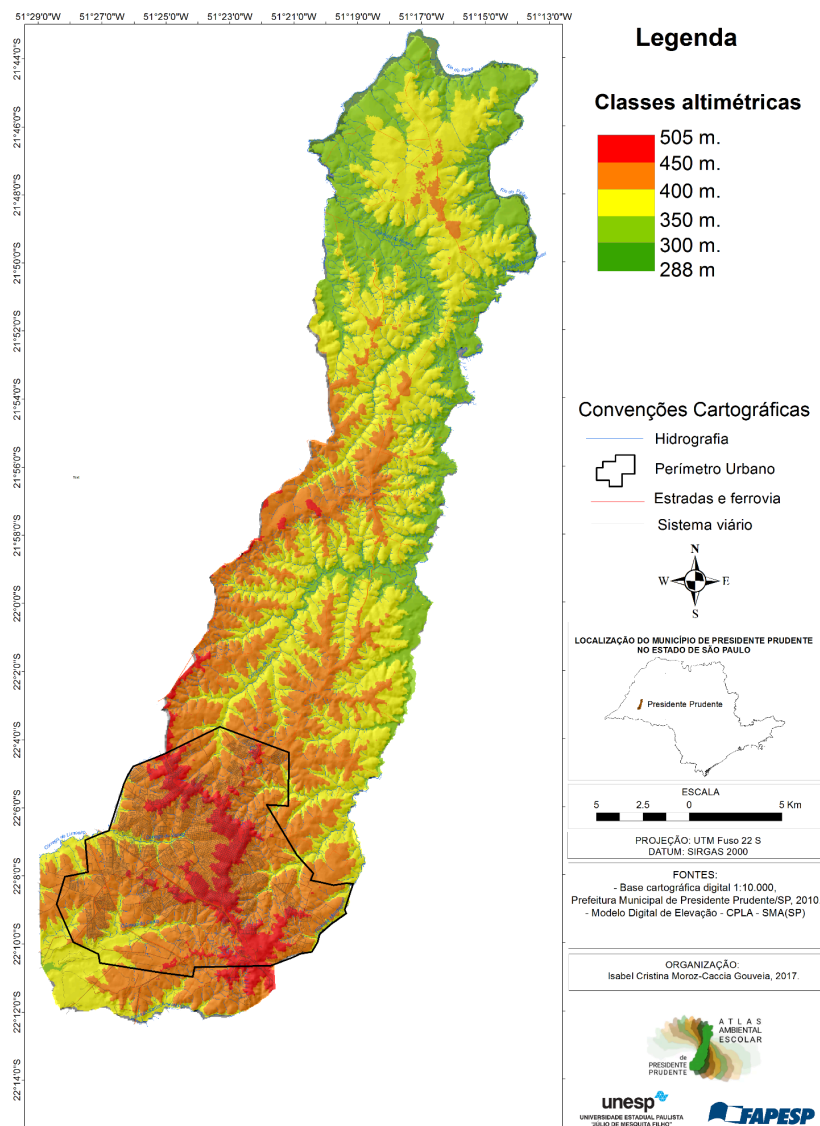
A expansão da cidade só se intensificou na década de 1960, quando se ampliou o número de loteamentos abertos (ainda que isso tenha ocorrido de forma desordenada). No

entanto, o ápice desse processo ocorreu a partir de 1976, quando Presidente Prudente conheceu uma expansão territorial urbana sem precedentes (Sposito, 1983).

Esse panorama histórico mostra que, mesmo com a grande expansão da cidade, a zona leste continuou a crescer de forma distinta. Nessa porção da cidade, o crescimento deu-se de forma um pouco mais acelerada, com o surgimento de alguns loteamentos e o prolongamento de outros, apenas depois de 1972 (Sposito, 1983).

O lado leste da cidade conta com uma topografia bastante acidentada, com vertentes de altas declividades, que afetam significativamente a estrutura e os processos urbanos nesta área. A **Figura 1** representa cartograficamente a complexidade do relevo, indicando sua influência na estrutura urbana da cidade.

Figura 1: Presidente Prudente. Classes Altimétricas.



Fonte: Atlas Ambiental Escolar de Presidente Prudente, 2010.

É nesse sentido que observamos que a paisagem urbana de Presidente Prudente é composta por uma região morfológica que é a expressão máxima da exploração e do desenvolvimento físico de sua área, modificado e gerando novas morfologias (Silva, R., 2008). Nas áreas situadas a leste da ferrovia, em particular, é uma combinação complexa entre a paisagem modificada pelo homem e o natural, que se interligam e se modificam mutuamente ao longo do tempo. Analisando seus atributos e elementos podemos compreender as dinâmicas socioespaciais que moldaram a área de estudo.

2.2 O Espaço urbano nas cidades sob fragmentação socioespacial

Como abordado por Silva, “a expansão territorial urbana se apresenta como parte em decorrência do processo de produção do espaço urbano, a partir de interesses fundiários e imobiliários” (Silva, R., 2008 p. 132), de modo que a configuração atual das cidades é influenciada por fatores sociais, econômicos e políticos, enquanto produto e realização do capitalismo, e não de forma aleatória.

Corrêa (1989) enfatiza que os espaços urbanos são constituídos por conjuntos de diferentes usos da terra justapostos entre si, que definem áreas distintas em suas formas e conteúdos. Para ele, os espaços urbanos, enquanto conjunto de símbolos e campos de luta, configuram-se como simultaneamente articulados e fragmentados, revelando a complexidade das desigualdades socioespaciais.

No processo de urbanização, segundo Maricato (1996), é importante compreender o uso e a apropriação irregular do solo, em contexto de crescimento acelerado e concentrado, o que é observado no processo de expansão da cidade de Presidente Prudente. Maricato (1996) analisa que, com a modernização, em vez de superação das desigualdades, ocorre a persistência e a intensificação dessas disparidades sob novas formas, resultado de um desenvolvimento urbano excludente e fragmentado.

Sob essa ótica, analisamos como a produção do espaço urbano se reflete no cotidiano, revelando que as atividades e a lógica centro-periférica que orienta o sistema de transporte coletivo, juntamente com as políticas de mobilidade e acessibilidade, atuam como fatores de segregação socioespacial.

A partir da discussão acerca das desigualdades socioespaciais, sobretudo com foco no processo de estigmatização territorial, partimos dessa perspectiva e entendemos a redução da mobilidade e da acessibilidade como fator expressivo, de natureza objetiva, para que se

constitua a segregação e a fragmentação socioespaciais expressas no espaço e vividas pelos cidadãos que habitam as áreas de estudo desta pesquisa.

Ao analisarmos a mobilidade e acessibilidade urbanas, frente à lógica fragmentária, observamos que os direitos dos cidadãos ao espaços da cidade são limitados e, nas situações mais radicais, inacessíveis em função das escolhas e interesses de agentes hegemônicos – proprietários dos meios de produção, imobiliárias e o Estado –, que buscam perpetuar as desigualdades, por meio de “barreiras materiais” e estratégias de separação e dominação em relação ao outro.

Neste contexto, a fragmentação, segundo Séguin (2011), que a adjetiva como urbana, surge enquanto conceito, como polissêmico e multidimensional, que se expressa nos planos espaciais, econômicos, políticos e sociais, podendo ser entendida sob diversos aspectos, em sua pluralidade de formas e processos, com a finalidade de se analisar as lógicas de expansão territorial capitalista (Legroux, 2021).

Dessa maneira, a ideia de fragmentação socioespacial auxiliará nossa análise, enquanto ferramenta descritiva e analítica (Sposito *et al.*, 2023). Adotamos, a partir da leitura da fragmentação socioespacial, a perspectiva de uma “janela analítica” para buscar entender e refletir sobre as contradições do espaço urbano associadas às desigualdades socioespaciais que são expressas na realidade vivida (Magrini, Sposito e Catalão, 2025).

Conforme argumenta Séguin (2011), a fragmentação expressa-se por mosaicos na cidade que se justapõem entre si e que se beneficiam de níveis muito diferentes de recursos coletivos para a vida urbana, em termos de quantidade e qualidade, a partir da diferenciação dos sujeitos sociais em relação ao lugar onde vivem. De acordo com Magrini, Sposito e Catalão (2025, p. 21), sua identificação dá-se pela combinação entre processos que acontecem simultaneamente “nos espaços urbanos, nas práticas espaciais e nos imaginários sociais”.

O conceito de fragmentação é entendido como um processo inerentemente social e espacial, porque é na relação entre essas duas dimensões que ele pode ser utilizado para tratar de processos contemporâneos de diferentes matizes que se materializam em múltiplas escalas geográficas (Sposito *et al.*, 2023).

Assim, adotaremos uma abordagem socioespacial da fragmentação que, apoiada em Henri Lefebvre, Jesus (2005) define como:

- a) social, por ter sua forma e produção como reflexo da própria organização da sociedade e das relações e práticas sociais, bem como na reprodução das condições materiais e subjetivas de existência; e como:

b) espacial, porque essas relações se estabelecem em territórios desigualmente ocupados e diferencialmente simbólicos.

A partir da perspectiva teórica da produção do espaço urbano, além de entendermos as cidades enquanto condicionantes socioespaciais, bem como reflexo deles, valorizamos também uma perspectiva temporal dos processos “demonstrando que o espaço urbano reflete não apenas a sociedade atual, mas também os processos históricos que deixaram marcas nas formas espaciais e simbólicas” (Rizzon, Cruz e Oliveira, 2022, p. 3). Nesse sentido:

A fragmentação socioespacial daria conta de explicar, conjuntamente, o acirramento de processos mais antigos (como a segregação socioespacial, o afastamento e a periferização das classes populares, a diferenciação socioespacial etc.) e de outros um pouco mais recentes, como a autosegregação, a multiplicação da centralidade ou a policentralidade, a importância do consumo e a ‘transformação do sentido e do conteúdo de vários espaços públicos’ com a emergência, por exemplo, de ‘espaços públicos de uso coletivo privado’ (Sposito 2019, *apud* Legroux, 2021, p. 2).

Com as novas dinâmicas da cidade, impostas pelo desenvolvimento capitalista, as relações e as práticas espaciais tornam-se mais complexas no cotidiano urbano, portanto, valorizamos a adoção da ideia de lógica da fragmentação socioespacial, sendo necessário repensar a segregação, uma vez que “a fragmentação não substitui ou elimina a segregação, mas ‘sucede e contém a segregação’” (Calixto, 2021, p. 4).

Nossa compreensão é de que tais processos (segregação, autosegregação, exclusão e diferenciação adjetivados como urbanos, espaciais, socioespaciais etc.) compõem o de fragmentação socioespacial, em múltiplas formas de combinação e consoante as realidades urbanas tomadas como referências (Sposito; Sposito, 2020, p. 2 - 3).

Podemos também associar a fragmentação socioespacial ao processo de produção do espaço urbano, que “é pautada no acesso desigual dos diferentes segmentos sociais aos serviços e espaços urbanos, bem como nas relações de protagonismo e distribuição de poder na condução dos rumos das cidades” (Sposito; Sposito, 2020, p. 6). No mesmo artigo, os autores levantam a reflexão sobre a “a produção e a apropriação dos espaços urbanos no âmbito do neoliberalismo” associada à fragmentação socioespacial.

A maneira como os sujeitos produzem e apropriam-se do espaço está intrinsecamente ligada à diferenciação dos sujeitos sociais a partir do lugar onde vivem e da diferenciação das práticas sociais na cidade, de modo em que a fragmentação socioespacial não é lida como uma ideia de “estado final”, mas sim como um “processo relacional” (Magrini, Sposito e Catalão, 2025, p. 23).

Vista como processo, a fragmentação socioespacial precisa ser decifrada como transição e sobreposição, uma vez que, em cada cidade, ela constitui-se com espacialidades e temporalidades que lhe são específicas e que se combinam, mesmo que contraditoriamente, entre si (Magrini, Sposito e Catalão, 2025, p. 23).

Desta maneira, a fragmentação espacial expressa-se em diferentes partes da cidade ou sob diferentes formas e níveis de acesso a ela. Esses diferentes acessos à cidade assumem formas de barreiras ou outras formas de descontinuidades (Séguin, 2011).

2.3 Políticas Habitacionais: Segregação Socioespacial e o acesso à Cidade

A partir da fragmentação socioespacial enquanto modo de contextualizar as dinâmicas em análise nesta monografia, esta seção pode ser vista pelo papel das políticas públicas, expressa nas políticas habitacionais e nas ações do poder público, que incidem diretamente sobre a segregação socioespacial e o acesso diferenciado à cidade.

O espaço urbano caracteriza-se por ser fragmentado, os espaços são vividos, experienciados e representados de maneiras diferentes por diferentes grupos sociais, o que afeta de maneira significativa o acesso equitativo aos recursos urbanos, à participação política e à produção social do espaço (Corrêa, 2013). A segregação torna-se então, um dos mais expressivos processos espaciais e ela reflete, em grande medida, as decisões tomadas pelos agentes que produzem o espaço urbano.

O Estado, pela ação do poder público, enquanto um dos agentes de produção do espaço urbano, condiciona, por meio das políticas públicas, as relações socioespaciais “redefinindo eixos de expansão territorial e alocação de pessoas no interior das cidades, intervindo no mercado imobiliário e promovendo o acesso diferenciado a cidade” (Silva, 2005, p. 17)

No processo de urbanização, a diferenciação socioespacial é estrutural, uma vez que o espaço urbano é concebido e influenciado por valores ideológicos que privilegiam certos lugares em detrimento de outros, que muitas vezes servem de interesses políticos ou econômicos.

A concentração de infra-estrutura e equipamentos urbanos aliada ao mau funcionamento dos transportes públicos vão determinar a ocupação densa da cidade hegemônica. Esses circuitos fornecem a ilusão de um espaço relativamente homogêneo, contando com comércio e serviços requintados. Não são apenas a estrutura administrativa municipal, os cadastros urbanos e o orçamento público que se organizam em virtude desse espaço restrito. Uma empresa dedicada ao “estilo de vida” aí existente reforça a ideia predominante que toma o global pela centralidade oficial (Maricato, 1996, p. 27)

Em outras palavras, Maricato expõe o processo e as dinâmicas de centralização e homogeneização que classificam e hierarquizam os seus territórios e revelam a diferenciação socioespacial. A lógica centro-periférica é, em si, uma manifestação desses valores ideológicos analisados por Maricato (1996). No período atual, podemos afirmar que a lógica fragmentária é manifestação dos valores contemporâneos, visto que é designativa do modo como a separação socioespacial de diferentes estratos sociais realiza-se por meio de barreiras e sistemas de vigilância e controle atualizando as formas pretéritas de segmentação.

Morcuende (2022, p. 4) argumenta que o processo de fragmentação socioespacial constitui “formas de uma segregação que persiste, e que continua separando - com novos instrumentos - os diferentes grupos sociais”. Essa separação apontada pelo autor, vai além de uma distância física, ela também manifesta-se no acesso desigual a oportunidades e serviços. Ademais, essa perspectiva mostra que a segregação é uma das facetas, no período atual, do processo de fragmentação socioespacial.

A passagem de um padrão de segregação próprio do centro-periferia, sendo o centro e bairros pericentrais para os ricos, e a periferia para os pobres, para uma estruturação espacial orientada por relações espaço-sociedade fragmentárias, por exemplo, não se dá por meio de um conjunto de rupturas totais, mas de mudanças de amplo alcance (Morcuende, 2022, p. 8).

Nesse sentido, Dal Pozzo (2015) aponta que, no contexto das cidades contemporâneas, a articulação entre esses diferentes processos, intensifica as diferenciações socioespaciais e se expressa em territórios cada vez mais fragmentados, contrapondo-se à ideia de uma cidade diversa e relativamente integrada, em que os diferentes compartilham alguns espaços.

Segundo Corrêa, o processo de segregação residencial, caracteriza-se como potencializador dessas tensões sociais da espacialidade da vida humana, que surgem a partir da diferenciação do espaço urbano.

“A segregação compreende a segregação de classes” e as diferenciações socioespaciais (Corrêa, 2016 p. 40), expressando-se em seus espaços de existência e reprodução, porém é importante ressaltar que “as classes sociais e suas frações constituem o conteúdo essencial mas não exclusivo das áreas segregadas”, também sendo articulada a marcadores sociais como raça e gênero (Corrêa, 2016, p. 40).

Além disso, Corrêa (2016) aborda a questão das políticas de classe, enquanto origem da segregação, que é gerada por aqueles que detêm o poder de controlar os diferentes meios de produção. A segregação residencial pode ser materializada pela imposição, em que a população está numa situação de não poder escolher o local e do tipo de habitação, ou a induzida, que “envolve aqueles que ainda têm algumas escolhas possíveis, situadas, no

entanto, dentro de limites estabelecidos pelo preço da terra e dos imóveis” (Corrêa, 2016, p. 43).

A política de classes, segundo o autor, é efetivada de maneira explícita, por meio da “legislação que estabelece normas urbanísticas e tributação diferenciadas no espaço urbano, assim como por meio de obras públicas distintas direcionadas para diferentes grupos sociais” (Corrêa, 2016, p. 44), de modo em que o controle pela propriedade da terra, irá definir o processo de segregação imposta e induzida.

Levando isso em conta, entendemos as políticas habitacionais como vetor da produção do espaço, que pode, conforme o modo como é proposta e implantada, implicar diretamente na negação do direito à cidade.

De acordo Harvey, o direito à cidade (originalmente de Henri Lefebvre, 1967), trata-se de um direito coletivo concentrado na reprodução da vida cotidiana. “O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade” (Harvey, 2014 p. 28), ele está intrinsecamente ligado à acessibilidade urbana, mas abrange um significado muito mais profundo e coletivo do que o mero acesso físico ou individual.

Contudo, os efeitos das políticas habitacionais e da produção desigual do espaço urbano não se restringem à dimensão material e às estratégias espaciais de situação espacial seletivas. Para além da posição que se ocupa no espaço urbano, da infraestrutura disponível e das possibilidades de acesso à cidade, esses processos produzem representações e discursos que delimitam e hierarquizam determinados territórios. Dessa forma, torna-se fundamental avançar para a análise da dimensão simbólica e do imaginário social, compreendendo como as desigualdades socioespaciais também se reproduzem no plano imaterial.

2.4 O espaço urbano, as formas simbólicas espaciais e o imaginário social

Como exposto anteriormente, entendemos o espaço urbano como um articulador ativo das formas de produção, definidas de acordo com o modo de produção e a organização social. O espaço urbano é campo de lutas e relações de poder, expressas material e imaterialmente, relações essas que são simultaneamente sociais e espaciais, que decorrem das práticas espaciais presentes no cotidiano (Soja, 1993). Nesse sentido, a estruturação do espaço urbano, enquanto produto social, diferencia os seus membros a partir dos diferentes lugares em que ocupam (Carlos, 2007).

Esta seção desloca a análise para sua dimensão simbólica, considerando como as representações das formas espaciais e o imaginário social produzem, reforçam e legitimam hierarquias e desigualdades no espaço urbano que, no âmbito desta pesquisa, analisamos por meio do estigma territorial.

Soja (1993) argumenta que o espaço urbano para além de um produto material, com relação entre suas estruturas sociais e espaciais, constitui-se enquanto conteúdo ideológico socialmente criado. Em sua obra, o autor desenvolve a dialética socioespacial a partir da análise das dimensões objetiva (concreta) e subjetiva da espacialidade humana. Nesse sentido, a análise das práticas espaciais presentes no urbano nos possibilita compreender que o espaço não é apenas físico, mas também carregado de significados e representações.

No processo de produção do espaço urbano, Corrêa (2007, p. 11) observa que “as formas simbólicas espaciais constituem importantes elementos no processo de criação e manutenção da identidade”. Essas formas não são neutras e carregam consigo significados que refletem e reforçam as relações sociais, contribuindo para a construção de imaginários sobre determinados territórios, dotadas de sentido político, capazes de estigmatizar os espaços (Corrêa, 2007).

Desta maneira, o espaço é repleto de símbolos e significados expressos pelas representações espaciais, constituindo-se, como apontado por Corrêa (2007), como importantes aspectos da espacialidade da ação humana. Os símbolos presentes no espaço podem ser representados de maneira material ou não, sendo que essas formas se estruturam na produção das desigualdades.

A compreensão de um espaço urbano contraditório, que se faz objeto e sujeito da reprodução e/ou criação de novas formas, torna-se ainda mais complexa, quando analisada no contexto da modernização. Maricato (1996) argumenta que a modernização se apresenta como um novo arranjo à manutenção e expansão do próprio capitalismo, moldando e reestruturando a produção do espaço urbano. Desta maneira, a modernização é entendida como processo que decorre das dinâmicas históricas e geográficas do modo de produção capitalista, produzindo uma reorganização do espaço, do tempo e das relações sociais, que neste contexto, prioriza as hierarquias sociais de dominação, intensificando os processos de diferenciações socioespaciais.

Segundo Bourdieu (1989), a classe dominante busca impor princípios de hierarquização para legitimar sua dominação, apoiando-se, para tal, na própria produção simbólica, que expressa ideias, valores ou crenças que sirvam como manutenção do capitalismo. Tais símbolos tornam-se enraizados na memória “marcados por profundas

diferenças e desigualdades que precisam ser afirmadas, re-afirmadas, re-significadas, e justificadas ou contestadas por meios diversos, entre eles as formas simbólicas espaciais.” Corrêa (2007, p. 15).

Em diálogo com essa perspectiva, Lúcio Kowarick expõe que:

Em termos simples: acentua-se um imaginário social que associa as camadas pobres a um modo e condição de vida que estaria nas raízes da crescente violência que impregna o cenário das grandes cidades brasileiras. esta associação é uma marca das representações que sempre se fizeram acerca da pobreza, que precisava ser domesticada e moralizada nos seus hábitos, costumes e comportamentos. em contrapartida, havia também uma forte matriz discursiva que opunha “trabalhadores pobres” aos “bandidos”. a entonação destas percepções variou no tempo e no espaço, mas penso ser correto afirmar que, fundamentalmente, a partir dos anos 1990, com o aumento do desemprego e subemprego, da favelização e da própria criminalidade, estruturou-se um conjunto de discursos e práticas [...]” (Kowarick, 2009, p. 91)

Desta maneira, o imaginário social sustenta um discurso que cria “barreiras” que muitas vezes decorrem da ausência do Estado e de seus agentes, aqueles que assumem papel político na esfera do poder público, orientado por interesses específicos, que produz e mantém desigualdades socioespaciais ao selecionar onde e para quem o poder público se faz presente.

Compreendemos então, que a fragmentação socioespacial se consolida não apenas por meio de barreiras materiais, mas também através de discursos e estigmas territoriais que orientam as práticas espaciais no cotidiano urbano por meio de barreiras que também são simbólicas. No próximo capítulo, vamos desenvolver esse enfoque a partir da análise da estigmatização.

3. NARRATIVAS E ESTRUTURAS ESPACIAIS

3.1 As objetividade e subjetividades que levam à estigmatização

Desde as primeiras décadas, com a produção de áreas residenciais mais abastadas na cidade, a situação geográfica, que é sempre relativa, acaba por se tornar fator determinante para a segregação de moradores de classes mais baixas. Nas últimas décadas, com o aparecimento adicional de espaços residenciais fechados controlados por sistemas de segurança e vigilância, os processos de diferenciação se aprofundaram.

Tais elementos, que revelam a tendência à diferenciação socioespacial, como a distância ou expressões como “além da linha trem” fazem referência a barreiras físicas, materializadas pelas dificuldades impostas para a circulação de mercadorias e pessoas, e a barreiras imateriais, interpretadas como estigmas territoriais, muitas vezes presentes no imaginário social da população (Cruz, 2024).

O Jardim Morada do Sol situa-se no extremo norte da cidade de Presidente Prudente. Além da estigmatização territorial, seus moradores lidam com a restrição da mobilidade urbana e as dificuldades de acessibilidade ao conjunto do espaço urbano. A Vila Marina, outra área objeto desta pesquisa, é um bairro situado na zona leste de Presidente Prudente, conhecida como “para baixo da linha”, onde os moradores enfrentam o estigma territorial, decorrente desta barreira material e simbólica, influenciando em seus cotidianos, ainda que estejam próximos da área central, o que lhes favorece a acessibilidade a esse setor da cidade.

A partir da década de 1970, a expansão urbana passou a ocorrer de forma mais acelerada, levando a um agravamento de problemas habitacionais, de modo em que se viu a necessidade de se construir conjuntos habitacionais populares (Silva, F., 2008).

Ademais, havia na cidade, até os anos de 1990, áreas de ocupação ilegal. De acordo com Silva (2005), grande parte das residências das áreas públicas eram ocupadas por favelas.

Embora em áreas de padrão ocupacional de baixo poder aquisitivo, mas não totalmente desprovidas de infra-estrutura e serviços, a maior parte dessas ocupações encontra-se nas áreas mais próximas do centro da cidade, ou seja, na Zona Leste e parte da Sudeste: A Zona Leste, área bastante próxima do centro da cidade apresentava uma grande concentração de população de baixa renda, carência de pavimentação, terrenos muito acidentados, com fundo de vale que abrigava grande parte das ocupações e problemas ambientais por causa da utilização dos vales como coamento de esgoto (Silva 2005, p. 49).

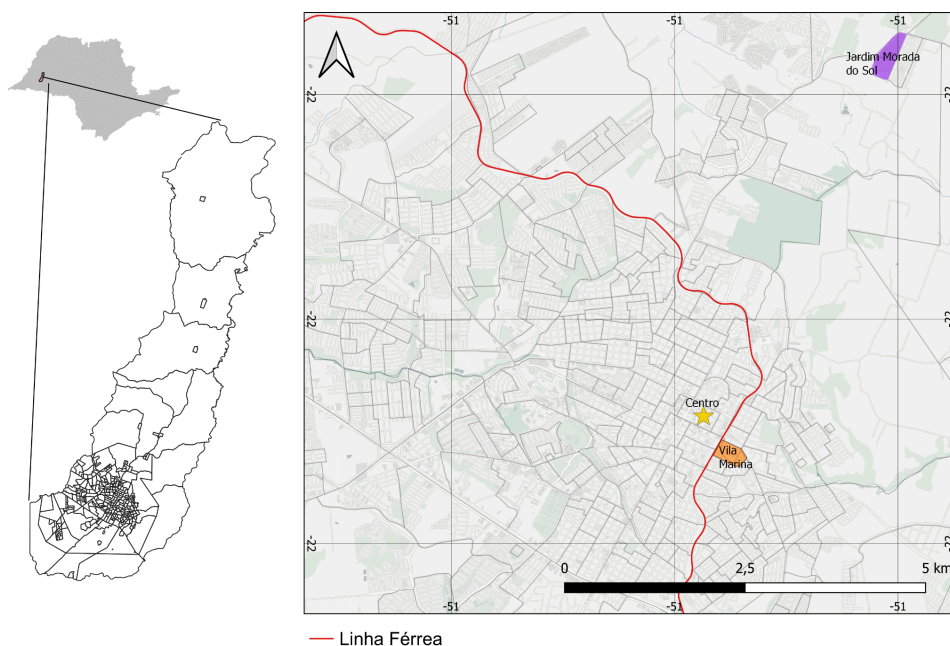
Como solução possível, a população buscava construir, ainda que ilegalmente, moradias em bairros já constituídos, pois, mesmo em áreas de baixo padrão ocupacional, havia maiores possibilidades de participação na vida urbana, com melhores condições de mobilidade e acessibilidade (Silva, 2005).

O estigma atribuído a determinados lugares, está presente no cotidiano do bairro Vila Marina, que é um bairro de classe média-baixa e baixa, que resultou da implantação de loteamentos nas décadas de 1940 e 1950 (Sposito, 1983), destinado para os segmentos de menor poder aquisitivo, o que, em grande medida, marcou o perfil ocupacional deste setor.

Apesar da proximidade com o centro, que favorece a acessibilidade urbana, os fatores físicos e simbólicos acabam por separar os moradores do bairro das áreas melhor dotadas de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos e ocupadas, predominantemente, por segmentos de médio e alto poder aquisitivo.

Enquanto a Vila Marina enfrenta o estigma da linha férrea, como barreira objetiva e subjetiva, o Jardim Morada do Sol representa uma perspectiva mais objetiva do estigma, orientada pela distância e as dificuldades de acesso ao conjunto do espaço urbano que está melhor dotado de condições de vida urbana. O bairro está situado a cerca de 7 quilômetros do principal centro comercial da cidade, cujo acesso dá-se por uma rodovia vicinal que liga a sede do município aos seus distritos.

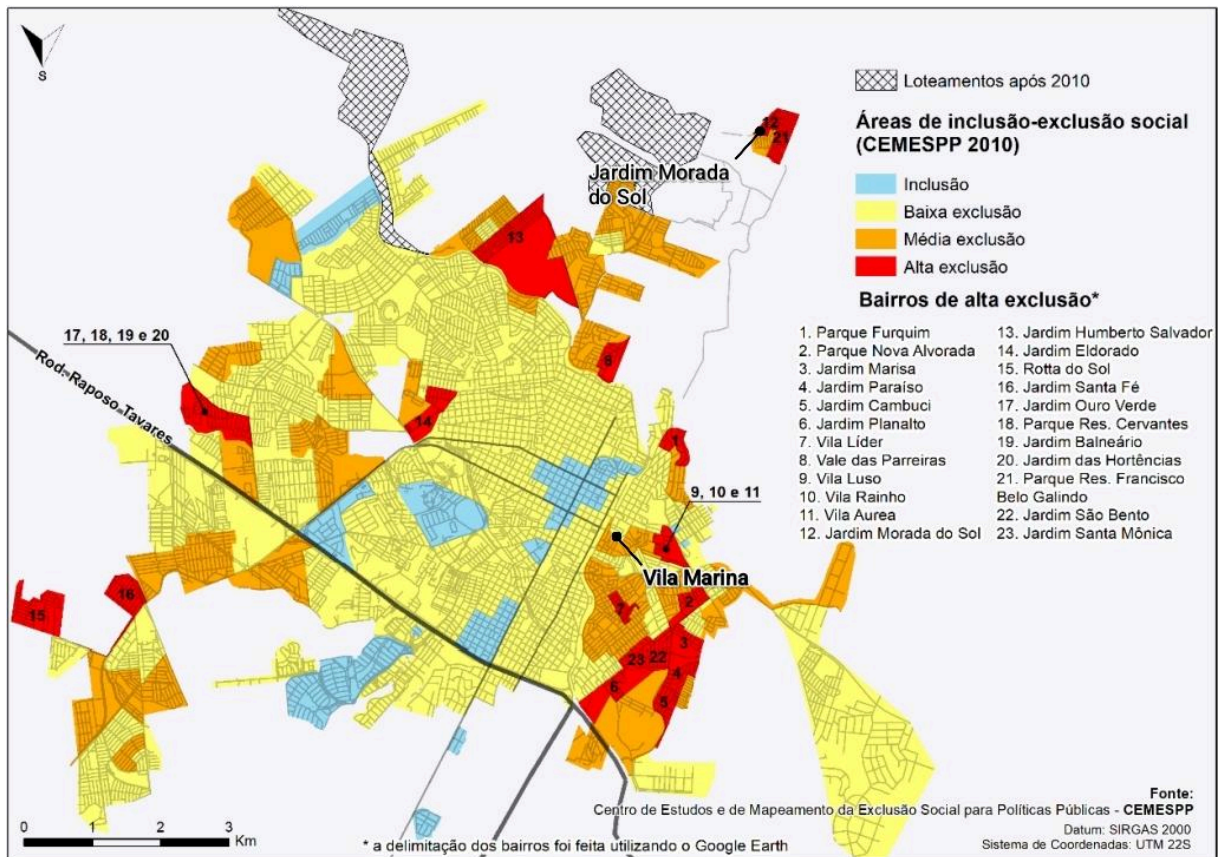
Mapa 2: Presidente Prudente. Situação Espacial do Jardim Morada do Sol e da Vila Marina. 2024



Elaboração: Fonseca, 2024.

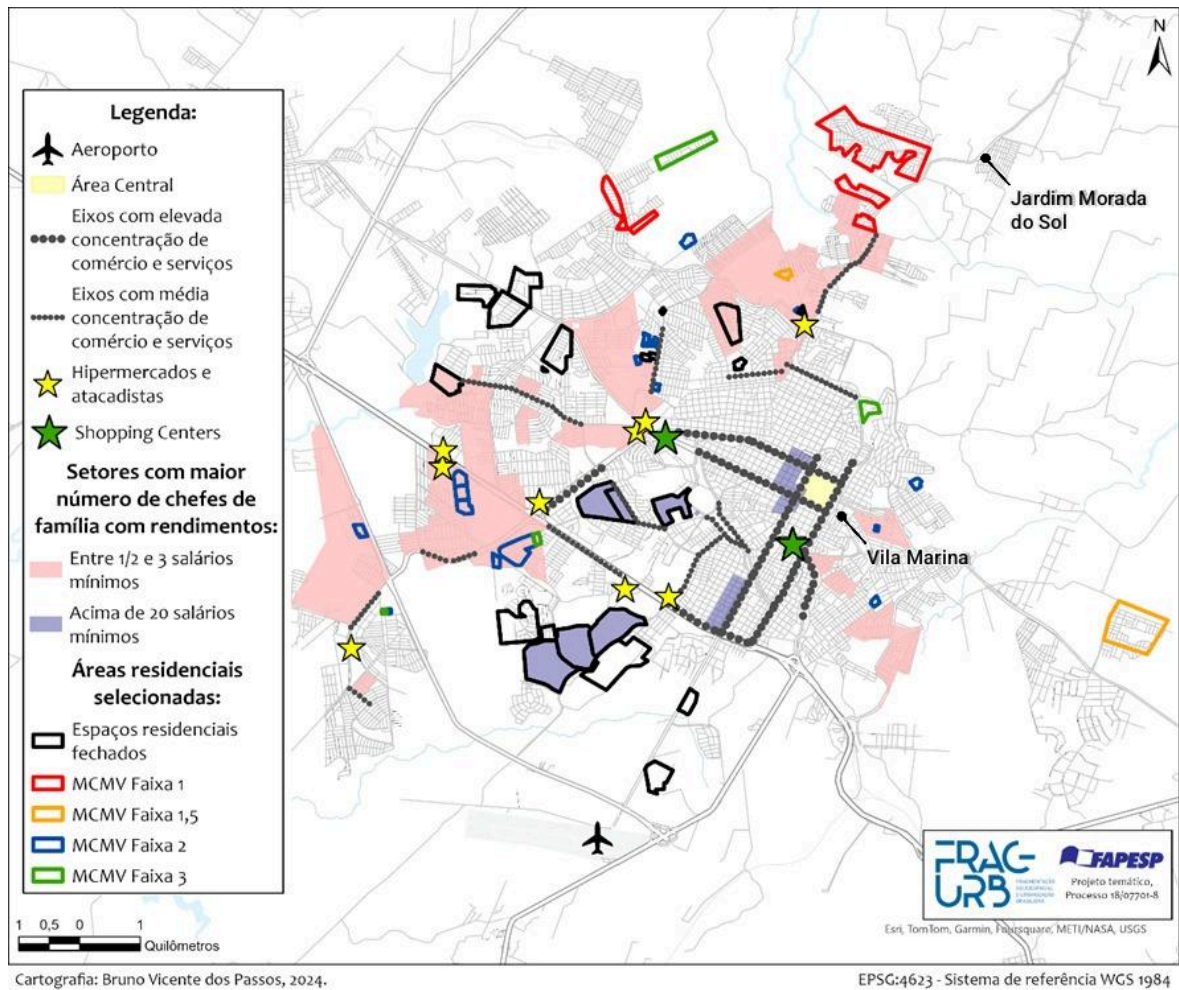
Como podemos observar no **Mapa 2**, o Jardim Morada do Sol é um loteamento localizado em um território extremamente periférico, situado em uma área de alta exclusão social, como o **Mapa 3** mostra. O local encontra-se distante e em descontínuo ao tecido urbano, acarretando em uma baixa mobilidade espacial, fator que sinaliza e acentua o processo fragmentário tanto social quanto espacial.

Mapa 3: Presidente Prudente. Áreas de inclusão e exclusão social. 2014.



Fonte: CEMESPP (2014). Editado pela autora, 2024. Extraído de Lima; Silva; Oliveira (2022).

Mapa 4: Presidente Prudente. Estruturação espacial. 2024.



Fonte: SPOSITO, Eliseu; WHITACKER, Arthur M. In: SPOSITO, M. Encarnação B. 2025, p. 575.

Com base nos **Mapas 3 e 4**, ficam claras as desigualdades socioespaciais no espaço urbano em Presidente Prudente e a concentração de pobres e ricos em determinados setores da cidade.

O **Mapa 3**, em particular, destaca a predominância de exclusão nos setores norte e leste da cidade, onde estão nossas duas áreas de estudo.

O **Mapa 4**, a partir de outros indicadores também revela distribuição socioespacial com desigualdades.

Podemos trabalhar com a hipótese de que essas desigualdades espaciais, que não são apenas socioeconômicas, porque incluem marcadores de raça, classe e gênero, resultam de lógicas hegemônicas atinentes ao modo de produção do espaço urbano, que, no período atual, analisamos por meio do processo de fragmentação socioespacial.

Nesse sentido, como aponta Silva, R. (2005, p. 130), “o poder público, com suas políticas públicas, muitas vezes alimenta essa forma de estruturação da cidade”, gerando um

contexto de segregação que potencializa o estigma territorial. A segregação não é acidental, mas sim um processo intencional, uma vez que “existe uma concentração de áreas de permanência na zona leste, principalmente nas áreas de exclusão, porém próximas ao centro”, enquanto áreas privilegiadas do ponto de vista imobiliário, houve um empenho maior em desocupar áreas privilegiadas (Silva, 2005, p. 53).

3.1.1 O estigma e seus sujeitos

Goffman (1891, p. 8) define o estigma como uma ideologia para justificar os meios de categorizar as pessoas, o que muitas vezes se naturaliza no discurso popular. Baseia-se em diferenças, como as de classe social, mas que também pode incluir marcadores de raça e gênero e resultar de lógicas hegemônicas, que, no período atual, analisamos por meio do processo de fragmentação socioespacial.

Nesse sentido, Phelan, Link e Dovidio (2013, p. 192) afirmam que “aquilo que temos como alvo de estigma ou preconceito é socialmente construído e varia dramaticamente de acordo com o tempo e o espaço.” Desta maneira, o estigma consiste em um marcador social, que rotula os sujeitos e que utiliza de estereótipos que levam a diferentes tipos de discriminação, os quais podem ter efeitos como a perda de status.

“categorização, rotulação, estereotipagem, emoções negativas, desconforto interativo, rejeição social e outras formas de discriminação, além de perda de status e outros efeitos nocivos que afetam as chances de vida dos alvos e sua capacidade de enfrentamento e gerenciamento.” (Phelan, Link e Dovidio, 2013, p. 199).

Relacionamos então, a estigmatização dos sujeitos com a negação dos seus direitos (Goffman, 1891), influenciando em seus cotidianos e práticas espaciais.

Os agentes hegemônicos combinam esforços que perpetuam as desigualdades socioespaciais, buscando formas que legitimem a ordem social. A violência simbólica é um mecanismo de repressão que invisibiliza os grupos marginalizados através de discursos que naturalizam as desigualdades socioespaciais. Segundo Cornejo (2012), alguns autores abordam o conceito de violência como “exercício do poder”, efeito da imposição de um discurso dominante e hegemônico.

A violência, como um fenômeno complexo e multidimensional, tem na distribuição desigual de poder em uma sociedade uma das principais formas de sua manifestação. Sua expressão para diversos fins ocorre em diferentes níveis – sejam eles físicos, psicológicos ou simbólicos – e suas relações sociais, que baseiam sua violência, também impõem certos níveis de visibilidade e legitimidade social (Cornejo, 2012).

Bourdieu levanta a questão para uma estrutura dominante que é detentora de um poder do uso legítimo da violência.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os <<Sistemas simbólicos>> cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam (Bourdieu, 1989, p.11)

Para além de Bourdieu, Rosa e Brito (2009) destacam que a violência simbólica se manifesta por meio das interações sociais e resulta de uma dominação, que impõe uma relação de naturalização do tipo subjugação-submissão.

O exercício do poder destacado por Cornejo (2012) manifesta-se através dos “sistemas simbólicos” (Bourdieu, 1989), que por sua vez, são representados por discursos midiáticos ou estereótipos presentes e disseminados pelas interações sociais.

3.1.2 Estigma territorial

Diante do exposto, o estigma não apenas perpetua a marginalização social, mas também se inscreve no espaço urbano, estigmatizando os sujeitos e seus territórios, sendo que a concentração de grupos desfavorecidos e a ausência de investimentos reforçam ainda mais o ciclo de acentuação e reprodução das desigualdades socioespaciais, refletindo no sentido prático do habitar a cidade, afetando os cidadãos tanto objetivamente quanto subjetivamente.

O estigma, passa a se materializar em locais específicos definidos como um mecanismo de diferenciação socioespacial, que assume um campo determinante na vida cotidiana. Para Wacquant (2001), o estigma territorial caracteriza-se como uma forma persistente de discriminação que prevalece em bairros marginalizados, essa marca é o preconceito em territórios delimitados e segregados.

Wacquant, Slater e Pereira (2014), utilizam da concepção de “estigma territorial” de Goffman e Bourdieu para abordar as consequências da estigmatização em bairros residenciais socialmente menosprezados. Este fenômeno espacial é um novo conceito que se disseminou no final do século passado e que se aprofunda, enquanto realidade socioespacial, com os avanços do liberalismo capitalista. Desta maneira, a reflexão orienta-se, na pesquisa em desenvolvimento, segundo uma perspectiva geográfica, valorizando a dimensão socioespacial, a partir do espaço urbano e das experiências da vida cotidiana.

Em consequência disso, o estigma territorial torna-se um ponto de convergência de diversas formas de desvalorização social, intensificando a exclusão e a marginalização tanto dos sujeitos quanto do próprio lugar.

La estigmatización territorial no es una condición estática o un proceso neutral, sino una forma significativa y perjudicial de acción mediante la representación colectiva centrada en un lugar determinado (Wacquant, Slater e Pereira, 2014, p. 220).

Entendemos que o estigma territorial se naturaliza como algo articulado ao território, carregado de intencionalidades e repleto de significados.

As formas como o estigma recai sobre um lugar são perpetuadas por interesses privados (como demonstram as narrativas da mídia e de empresas imobiliárias) e públicos (na esfera política e burocrática) influenciando as percepções em relação aos territórios estigmatizados. Esse ato proporciona um ponto de partida simbólico e um objetivo prático, para que o estigma territorial funcione como um eixo que possibilita apreender desigualdades socioespaciais (Wacquant, Slater e Pereira, 2014).

Os estigmas projetados nos territórios são geradores de desigualdades socioespaciais, tanto quanto estas acentuam os estigmas visto que reforçam “um imaginário social que associa as camadas pobres a um modo e condição de vida que estaria nas raízes da crescente violência” (Kowarick, 2009, p. 91). Elementos como a distância, ou a generalização da ideia de um lugar “perigoso” passaram a construir no imaginário coletivo uma contribuição para o estigma territorial, processos esses que, segundo Rizzon (2023), são combinados e evidenciados pelo avanço do neoliberalismo.

3.2 Vila Marina: : A Barreira Simbólica como Estigma Territorial

A Vila Marina, situada na zona leste de Presidente Prudente, constitui um exemplo expressivo de como as barreiras físicas se convertem em barreiras simbólicas no espaço urbano. A presença da linha férrea, que historicamente estruturou o crescimento da cidade, ultrapassa a função de simples infraestrutura de transporte, representando um limite material e social, reforçador das diferenciações socioespaciais. Neste cenário, o estigma emerge como um movimento de caráter processual, em constante transformação, de modo que seus conteúdos se alteram ao longo do tempo, ainda que certos elementos se mantenham e possam ser relativizados em relação ao território. Trata-se de uma construção social produzida historicamente por meio das práticas espaciais e das representações que recaem sobre o bairro e seus moradores.

A Vila Marina foi resultado de loteamento privado ocorrido nos anos de 1940 e 1950 (Sposito, 1983), voltada para a população de baixa renda. A maior parte dessas iniciativas teve como objetivo vender lotes urbanos irregulares, por não atender a normativa urbanística (ruas e calçadas estreitas, lote de tamanho mínimo subdividido entre dois ou três adquirentes etc.), para os segmentos de menor poder aquisitivo na cidade, o que, em grande medida, marcou o perfil ocupacional deste setor.

A partir de 1972, observa-se o surgimento de novos loteamentos e o prolongamento de outros já existentes, em um processo de expansão paulatino, sem grandes destaques, o aumento mais significativo deu-se no número de loteamentos, mas não no volume de vendas (Sposito, 1983). Como observa Sposito (1983), esse cenário “contrasta com uma densidade de construções muito grande em toda a porção localizada ao sul da Vila Marcondes”.

Durante esse mesmo período, segundo Sposito (1983), ao se comparar com os outros setores da cidade, esse padrão revela um tipo específico de consumo imobiliário, no qual os lotes eram adquiridos majoritariamente por famílias de baixa renda, destinadas sobretudo à construção de moradias. Em várias situações, mais de um domicílio ocupa o mesmo terreno, revelando, também por este aspecto, a predominância de ocupação da área por estratos socioeconômicos de menor poder aquisitivo.

Ao longo da evolução histórica da cidade, muitas permanências marcaram as dinâmicas socioespaciais da cidade. A ferrovia manteve-se como barreira física e social, mesmo diante do avanço da expansão territorial urbana. Além disso, a morfologia do terreno – com espigões e áreas de declividade – impôs limites naturais ao crescimento urbano. Nesse sentido, Sposito (1983, p.74) ressalta que “o crescimento deu-se primordialmente pelas porções mais elevadas adjacentes ao sítio inicial, ocupando assim os espigões secundários”. Tal constatação sugere que, embora a cidade tenha se expandido, seguiu padrões condicionados pelas características geomorfológicas do sítio urbano.

Em 1989, a cidade de Presidente Prudente, registrava 42 loteamentos em situação de ocupação irregular (Silva, 2005), os quais, em sua maioria, estavam distribuídos próximo às áreas de equipamentos e serviços urbanos – ainda que, mesmo situados nos arredores dessas áreas centrais, ainda encontravam-se desprovidos de infraestrutura básica.

De acordo com Silva (2005), a preferência por áreas próximas ao centro, visava a participação da vida urbana e a possibilidade de acesso mais facilitado ao posto de saúde, escola, transporte coletivo, trabalho, etc.

Embora em áreas de padrão ocupacional de baixo poder aquisitivo, mas não totalmente desprovidas de infra-estrutura e serviços, a maior parte dessas ocupações encontra-se nas áreas mais próximas do centro da cidade ou seja, na Zona Leste e parte da Sudeste. A Zona Leste, área bastante próxima do centro da cidade apresentava uma grande concentração de população de baixa renda carência de pavimentação terrenos muito acidentados com fundo de vale que abrigava grande parte das ocupações e problemas ambientais por causa da utilização dos vales como escoamento de esgoto (Silva, 2005, p. 49).

Apesar da proximidade com o centro, que favorece a acessibilidade urbana, os fatores físicos e simbólicos acabam por afastar o bairro das áreas melhor dotadas de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos e ocupadas, predominantemente, por segmentos de médio e alto poder aquisitivo. Por sua topografia acidentada, que além de um divisor de águas se tornou um marcador da divisão de classes, o estigma de um lugar pobre e violento acabou se tornando um cotidiano para seus moradores.

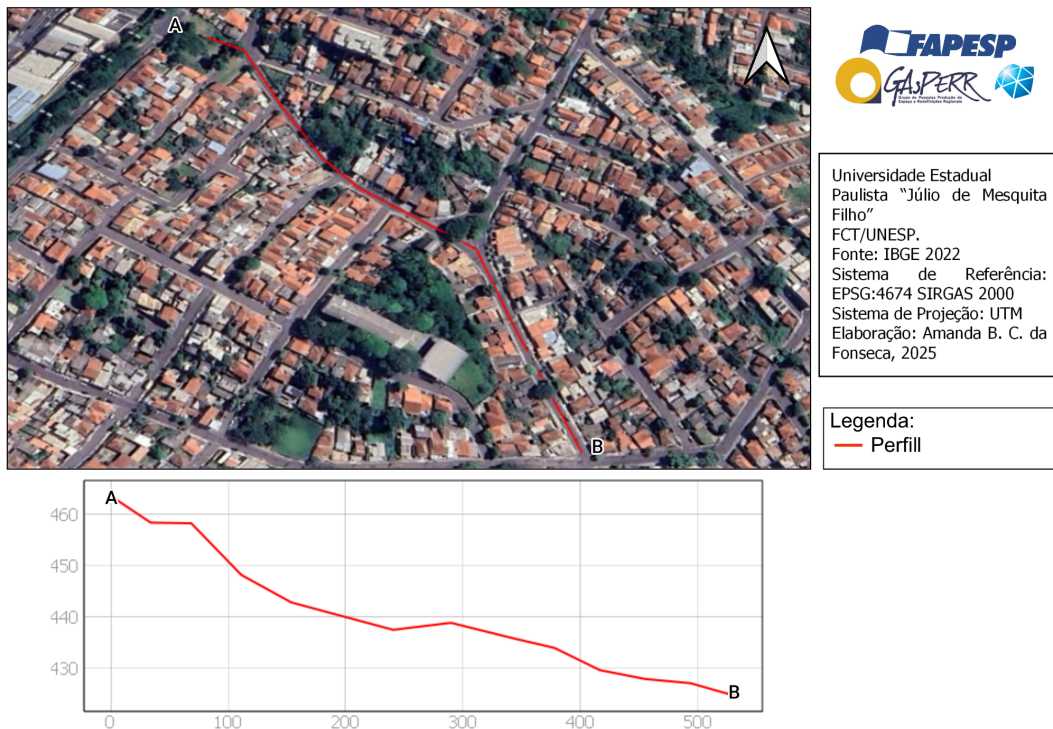
Dessa forma, a proximidade com a área central da cidade não atua como um contra-estigma capaz de neutralizar os efeitos do estigma territorial nesse bairro. O estigma territorial se sustenta, sobretudo, em barreiras simbólicas historicamente construídas, apoiadas na presença da linha férrea e nos discursos associados ao “além linha”.

3.2.1 “Ela é uma linha férrea, mas ao mesmo tempo ela funciona como uma linha de classificação social”

Os loteamentos que se aproximam mais da linha férrea, foram feitos durante a primeira fase das construções pela companhia Marcondes, nas porções mais elevadas do terreno (Abreu, 1972). Já nas encostas, foi realizado pequenos loteamentos irregulares, o que acaba reforçando a diferenciação do padrão socioeconômico do lugar, na alteração desse padrão, apresentando uma diversificação social, que se expressa em edificações desde a classe média-baixa à mais baixa.

Ao observarmos o perfil topográfico traçado na Vila Marina (Figura 3), notamos a acentuada declividade presente no terreno. Essa variação não apenas influenciou a forma de ocupação, mas também contribuiu, ao delimitar as encostas e fundos de vales para as ocupações irregulares e de menor poder aquisitivo, para a ampliação das dificuldades de acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos já disponíveis na cidade .

Figura 3: Presidente Prudente. Perfil Topográfico da Rua Salvador Zangari, Vila Marina.



Fonte: Google Earth, 2025.

Além dos fatores geomorfológicos, o local expressa uma urbanização influenciada pelas dinâmicas imobiliárias e de especulação, que têm delineado as diferenças socioespaciais. Uma vez que seu valor está atravessado por representações simbólicas, construídas coletivamente por diversos agentes sociais, como os meios de comunicação, as instituições políticas e as próprias comunidades. Sposito (1983) aponta que essas representações estão muitas vezes ligadas às barreiras naturais e construídos na cidade:

[...] constituem-se além de barreiras geográficas, devido às dificuldades causadas para a circulação de automóveis e pessoas, também falsas barreiras psicológicas, se assim podemos denominá-las. É comum ouvir-se falar das áreas localizadas além dos obstáculos, como "do lado de lá do rio", "do outro lado da linha", "depois da estrada", etc. Todas são expressões que encerram para estas áreas um caráter de não muito boas para o desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços, ou para a habitação. (Sposito, 1983, p. 83)

Como exposto, a linha férrea, que historicamente dividiu a cidade em duas, atua como o importante marco da diferenciação socioespacial que caracteriza a produção do espaço urbano nesta cidade. Para os moradores, a ferrovia não se configura apenas como uma barreira física, mas como um divisor simbólico, um limite que condiciona o valor do lugar e a identidade de seus habitantes. Essa percepção é reforçada pela topografia acidentada da região

e pela lógica de ocupação que, desde os primeiros loteamentos, delineou as diferenças sociais e econômicas do bairro.

A topografia acidentada, além de um espigão divisor de águas, tornou-se um marcador da divisão de classes. Associado à lógica desigual que embasa a produção do espaço urbano, consolidou a Vila Marina como lugar marginalizado e violento, reproduzindo no cotidiano de seus moradores as marcas do estigma.

A diferenciação socioespacial, que marca o bairro, combina elementos geomorfológicos e urbanos em sua configuração, reflexo direto dessa divisão, especialmente a que é separada pela linha férrea. Como observa Felício (2021, p. 24), “o espaço urbano pode ser compreendido como um elemento dinâmico constituído por fatores naturais e culturais resultantes do acúmulo de processos distintos ao longo do tempo”. A partir dessa análise, o espaço edificado e o uso do solo da Vila Marina constituem a base para compreendermos como o estigma territorial foi se consolidando e se expressa nas práticas cotidianas de seus habitantes.

Com isso, percebe-se a linha férrea, como base e símbolo da diferenciação socioespacial e de constituição de subjetividades que levam à estigmatização do território e seus moradores, alinhados a uma abordagem histórico-geográfica.

A ocupação de áreas de topografia acentuada por populações de menor poder aquisitivo, associada à desigual distribuição de infraestruturas urbanas, reforça a forma como agentes hegemônicos produzem e organizam o espaço urbano. Nesse sentido, as dificuldades de acesso a equipamentos, serviços e à própria manutenção urbana, decorrentes da expansão da cidade sobre áreas geomorfologicamente desfavoráveis são resultados de decisões políticas e imobiliárias que produziram desigualdades socioespaciais. Esses elementos, uma vez inscritos no território, passam a ser ressignificados no imaginário social, reforçando discursos e representações estigmatizantes que recaem tanto sobre o lugar quanto sobre seus moradores.

Essa complexa relação entre o espaço físico, suas estruturas e o estigma são profundamente sintetizados na fala de Henrique, também morador da Vila Marina, que percebe como uma barreira material adquire um potente significado social.

Sim... querendo ou não, é incrível como as coisas funcionam, ela é uma linha férrea, mas ao mesmo tempo ela funciona como uma linha de classificação social, um simples detalhe (Henrique, 55 anos, Vila Marina).

Observamos então, que a zona leste, apesar de ser uma área bastante próxima do centro da cidade, associa-se a desvalorização simbólica que o setor carrega, marcado por um

estigma territorial. As subjetividades projetadas no "lado de lá"- que podem ser materiais e imateriais - são geradoras de desigualdades socioespaciais que reforçam os estigmas com os quais os moradores da Vila Marina lidam cotidianamente. Para Kowarick (2009, p.91), essas subjetividades acentuam "um imaginário social que associa as camadas pobres a um modo e condição de vida que estaria nas raízes da crescente violência".

Quem conhece e quem frequenta sabe que é um lugar muito bom, mas eu já vi restrições de pessoas da alta sociedade de Prudente, que tudo que é da parte leste da cidade ou "além linha", eles tem restrições sociais. Mas é por lenda, porque aqui é tão bom quanto as outras zonas da cidade, talvez até mais calma, mas tem um histórico ruim, não sei o porquê... (Henrique, 55 anos, Vila Marina).

Para os moradores, a ferrovia vai além de uma barreira material, que divide a cidade, ela também constitui um fator de separação territorial, que transcende sua função original e fragmenta a cidade.

A questão da crítica que eu disse de algumas pessoas em relação a essa área, em muito a linha férrea contribui para esse tipo de crítica. (Henrique, 55 anos, Vila Marina).

A reflexão leva-nos a compreender como o espaço se torna um reflexo das dinâmicas sociais, econômicas e simbólicas que atravessam a cidade, entendendo que, de certa maneira, a linha férrea se tornou a base para a constituição de subjetividades, que levam à estigmatização de um território e de seus moradores.

3.2.2 Caracterização do bairro

A partir da reflexão sobre a formação do espaço urbano enquanto reflexo de uma sociedade de classes que "diferencia os seus membros a partir do lugar que ocupam tanto na produção quanto na distribuição da riqueza gerada" (Carlos, 2007, p. 470), pode-se considerar o modo de produção e estruturação socioespacial, elementos importantes que reforçam a fragmentação socioespacial.

A imagem da **Figura 4** evidencia diferentes formas de habitação que se adaptam a um terreno declivoso, acompanhando o relevo da vertente. Destaca-se a área analisada como um ambiente modificado pelo homem. A interferência no sistema natural e sua modificação intencional geram uma paisagem complexa, evidenciada pela constituição dos edifícios, tamanho da área construída e dos lotes, material construtivo etc.

Figura 4: Vila Marina. Registros de campo da vista do bairro.



Fonte: a Autora, 2024.

A área analisada destaca-se por seu caráter residencial destinado a população de renda baixa e média-baixa. Os principais elementos identificados foram os loteamentos destinados a uso residencial, além da presença de praças e parquinhos, áreas arborizadas, e estabelecimentos comerciais e de serviços destinados a estratos de consumo menos elevados.

Como destacado no tópico anterior, a Vila Marina é composta por dois tipos de ocupação: - os loteamentos das décadas de 1940 e 1950 apresentaram um padrão de tamanho de lote maior, as dimensões de quadras e vias são melhor posicionadas, todos esses elementos articulados à sua área geomorfológica, permitindo um maior planejamento; - os loteamentos realizados sem qualquer critério legal (Sposito, 1983).

[...] as ruas são estreitas, lotes chegam a ter apenas 5,5 metros de frente em decorrência da subdivisão de lotes de 11 m, não foram reservadas áreas públicas, a regularização junto à Prefeitura Municipal foi deixada de lado propositalmente, para diminuir os “custos do produto”[...] (Sposito, 1983, p. 151)

Em sua totalidade há uma permanência tanto na forma como também no conteúdo no bairro. O relevo acentuado da região permanece como um elemento dominante, moldando a ocupação do bairro. Observa-se a persistência de algumas casas de madeira, que, apesar de minoritárias frente à predominância de edificações em alvenaria, são importantes vestígios do passado do bairro.

Também podemos observar que as imagens (**Figura 5**) evidenciam a manutenção dos loteamentos irregulares que ocorreram durante a segunda fase de loteamento do bairro. É

possível notar que terrenos foram subdivididos, resultando na coexistência de múltiplas residências em um mesmo lote, como exemplificado pela numeração "Casa 301" e "Casa 301 Fundos" nos fundos. Essa peculiaridade do parcelamento do solo não apenas reforça a informalidade e irregularidade históricas da ocupação, mas também reflete as complexas dinâmicas socioespaciais que continuam a caracterizar a paisagem da Vila Marina.

Figura 5: Vila Marina. Subdivisão do lote. 2024



Fonte: a Autora, 2024.

Considerada esta informação, podemos concluir que este setor da cidade não conheceu aumento expressivo de vendas, que contrasta com uma densidade de construções muito grande em toda porção localizada ao sul da Vila Marcondes. A topografia acidentada não permite que a área seja interessante para a ocupação de classes de renda mais alta, pelo menos enquanto houver para tal outras áreas que exijam menor inversão de capital para as construções. (Sposito, 1983, p. 148).

É um bairro pequeno, com edificações de características semelhantes, de lotes menores. Observa-se, também, terrenos que, inicialmente, foram ocupados de maneira irregular, explicado pelo modo como foi realizado seu parcelamento.

Para oferecer mais elementos para se apreender a paisagem do bairro, passamos à identificação de suas unidades. Tal identificação possibilita captar as morfologias e estruturas espaciais do bairro, evidenciando suas formas diferenciadas de apropriação do espaço urbano e processos de transformação.

Segundo Silva, Lima, Magalhães (2014), cada unidade de paisagem possui características, potencialidades e entraves distintos entre si. Com o objetivo de caracterizá-las em escalas diferentes, procedemos à separação em “itens”, de acordo com sua forma, função e estrutura (**Quadro 4**).

Quadro 4: Critérios para definição das unidades de paisagem.

ITEM	SUB-ITEM
Forma do Parcelamento	constituição das vias
	dimensões de quadras
	quantidade e distribuição dos espaços de lazer
	presença de espaços institucionais
Tipos de Usos e Ocupações	padrão edílico
	números de afastamentos e existência de recuos
	tamanho de lote
Tendências ou Constatações de Transformação	potencial edílico permitido pela legislação
	existência de processo desmembramentos ou remembramento
	presença de alteração de uso
Espaços Livres de Edificação	padrão viário
	dimensões das calçadas

	tipos de cercamentos dos lotes
	dimensões e articulações das praças
	presença de parques urbanos

Fonte: Adaptado de: Silva, Lima, Magalhães, 2014.

Mapa 5: Presidente Prudente, Vila Marina. As unidades de paisagem. 2025



Fonte: Fonseca, 2025.

Quadro 5: Caracterização das diferentes Unidades de Paisagem. Área de estudo.

Unidade de Paisagem	CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES DE PAISAGEM
UP A	A UP A está abrangendo parte do centro comercial principal da cidade, mais próxima à Avenida Manoel Goulart e é caracterizada por um plano urbano ortogonal, composto por vias que se encontram em linhas em 90°. Há também a predominância de espaços privados como lojas e comércios. A tipologia dos imóveis segue aspectos de uma forma de ocupação relativamente homogênea.
UP B	É caracterizada pelo plano urbano irregular que acompanha a morfologia do bairro. Há mudança no padrão habitacional predominantemente no patamar topográfico de cota mais alta. Lotes pequenos e médios, que marcam um loteamento implantados fora das normas legais
UP C	Caracteriza-se pelo carácter residencial e também pela presença de espaços institucionais. Seu plano urbano é uma mescla do ortogonal e do irregular. Predominam quadras tamanho padrão, lotes médios e com pouco espaços abertos

UP D	A área em destaque tem elementos das UP B e UP C , muito por conta de seu processo histórico de urbanização, marcado por residências de padrão média-baixa e lotes médios. Seu plano é bem similar ao da UP B , composto marginalmente por edifícios residenciais e também por espaços privados. Destaca-se também a presença da modificação de usos, por meio do processo de refuncionalização.
-------------	--

Fonte: A autora, 2025. Adaptado de: Silva, Lima, Magalhães, 2014.

As áreas representadas no quadro denotam múltiplas unidades de paisagem, cada qual com suas particularidades. A **UP A**, por exemplo, representa o primeiro centro comercial principal, com um plano urbano ortogonal e predominância de espaços privados e tipologia homogênea. A **UP B** e a **UP D** compõem propriamente o bairro Vila Marina, que por sua vez, é caracterizada por um plano urbano irregular que acompanha a morfologia do bairro, com lotes pequenos e médios que indicam loteamentos construídos fora das normas legais e uma notável mudança no padrão habitacional junto às cotas mais altas do terreno.

Refletimos, então, sobre como a condição socioeconômica, está atrelada intrinsecamente à valorização do bairro, tanto no campo imobiliário, quanto na dimensão simbólica. Enquanto as áreas centrais apresentam um padrão mais consolidado e valorizado, os bairros localizados “além linha” mantêm características de urbanização antiga e menor investimento público, o que reflete um processo histórico de ocupação desigual, ainda que, nos dias atuais, estes fatores pesem de maneira menos intensa.

3.2.3 “Ah, esse lado nosso da cidade é esquecido...”

Segundo Sposito (1983), as infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos são como um atributo locacional fundamental que moldam a estrutura social e espacial da cidade, determinando a valorização diferencial do solo urbano e também acentuando o processo de diferenciação socioespacial e da segregação socioespacial, em alguns casos. Desta forma, vemos a oferta desigual de serviços públicos, equipamentos e infraestruturas como fator de valorização e diferenciação socioespacial.

Quando tratamos das infraestruturas urbanas, tomamos como referência enquanto um conjunto de sistemas, que visam o atendimento às necessidades básicas (Puppi, 1981) e estruturas de oportunidade, enquanto campo de atuação do Estado (Penna e Ferreira, 2002).

As estruturas de oportunidade são oferecidas pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade. O Estado é o que atua de forma mais significativa, por promover as políticas de infraestrutura urbana e viária, as políticas sociais (habitação, escolas e

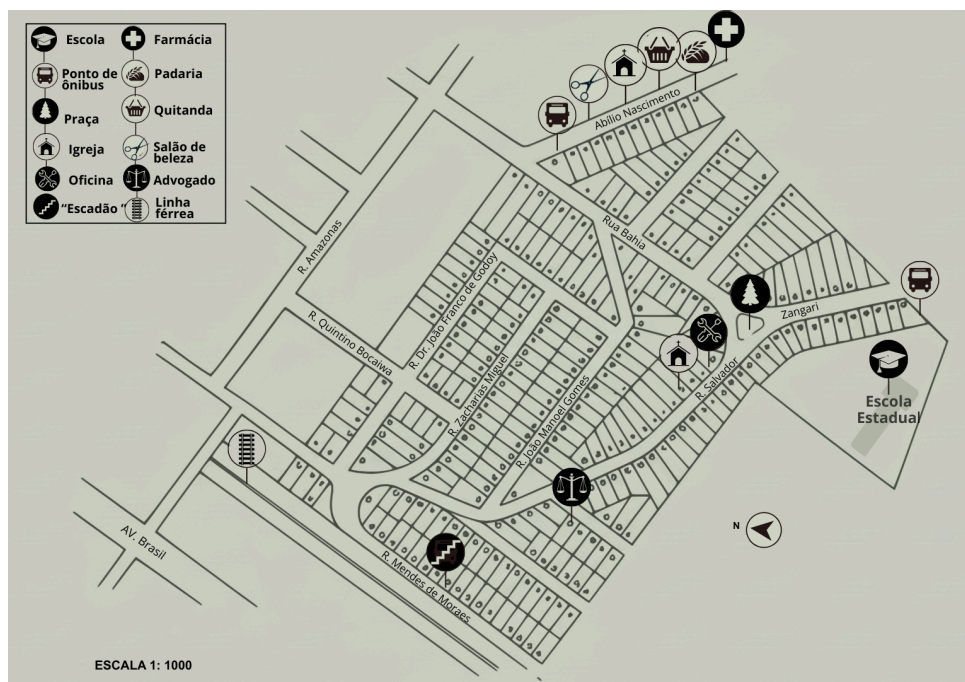
creches, saneamento básico) e econômicas (créditos, mercado de trabalho, financiamento à produção) (Penna e Ferreira, 2002, p. 26).

No que se refere aos meios de consumo coletivo (infraestruturas, equipamentos e serviços públicos), observa-se na Vila Marina que a presença de infraestruturas básicas, como ruas asfaltadas, iluminação pública, e redes de abastecimento de água e esgoto, que estão implantados de forma regular, o que convive e contrasta, segundo alguns moradores, com ausências de manutenção significativa das áreas de lazer e equipamentos públicos, que correspondem aos equipamentos, bem como a ofertado serviço de coleta de lixo, que não se faz de modo adequado ou com a frequência desejada.

O bairro também conta com uma unidade escolar, áreas de estabelecimentos e prestação de serviços e oferta de transporte público com quatro linhas de ônibus (107 Vila Aurélio/Jardim Panorâmico; 110 Parque Bandeirantes/ Parque Furquim; 111 Ana Jacinta/ Via Furquim/ 113 CECAP/ Santa Mônica), que atendem não somente o bairro mas o setor da cidade, enquanto um ponto de acesso entre o Terminal Rodoviário da Zona Leste e o Centro.

A maior concentração de atividades comerciais ocorre nas ruas Mendes de Moraes e Abílio Nascimento, que se destacam pela maior circulação de pessoas e oferta de serviços. Nas demais vias, o movimento é reduzido e o uso do espaço residencial predomina. Podemos observar na **Figura 6**, a localização dos principais equipamentos e serviços do bairro.

Figura 6: Vila Marina. Equipamentos e Serviços Urbanos. 2025



Malha urbana: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. Fonte: Google Maps.

Elaborado pela autora, 2025.

Nem sempre a presença desses meios de consumo coletivo é acompanhada de um sentimento de reconhecimento ou valorização. As falas a seguir expressam o contraste entre a existência das condições para a vida urbana e a sensação de esquecimento.

A iluminação agora melhorou, faz uns oito meses mais ou menos que trocaram as lâmpadas pelas de led, porquê antes era bem escura as ruas, mas elas estão cheias de buracos também né, não está tão legal não viu... precisa melhorar mais viu, bastante...

[Não tem manutenção constante?]

Não, não tem, varredor de rua então, principalmente... Ontem mesmo passou um homem carpindo aqui, mas carpiu de um jeito... Se eu for carpi eu faço melhor (risos), ele deixou cheio de mato, se você olhar ali dá para ver. Mas assim, falta muita coisa (Cátia 65 anos, Vila Marina)

Apesar de ter recebido melhorias pontuais, como a troca de iluminação, a carência de manutenção rotineira das vias e da limpeza pública é o que reforça a sensação de descuido e abandono.

Essa percepção é confirmada por outros moradores, que se referem a um sentimento de esquecimento, pois reparos pontuais não se traduzem em melhorias duradouras, reforçando a ideia de desigualdade na distribuição espacial dos investimentos urbanos.

Não, não existe manutenção não... A rua é desse jeito, teve uma reforma ali, mal feita, mas fizeram... mas mesmo assim a rua continua dessa forma (Sofia, 28 anos, Vila Marina)

Outro elemento apontado pelos moradores é a falta de investimentos em programas sociais e de lazer para a comunidade. As opiniões registradas pelas entrevistas foram reforçadas durante a realização do grupo focal, quando algumas colaboradoras comentaram sobre os equipamentos de uso coletivo, sobretudo aqueles voltados à convivência e às práticas esportivas da juventude, principalmente o Ginásio de Esportes Marcelo Siqueira, localizado próximo ao bairro, que existe enquanto espaço de lazer, mas é subutilizado:

A melhoria que falta naquele ginásio é uma oportunidade para os jovens que ficam na rua, ali tinha que ter mais campeonatos de bola, para os jovens, tem tantos esportes que podem ser feitos ali. Que nem dia de... todo sábado vai um pastor na parte da manhã, dá aula para as crianças mais pequenas, uma hora de aula e depois dá para os adultos. **Poderia ter mais oportunidade**, mais vezes, que ele pode vir só uma vez por semana. É voluntário, ele faz voluntariamente, gratuito que ele faz, um pastor de uma igreja. Então acho que podia ter mais disso ali, porque é um ginásio tão bom, tão grande ali (Colaboradora 1, Grupo Focal, Vila Marina).

A ausência de atividades e políticas públicas voltadas ao lazer reforça o sentimento de abandono, que contribui diretamente para a situação de vulnerabilidade da juventude no bairro, como complementado por outra colaboradora:

Mas se a gente tivesse mais coisas para os **jovens** dessa nossa vila, porque hoje em dia tem muitos jovens perdidos... eu vejo ali na rua de 12, 13 anos já perdidos, já usando droga lá na esquina, já fazendo outras coisas por aí, né. Se tivesse onde talvez esses jovens se entreteram, vamos dizer assim, tem jogos ali, vamos jogar, se fosse jogo de baralho, sei lá, ou futebol mesmo, alguma outra coisa que eu aprendesse a pintar, desenhar, dança, teatro... eu acho que seria um pouco bem melhor para a nossa vila começar a andar, ter umas pernas, melhor andar, ter uma comunidade, melhorar a nossa comunidade, porque pelo que eu vejo, que eu percebo, a nossa geração, que vai morrer daqui um pouco, do meio da minha faixa etária, vai se acabar, e os jovens que vamos ter futuramente, e os que estão ainda, as vezes que vão nascer, eles não vão ter muito recurso na vida, muita coisa, nada, porque não é olhado por ninguém... **As gestões nossa não tomam conhecimento dessa parte, está fazendo nada com os jovens** (Colaboradora 2, Grupo Focal, Vila Marina).

O ginásio, como expressão material de um direito coletivo não efetivado, acaba reproduzindo e naturalizando um imaginário coletivo associado ao estigma territorial, de modo em que a falta de investimentos em programas sociais e de lazer não apenas priva os jovens de oportunidades, mas também reforça a marginalidade associada ao bairro. Na fala da colaboradora, essa ausência é elaborada não apenas como uma carência presente, mas tensiona o presente e o futuro do bairro, por meio da juventude.

Um outro elemento relevante, destacado durante os trabalhos de campo, foi a ausência das políticas públicas materializadas na infraestrutura da linha férrea e nas áreas de encostas. A precarização reforça a sensação de insegurança e revela a persistência de um estigma historicamente construído, enquanto um marcador físico e simbólico.

[Em relação a linha férrea]

Lá para cima a coisa é louca. Fica muito usuário lá também, por causa do escuro... é meio perigoso, subindo lá para cima.

[Por aqui já é mais tranquilo?] Aqui em baixo é mais tranquilo, porque a rua é tranquila, tem o parquinho ali que é bem iluminado... mas lá em cima no “escadão” que sobe para a Mendes é perigoso. Fora o mato também ali, né? Cresce e eles demoram horrores para poder ir podar, então ali fica bem difícil, principalmente a noite, bem perigoso (Sofia, 28 anos, Vila Marina).

A sensação de perigo e a referência a práticas consideradas perigosas, como o uso de substâncias químicas ilegais atuam como a manifestação final do estigma territorial, unindo o abandono do poder público à desvalorização social do espaço. Ainda que esse sentimento se

origem em pontos específicos, como na linha férrea e nas encostas, seus efeitos atingem, no campo simbólico, o território e seus sujeitos, de maneira generalizada.

Desta forma, as percepções dos moradores, registradas durante as entrevistas, mais uma vez, reforçam essa dualidade entre a presença de serviços e a carência de manutenção, revelando sentimentos de abandono e desvalorização do bairro:

A escola é ótima, porque tem perto. O posto de saúde também tem perto, mas não é de qualidade boa, né? O atendimento é regular, não é ótimo (Sofia, 28 anos, Vila Marina).

Tem um posto muito próximo daqui também, a quatro quarteirões... tudo pertinho. [...] a coleta de lixo é pontual, você tem assim, esses serviços públicos que não são dos melhores, mas são funcionais (Henrique, 55 anos, Vila Marina).

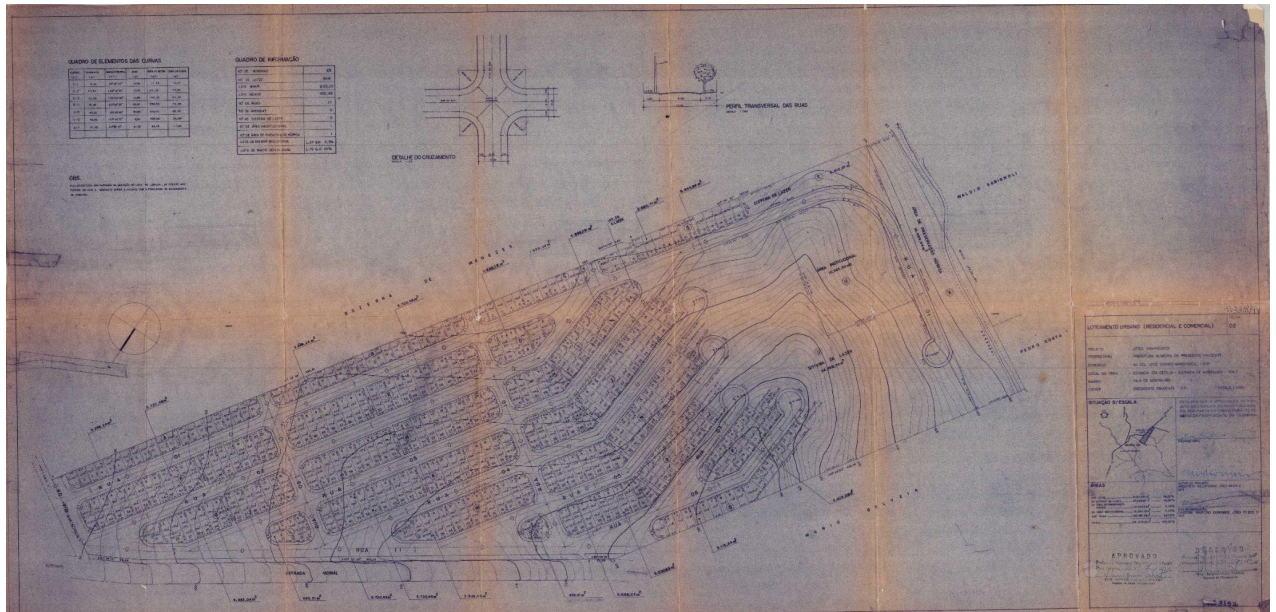
Levando-se em consideração esses aspectos, os meios de consumo coletivo da Vila Marina são marcados não pela ausência total, mas pela negligência, que reforça sentimentos de esquecimento, de modo em que “Nesse contexto, em diferentes perspectivas, a ação do poder público emerge como um instrumento protagonista na reprodução ou redução da desigualdade social” Bittencourt e Faria (2021, p.2).

3.3 Jardim Morada do Sol: A Distância como Estigma Territorial

No contexto das políticas habitacionais, é possível observar como tais iniciativas, muitas vezes, promovem reforçam processos de segregação socioespacial ao distribuírem as moradias populares em áreas periféricas e descontínuas do tecido urbano, o que acaba reproduzindo as desigualdades socioespaciais. Fatores como a localização e a oferta de infraestruturas, são muitas vezes determinantes para as possibilidades de mobilidade, acesso a serviços e inserção social dos moradores em condição de segregação socioespacial.

O Jardim Morada do Sol faz parte do “Programa de Desfavelamento e Loteamentos Urbanizados” de 1991, colocado em prática no segundo mandato do Prefeito Paulo Constantino. Na **Figura 7** está o plano urbano que orientou a implantação do loteamento.

Figura 7: Plano urbano do loteamento Jardim Morada do Sol, 1894.



Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente

O programa foi criado com o objetivo de atender as famílias que não puderam ser amparadas pela implantação do Conjunto Habitacional Ana Jacinta (Silva, 2005) e também foi utilizado para o deslocamento de moradores de favelas.

Entre os objetivos do projeto estavam: a legalização das moradias por fixação ou deslocamentos; melhoria das condições de moradia através da construção de novas habitações e implementação de infra-estrutura; participação da população nos encaminhamentos, com amplo esclarecimento; integração com as secretarias municipais; acompanhamento técnico (social e físico); remanejamento temporário das famílias durante o período de recuperação das áreas e construção das casa; acompanhamento na mudança das famílias para as novas casa; desenvolvimento de programas sociais voltados à saúde, lazer, trabalho e educação (Silva, 2005, p. 50).

A expansão da cidade marcada pelo alto preço da terra nas áreas urbanizadas e o crescimento da população levaram a insuficiência de moradias adequadas (Komuro, 2018). Nesse contexto, Silva (2005) apresenta o primeiro registro de favelas em Presidente Prudente ocorrido em 1959, que passa a ter um crescimento acelerado em 1970. Em decorrência disso, “em 1989, foi criado o Programa de Desfavelamento, e, em 1990, o Programa Loteamentos Urbanizados – para atender as famílias não beneficiadas no primeiro” (Komuro, 2018, p. 14).

Embora o projeto tivesse objetivos como a legalização de moradias, a melhoria das condições de habitação e o desenvolvimento de programas sociais (Silva, 2005), a sua implementação acabou por reproduzir as desigualdades socioespaciais. Como pontua Silva F. (2008):

Para implantação de novos loteamentos foi, em 1996, com a elaboração do novo Plano Diretor, ampliado o perímetro urbano para a regularização dos mesmos. Tornou-se, então, visível a verdadeira intenção do poder público em “esconder” os moradores das favelas e se agregando à situação sócio-econômica dos moradores apresenta-se um contexto de segregação socioespacial. Esse aspecto é reforçado pelo fato de estarem no setor norte da cidade, área pouco valorizada do ponto de vista imobiliário, visto que os setores oeste e centro-sul têm população com poder aquisitivo mais elevado, conseqüentemente sendo áreas mais privilegiadas pelo mercado imobiliário e pelos investimentos públicos (Silva F., 2008, p. 21).

As decisões de uso e ocupação do solo são orientadas por interesses políticos e econômicos. Enquanto reflexo da sociedade, o espaço urbano é produto das relações hierárquicas das classes. Entendemos que as condições de mobilidade e acessibilidade distribuídas desigualmente no espaço, sob a lógica centro-periferia, gera um contexto de segregação socioespacial que potencializa o estigma territorial.

Segundo Silva (2005), a expansão territorial da cidade de Presidente Prudente deu-se de forma descontínua à malha urbana consolidada, evidenciando um processo apoiado, na prática dos poderes públicos, de delimitar áreas distantes para serem destinadas aos programas habitacionais.

Desta maneira, a partir da discussão acerca das desigualdades socioespaciais, sobretudo no processo de estigmatização territorial e como elas se expressam de maneira objetiva, partimos dessa perspectiva entendendo a redução da mobilidade e da acessibilidade como fator expressivo na segregação socioespacial, evoluindo como processo para a fragmentação socioespacial expressa no plano material e imaterial e vivida no cotidiano urbano.

O Jardim Morada do Sol situa-se no extremo norte da cidade de Presidente Prudente, descontínua da malha urbana, pois está localizado no Km 7 da Rodovia Raimundo Maiolini que interliga Presidente Prudente ao Distrito de Montalvão, com 7 quilômetros de distância do principal centro comercial da cidade.

Segundo Silva (2005), em 1991, a Prefeitura Municipal doou a área do loteamento à Companhia Prudentina de Desenvolvimento Urbano (PRUDENCO), para a comercialização dos lotes. “Para ter acesso aos terrenos, o beneficiário deveria ter renda máxima de quatro salários mínimos, família constituída e ser residente de Presidente Prudente a mais de três anos” (Silva, 2005, p.93).

Grande parte dos moradores transferidos residiam anteriormente em favelas, que agora passam a fazer parte de um programa de urbanização implantado para além do perímetro urbano, em uma área que, inicialmente, estava destinada para implementação de um cemitério municipal (Cruz, 2023). Na época, o número de lotes disponibilizados não foi o suficiente

para atender todos os moradores em situação de irregularidade e, como solução, a área destinada a ser o cemitério teve sua função alterada, e aqueles que moravam nas favelas há menos tempo, foram mandados para o atual Jardim Morada do Sol (Silva, 2005).

A maior parte da população chegou ao loteamento entre os anos de 1997 a 1999, no qual as condições de vida eram muito precárias e que foi agravado pela distância, o que contradiz o que o contrato do loteamento previa: “a donatária cedeu os lotes padrões com água e energia elétrica para que o adquirente construísse, no prazo de 90 dias do prazo de aquisição”, enquanto, na prática, os lotes foram entregues sem a mínima infraestrutura (Cruz, 2024).

De acordo com Cruz (2024), até 1997, os moradores contavam apenas com as ações assistenciais da sociedade civil e de organizações religiosas, como a Igreja Católica e a Casa da Sopa Francisco de Assis, mantendo sua presença e relevância no bairro até hoje.

Ao analisarmos a mobilidade urbana, os principais problemas identificados são influenciados por fatores como a falta de infraestrutura adequada e a dificuldade de locomoção. Tais fatores reduzem significativamente o acesso a oportunidades como trabalho, educação, comércio e saúde.

Tais processos revelam as estruturas sociais, a construção dos espaços e as relações existentes. O espaço urbano, representado em sua paisagem, repleto de sentidos e significados, constitui um conjunto de formas e conteúdos, que são reflexo, meio e condição social, econômica e política. As cidades apresentam sobreposição e justaposição de planos urbanos, permitindo-nos analisar e compreender o sítio urbano e as transformações decorrentes da abertura de loteamentos, da ocupação dos lotes e da circulação de veículos e pessoas.

3.3.1 Caracterização do loteamento

O Programa de Desfavelamento e Loteamentos Urbanísticos, conduzido pela prefeitura e pela empresa PRUDENCO, visavam o assentamento de famílias com renda máxima de quatro salários mínimos, que adquiriram o lote por meio de financiamento e eram responsáveis pela construção das moradias com recursos próprios (Komuro, 2018). Tais iniciativas acabaram abrindo caminhos para loteamentos no setor Norte da cidade, chamada por autores de “extensão da zona Leste na porção Norte da cidade, devido ao padrão de ocupação destas áreas.” (Silva, 2005). O Jardim Morada do Sol insere-se nesse contexto,

apresentando traços de um loteamento periférico, com predomínio de moradias de autoconstrução e infraestruturas precarizadas.

Grande parte dos imóveis é composta por construções de padrão popular e de classe média baixa, erguidas de forma gradual pelos próprios moradores (**Figura 8**). O bairro apresenta um plano urbano ortogonal, com quadras regulares, mas que acompanham a topografia do terreno, de modo que algumas ruas acabam se estreitando e as calçadas, quando existem, propiciam pouca ou nenhuma acessibilidade, evidenciando a fragilização das políticas públicas voltadas à urbanização e mobilidade local, conforme observado na **Figura 9**.

Figura 8: Jardim Morada do Sol. Padrão dos imóveis residenciais. 2024



Fonte: a Autora, 2024.

Figura 9: Jardim Morada do Sol. Calçada com entulhos, dificultando a passagem. 2024

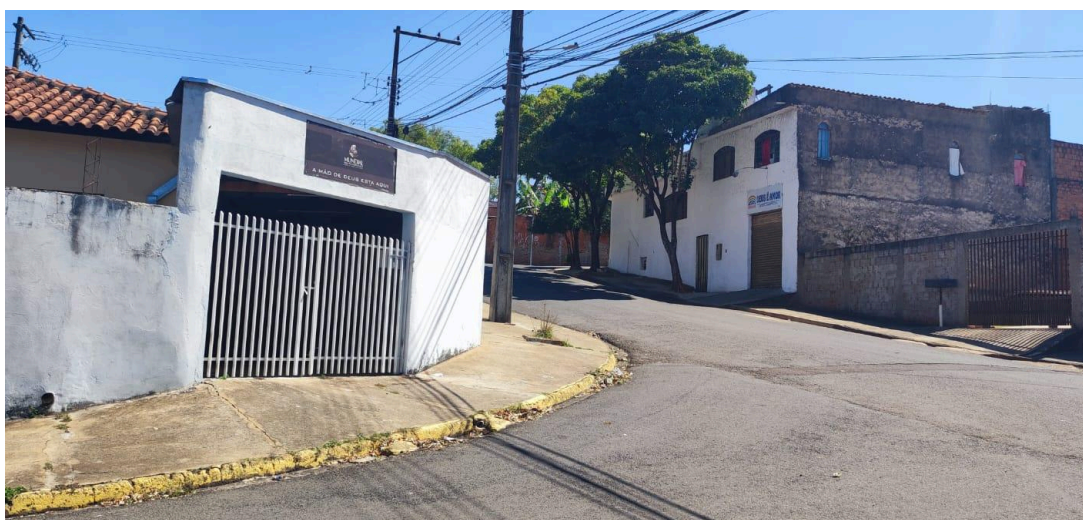


Fonte: a Autora, 2024.

A descontinuidade da malha urbana, combinado aos vazios urbanos, o não planejamento de ciclovias, agravadas pela escassez de transporte público adequado, reforçam as dificuldades de circulação.

Segundo Silva (2005), no projeto original do loteamento, não era previsto o uso do solo comercial e de serviços, o que torna comum a presença da mudança da função de imóveis residenciais para comércios e serviços e também de lotes com duplo uso, para moradia e comércio. A presença desses processos acaba reforçando a ideia de serviços utilizados para complementação salarial ou sobrevivência da família.

Figura 10: Jardim Morada do Sol. Mudança da função original do imóvel para estabelecimentos religiosos. 2024



Fonte: a Autora, 2024.

Também se observam poucos lotes vagos, frequentemente utilizados como depósitos de lixo e entulho, o que agrava os problemas ambientais e sanitários, além de contribuir para a imagem de abandono. A ausência de praças, áreas de lazer e equipamentos comunitários reforça o quadro de planejamento urbano deficiente, pois restringe o acesso dos moradores a espaços de convivência e recreação, acentuando a desigualdade socioespacial a que estão submetidos, comparando as condições de vida urbana do bairro ao conjunto da cidade. Essas ausências contrastam com a presença de um Centro de Referência de Assistência Social, uma unidade da Estratégia Saúde da Família e de uma Casa da Sopa, presenças essas que são justificadas pelo perfil socioeconômico dos moradores do bairro.

A estrutura urbana do bairro molda o cotidiano de seus moradores, as limitações de infraestrutura e acessibilidade tornam os deslocamentos mais difíceis, limitam o lazer e reforçam percepções de negligência e estigma territorial. A morfologia do bairro não apenas

reflete desigualdades históricas de planejamento, mas também as reproduz na experiência cotidiana de seus moradores.

3.3.2 “Aqui é bem abandonado.”

De acordo com Nóbrega, *et al* (2013), às infraestruturas urbanas compõem um sistema que propicia o funcionamento da cidade, sem o qual não se alcança qualidade de vida urbana. Para que haja seu bom funcionamento, “são necessários investimentos em bens ou equipamentos que devem apresentar possibilidades de utilização” (Nóbrega, *et al*, 2013, p.22). Um fator de agravante para a má implementação e/ou manutenção dos meios de consumo coletivos é a forma como a população se distribui nas cidades:

[...] sabemos que não basta que se instale um novo loteamento para que o Estado o provenha de infra-estrutura urbana. Muito pelo contrário, na prática estes serviços não se constituem condição mínima para que novas glebas sejam habitadas, e tampouco sua instalação dá-se norteadas pelo critério de maior ou menor ocupação demográfica (Sposito, 1983, p. 86).

O Jardim Morada do Sol insere-se nessa lógica pois, embora implantado a partir de ações do poder público em determinado momento da gestão municipal, a ausência ou precariedade de infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos resulta de um padrão histórico de investimentos desiguais, que prioriza determinadas áreas da cidade em detrimento de outras, reforçando-o. Assim, a situação geográfica periférica do bairro não deve ser compreendida como um obstáculo técnico à implantação de infraestruturas, mas como expressão de políticas públicas que associam o local de residência à posição de classe, mantendo populações de baixa renda afastadas das áreas mais bem dotadas de melhor qualidade de vida urbana (Vasconcellos, 2016).

Segundo Magrini, Sposito e Catalão (2025), o imaginário enquanto uma construção coletiva da realidade que se expressa por meio de narrativas, constituem-se a partir da forma com que as pessoas “imaginam seu entorno social”. Desta maneira, com a característica de “não ter tido uma política de planejamento e programas sociais que favorecessem a inserção socioespacial de seus moradores”, muito por conta da ausência e carência de infra-estruturas, equipamentos e serviços urbanos e da grande distância da área central da cidade. (Silva, F., 2008), os moradores do bairro imaginam seu entorno social de modo pouco positivo

A materialidade desse abandono revela-se na precariedade da infraestrutura urbana, uma vez que o espaço físico e o simbólico, cruzam-se no cotidiano do bairro, o que pode ser

observado nos espaços de lazer, na presença ou ausência de equipamento e serviços, com destaque para o transporte urbano e acessibilidade urbana.

Conforme exposto por Nóbrega *et al* (2013), compreendemos as infraestruturas urbanas enquanto um sistema subdividido em redes setoriais, como o viário, de drenagem pluvial, abastecimento de água, energético e de comunicação. Além disso, são importantes para o bairro as atividades econômicas, associadas à comercialização de bens e serviços, bem como a presença de equipamentos públicos.

A sensação de isolamento do bairro, tanto no plano objetivo quanto subjetivo, contribui para a construção simbólica de um espaço marginalizado, uma vez que as representações ancoram-se parcialmente em características do espaço, ainda que possam ser superdimensionadas e/ou se manterem mesmo depois que problemas e lacunas tenham sido superados

A distância do bairro até a área central reflete também um afastamento socioespacial, uma vez que a mobilidade urbana apresenta-se como um ponto central, de modo em que a frequência reduzida de transporte coletivo e o longo tempo de deslocamento até o centro, evidenciam a segregação socioespacial, dada a limitação do acesso pleno à cidade.

O bairro apresenta uma ocupação predominantemente residencial, com alguns pontos de comércio e serviços públicos ou privados. Conta com um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), uma unidade da Estratégia Saúde da Família (ESF) e uma escola municipal. Além disso, o bairro dispõe de uma academia ao ar livre voltada para a terceira idade, e também de uma instituição de caráter privado, a Casa da Sopa, que desenvolve atividades filantrópicas no local desde 1991. O bairro é atendido por duas linhas de ônibus: 132 Montalvão/Rodoviária e 134 Daiane – Morada do Sol/Jardim Morumbi.

Figura 11: Jardim Morada do Sol. Equipamentos e Serviços Urbanos. 2025



Malha urbana: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. Fonte: Google Maps.
Elaborado pela autora, 2025.

Por meio da fala da moradora Maria, podemos destacar algumas evidências essenciais para aquilatar a qualidade de vida urbana e as práticas espaciais. Em sua fala, destaca-se a referência à inadequação do transporte público, que é precário em muitos aspectos, o que implica não apenas na falta do serviço, mas sim na negação do direito ao uso eficiente do transporte coletivo.

[E o transporte público? A senhora utiliza?]

Muito difícil... quando vou para a cidade, eu vou com meus filhos. De ônibus mesmo acho que foi umas duas vezes com a Valéria (vizinha), umas duas ou três vezes só.

[E o que a senhora achou?]

Vixe, muito ruim para andar muito lotado, demais (risos)... Eu falei, "meu Deus", nunca andei de ônibus, muito lotado e na hora de dar aquela virada, se a pessoa não segurar ela cai... Deus me livre... e vai muita gente em pé, eles não carregam o povo sentado, a maioria em pé... mas lota, que eu até falei, "minha Nossa Senhora, nunca vi uma coisa dessa".

[E a senhora foi para onde? Foi no centro?]

É. Nós fomos lá, no centro.

[E o que a senhora achou da distância?]

Longe hein.... Muito longe.

[A senhora tinha comentado que em sua antiga casa você ia para o centro direto.]

É, toda vez que eu recebia meu dinheiro, eu não era aposentada, recebia bolsa família só, daí eu já pegava, recebia meu dinheiro na lotérica mesmo e já pagava minha água, minha luz, se tivesse que comprar alguma coisa no mercado eu já comprava e já ia embora, a pé mesmo... mas aqui não tem como, tem que ir lá na cidade, os mercadinhos daqui são muito caros, para comprar aqui, aí agora para fazer compra, meus meninos que me levam lá no mercado, no Atacadão.

[Aí a senhora fica dependendo só dos seus filhos?]

Só dos filhos... é ruim, depender de filho, falei "ai meu Deus, por que eu vim para cá, poderia ter ficado lá mesmo". Minha filha mora lá até hoje, eu vim

embora e minha filha ficou morando lá⁴. (Maria, 68 anos, Jardim Morada do Sol)

O transporte público e o sistema viário refletem a desigualdade territorial. As longas distâncias até o centro e a precariedade das linhas de ônibus dificultam a mobilidade cotidiana, limitando o acesso dos moradores a oportunidades de trabalho, estudo e lazer em outras partes da cidade. Essa dificuldade de deslocamento consolida a ideia de “afastamento” e “abandono”, projetando sobre o bairro uma imagem de lugar distante não apenas no espaço, mas também nas oportunidades, com a empregos, serviços de saúde e educação, o que ficou evidente no grupo focal realizado no bairro

[Colaboradora 7] Sou mãe solo. E esse bairro não tem nada, como a colega estava te falando... Aqui precisa de farmácia. Aqui precisa de lojas de roupa. Aqui precisa de um monte de coisa!

[Colaboradora 8] Aqui é muito longe, daqui na cidade. Precisa de um médico que te atenda.

[Colaboradora 7] Açougue bom... E... E outra, a quadra de esporte aqui precisa ser coberta!

E eu acho que precisa assim... E eu acho que precisa de fiscalização, de um guarda, alguma coisa parecida. Tipo, quando vai marcar consulta, a gente entrar no postinho para não ficar de madrugada, na fila, no maior frio pra poder marcar uma consulta. Entende?

[Colaboradora 8] Eu também acho assim... A única coisa que nós temos e que está bem assim defasado seria o postinho. Que agora trocou de médico, não sei se vai melhorar. Você pode realmente ir ali... eu fui ali pegar agora um papel e ela fala assim, "espera", porque elas muitas das vezes estão se fazendo... Eles estão lá dentro, se você chegar agora lá não vai ter ninguém... Ninguém no posto.

Outro dia eu até gravei, fiquei 30 minutos, esperando alguém vir de lá.

Se quiser levar um computador, quiser levar alguma coisa, porque não tem ninguém no posto.

Mas assim... tem uma coisa que eu acho muito difícil aqui é o ônibus. Eu briguei quando teve o negócio do [prefeito] Tupã. Eu falei lá com o Tupã, ele mudou o cara da SEMOB, eu até fiquei animada no dia, mas não deu em nada. Pelo menos o ônibus do João Domingo vim pra gente, por lá pela rotatória, não precisa entrar... Porque se a gente perde o Morada, que é muito demorada, aí tem o Montalvão, mas o Montalvão, ele vai até a rodoviária... Você quer ir para o médico, você morre até o próximo, tem que esperar.

As falas do grupo focal revelam como as deficiências na infraestrutura urbana se materializam no cotidiano, reforçando o sentimento de abandono e o distanciamento físico e simbólico. A precariedade dos serviços evidenciam a ausência do Estado em sua função de garantir o bem-estar coletivo, agravado pela ineficiência do transporte público, que amplia o sentimento de isolamento e dificulta o acesso a oportunidades. Além disso, as falas sobre a

⁴ A filha de Maria reside em Nova Andradina, no Mato Grosso do Sul, mesma cidade onde a entrevistada morava.

insegurança, indicam como a falta de manutenção e planejamento urbano contribui para a fragilização e desvalorização simbólica do bairro.

[E em relação a infraestrutura do bairro? Por exemplo, asfalto, calçada, iluminação...]

Ah melhorou muito. Eu quando mudei para cá, antigamente, eu morava numa casa alugada, até terminar aqui. **E quando a gente terminou aqui, como é de esquina o bueiro, sempre enchia de água a minha casa. Então eu perdi muita coisa... foram uns três anos assim, que eu perdia móveis, perdia tudo. Aí veio TV Fronteira, veio Band, tudo aqui, para fazer entrevista.**

Então tipo assim, agora, eu posso falar que chove e eu fico tranquila. Então melhorou muito o bairro. Tanto quanto asfalto, iluminação, quanto também se você precisar de alguma coisa para poder ir no mercado, aqui tem mercadinho. O postinho aqui também é bem acolhedor, eu tenho uma filha autista e todo o meu suporte vem de lá, do CRAS também.

Nisso, eu não tenho o que reclamar daqui! Eu gosto muito mesmo de morar aqui hoje.

[E a manutenção desses serviços?]

Demoram um pouco, demora... Esses dias mesmo, eu acho que uns 20 dias atrás o bueiro estourou ali e ficou mais de 15 dias aqui, tipo, o esgoto, a céu aberto. E a gente ligando, tudo... teve se eu não me engano, mais que sete protocolos, só de pessoas aqui da rua ligando, porque o cheiro estava bem insuportável.

A precariedade e a não manutenção de infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos não é apenas expressão material das desigualdades, mas também um componente ativo na produção do estigma. O “abandono” percebido e vivido cotidianamente torna-se parte do imaginário sobre o bairro, reforçando fronteiras sociais e territoriais que atravessam o corpo e a vida dos moradores.

O espaço físico, ao refletir a ausência de investimentos públicos, torna-se suporte e expressão do estigma, revelando como as desigualdades socioespaciais se materializam e se reproduzem no território, conformando as bases da fragmentação socioespacial.

3.3.3 “Eu acho bom morar aqui, o ruim é só a distância, eu acho muito longe do centro”

A mobilidade urbana, enquanto aspecto central para compreender nossa área de estudo, envolve uma política de hierarquia, que revela a divisão social do espaço, uma vez que existe uma relação de indissociabilidade entre o espaço e sociedade. Nesse sentido, o local de residência associa-se diretamente à estruturação das classes sociais, mas também a outras dinâmicas como as condições espaço-temporais e socioeconômicas para acesso à casa própria etc.

A hierarquia da mobilidade distingue seus sujeitos a partir da capacidade de “escolher mover-se” e a velocidade com que se move, associada ao privilégio e à exclusividade, elementos centrais dessa política (Cresswell, 2009).

Esses privilégios, mencionados por Cresswell (2009), são percebidos nas falas dos moradores, no momento em que a posse de um automóvel redefine a percepção de distância e o sentido da mobilidade cotidiana.

[O que acha da distância do bairro ao centro da cidade?]

Ah, eu também acho uma distância boa... tanto é que uso o transporte coletivo, mas assim, como a gente tem carro, então a gente usa bastante o carro. Eu de vez em quando uso o transporte coletivo.

Então, assim, **ser dono de carro não tem distância né** (Fátima, 48 anos, Jardim Morada do Sol).

[Você disse que antes achava longe, a distância do bairro até o centro, agora acha perto?]

Eu acho, porque não sei (risos)... acho que antes é porque eu não tinha carro. Eu não tinha habilitação, não tinha nada, depois que a gente foi conquistando, agora eu acho perto, de carro é bem mais fácil. Mas a Ana (filha mais velha, que utiliza do transporte público) chega bem cansada, ônibus lotado, então eu vejo o sacrifício dela.

Eu acho perto porque tenho como ir de carro, mas eu sei que para quem trabalha, pegar ônibus é cansativo, porque é longe né... Chegando lá no centro, muita gente não trabalha lá, trabalha em outros bairros, tem que pegar outros ônibus... (Carla, 35 anos, Jardim Morada do Sol).

As cidades configuram-se como um reflexo da forma como a sociedade se organiza, efetivamente vivida e socialmente produzida (Soja, 1993). Barbosa (2016) compreende o espaço urbano, segundo a forma como a sociedade está estruturada - com seus sistemas de transporte, infraestrutura e distribuição de serviços -, refletindo as relações de poder, “[...] marcada[s] pela distinção territorial de direitos, reproduzida[s] sem cessar nas escalas urbanas desiguais da mobilidade.” (Barbosa, 2016, p. 48,).

Desta maneira, a sociedade refletida no espaço urbano é moldada e reproduzida por meio da mobilidade e da acessibilidade urbanas, elementos cruciais para se analisar a produção e a reprodução das desigualdades socioespaciais.

A mobilidade urbana, em sua complexidade, articula as dimensões empíricas do processo de fragmentação socioespacial presentes nas práticas espaciais e no imaginário social. Cresswell (2009) desenvolve a mobilidade enquanto um elemento político, dotado de significados, que são associados às práticas e às experiências vividas. A experiência da mobilidade também pode ser influenciada por narrativas e discursos, que podem variar dependendo do contexto histórico, social e cultural.

Dessa maneira, a mobilidade trata-se então de um conceito polissêmico, visto não apenas como prática de deslocamento, mas também enquanto um direito de acesso à cidade. Segundo Legroux (2021), podemos pensar a mobilidade urbana a partir das opressões decorrentes do que foi imposto, como as localizações residenciais, as ofertas de infraestrutura,

o tempo de trajetos e o custo do transporte, o que se evidenciou na fala de um entre os nossos entrevistados

[Como é pedir o transporte de aplicativo aqui?]

Então, é assim. Às vezes de manhã ou tem certas horas da noite que é complicado, eles não querem entrar aqui... Aí é aquela coisa né, quando chove também o preço aumenta, vai lá em cima, mas isso daí é em qualquer lugar, é normal.

Só tem esse problema que dependendo do horário da noite, sabe, eles já ficam meio ressabiados, eles não querem entrar aqui. (Fátima, 48 anos, Jardim Morada do Sol)

A recusa ou resistência dos motoristas de transporte por aplicativo em acessar o bairro expressa a materialização do estigma territorial na mobilidade urbana cotidiana. O imaginário de perigo associado ao Jardim Morada do Sol atua como uma barreira simbólica que converte em restrição concreta de deslocamento, limitando o acesso dos moradores a serviços e oportunidades ao conjunto da cidade.

A acessibilidade urbana, segundo Cardoso e Matos (2007), relaciona-se à capacidade de alcançar destinos desejados ou necessários, tornando-se fundamental para a inserção do pleno acesso à cidade e aos seus bens e serviços. Desta forma, a acessibilidade urbana pode ser medida pela quantidade de oportunidades que ela oferece, possibilitando o acesso dos indivíduos a pontos de emprego, educação, lazer e equipamentos públicos (Cardoso e Matos, 2007).

A acessibilidade é o acesso fácil, qualidade do que é acessível. A falta de acessibilidade no transporte coletivo está associada às grandes distâncias e longas viagens. O tempo é o momento ou a ocasião apropriada para que um fato se realize. A pouca acessibilidade no transporte está associada ao tempo excessivo de execução de uma viagem. Trata-se da relação tempo-espço. (Sousa e Timóteo, 2005, p. 126).

Partimos, então, da perspectiva de que a mobilidade é produzida e reproduzida por características de grupos, envolvendo sua situação espacial na cidade. Embora possa haver condições gerais de mobilidade, a acessibilidade pode não estar disponível para todos na mesma proporção.

Diante disso, a forma como o espaço é estruturado tem um impacto direto na vida das pessoas, as decisões sobre o que construir, onde construir e como conectar diferentes áreas podem criar desigualdades e limitar a acessibilidade à cidade de todos.

Quando enfocamos mobilidade urbana e acessibilidade urbana, referimo-nos, como apontado por Cardoso e Matos (2007), ao sistema de transporte considerando a capacidade de interligar locais e características do indivíduo, associadas ao seu grau de inserção perante o sistema de transporte. Cardoso e Matos (2007) afirmam que a acessibilidade é medida pela

quantidade de oportunidades, o tempo de viagem, o custo do transporte e o conforto.

Segundo Vasconcellos (2016), a mobilidade urbana e o transporte urbano envolvem a habitação e sua situação espacial na cidade, em que os principais motivos das viagens se acentuam à medida que as moradias estão distantes e a periferia caracteriza-se pela reduzida acessibilidade aos meios de transporte.

Vasconcellos (2016) também destaca o papel das políticas de transporte enquanto instrumentos de essencial importância para a definição das condições de vida na cidade. A maneira como entendemos a mobilidade urbana impacta diretamente na forma como vivenciamos os deslocamentos urbanos, pois a distribuição de recursos molda as experiências individuais e coletivas.

Ao pensarmos as políticas da mobilidade urbana a partir do movimento material, dos significados e das práticas, faz-se necessário relacionar os vários agentes que interferem na produção e no uso do espaço urbano e nas decisões das políticas de transporte (Vasconcellos, 2001). Nesse cenário, o sistema de transporte funciona como um elemento essencial da configuração espacial da cidade.

Segundo Leibler e Musset (2010), devemos analisar as dimensões do transporte uma vez que, por um lado, o sistema de circulação possibilita a mobilidade de indivíduos e grupos sociais; por outro, influencia o acesso a recursos e oportunidades em diferentes territórios. Desse modo, tal sistema atua como um mecanismo de “discriminação social do espaço”, perpetuando desigualdades e hierarquias espaciais.

El transporte fue considerado como la puerta de entrada de la Alcaldía en territorios donde había sido casi ausente mediante una infraestructura visible y una inversión mayor, concentrada en un espacio clave, símbolo de los problemas de violencia (Leibler e Musset, 2010).

Vasconcellos (2001) argumenta que “a circulação é organizada para reduzir os tempos de viagem necessários à produção e, em termos estratégicos, para incorporar novas áreas [...]”, ligada ao desejo de realização de atividades sociais, culturais, políticas e econômicas, sendo apropriado tanto coletiva quanto individualmente.

No contexto das cidades brasileiras, o modelo rodoviarista prioriza a infraestrutura viária e o uso de veículos motorizados, “isto é, o automóvel e as motocicletas em termos de transporte individual e os ônibus, principalmente, em termos de transporte coletivo” (Legroux, 2021, p. 4). Este autor argumenta que esses sistemas, ao mesmo tempo, conectam os fragmentos da cidade e criam barreiras no espaço físico.

O transporte público envolve uma socialização da infra-estrutura (vias) e dos meios

de transporte (veículos), ao passo que o transporte individual envolve não só a mesma socialização da infra-estrutura, mas também a privatização do meio de transporte (bicicleta, automóvel). Segundo, outra característica específica da estrutura de circulação é – a escassez do espaço, que precisa ser dividido entre os usuários – faz o consumo real ser inerentemente coletivo, sujeito a regras coletivas. Finalmente, as velocidades, dimensões e desempenhos operacionais diversos entre os corpos em movimento (pessoas e veículos) levam a formas e taxas muito diferentes de consumo de espaço e tempo, implicando análises de equidade. (Vasconcellos, 2001, p. 85).

As políticas públicas de transporte são influenciadas pelo sistema econômico e político, e a ação do Estado, nesses casos, muitas vezes marcada pela ausência ou negligência, molda a infraestrutura viária e a oferta de meios de transporte, gerando impactos na acessibilidade e na qualidade de vida de seus moradores. Logo, a mobilidade, ultrapassa a circulação ou as condições materiais que são dadas para tal e incluem elementos imateriais, constituindo-se em um elemento central da transformação urbana e social, moldando as relações entre os indivíduos e os espaços urbanos.

Apoiados na análise de Santos (2024), enfatizamos a necessidade de um estudo contextualizado, historicamente e espacialmente, a fim de identificar e refletir sobre as condições de mobilidade e acessibilidades existentes. Essa dimensão analítica da mobilidade e acessibilidade urbana se manifesta nas experiências cotidianas, revelando como o território carrega estigmas que interferem no acesso à cidade, como revela a narrativa de um dos entrevistados:

[E se você pudesse, mudaria de bairro?]

Mudaria por causa da distância da cidade, do centro, entendeu. Mas não por conta do bairro, eu acho bom morar aqui, o ruim é só a distância, eu acho muito longe do centro.

[Se fosse para mudar, então seria para mais próximo do centro?]

Mais próximo do centro!

[...] **Igual eu falei, a questão da distância é realmente o lado ruim do bairro, a distância né... de resto não tem dificuldade nenhuma.**

[Normalmente como você se locomove?]

É "Uber". Pra mim é "Uber".

[E como é pedir o aplicativo aqui?]

Depende do horário, de noite, depois das 20h, 21h, o "Uber" vem, mas já é mais com dificuldade. Tem muitos "ubers" que falam que dependendo do horário eles nem vêm para cá... por causa da fama né, querendo ou não, sei lá...

[Já chegaram a comentar com você?]

Já, várias vezes.

[...]

[Se você pudesse mudar alguma coisa no bairro, o que mudaria?]

A distância só.

Por exemplo, uma farmácia no bairro, porque se você precisar de uma farmácia não tem, uma lotérica, não tem... (Luis, 32 anos, JD Morada do Sol).

No Jardim Morada do Sol, percebe-se a infraestrutura viária e a oferta de meios de

transporte, enquanto um mecanismo central para compreendermos a lógica da segregação socioespacial imposta, evidenciado em estudos anteriores (Silva, 2005). Os aspectos e os elementos que destacamos, bem como a produção de descontinuidade do tecido urbano combinado ao distanciamento social, são marcadores claros da condição de segregação socioespacial, que se associa ao processo de fragmentação socioespacial nas cidades contemporâneas

4. ANÁLISE COMPARATIVA

As cidades resultam da interação entre os diferentes elementos que participam de seu processo de produção e apropriação. São constituídas, ao mesmo tempo, por materialidades – expressas em seus tecidos urbanos –, pelas práticas socioespaciais que nelas (e a partir delas) se desenvolvem e pelas representações e imaginários de seus habitantes. Elas podem ser consideradas assim, como entroncamentos nos quais se articulam e se justapõem, espaços, práticas e representações diferenciadas – semelhantes, opostas, complementares, conflitantes (Magrini, 2013, p. 365)

Esta seção tem como objetivo, também a partir das falas registradas por meio das entrevistas e dos grupos focais, identificar e analisar como as narrativas demonstram a existência do estigma territorial e como ele se constitui, articulando-o a aspectos relacionados às desigualdades socioespaciais.

Buscamos realizar uma análise sistematizada de aspectos subjetivos que, muitas vezes, apresentam-se objetivamente na vida cotidiana, fazendo com que diferenciações simbólicas entre o espaço físico e o social se materializam de forma persistente e objetiva, de modo a interligar as falas dos cidadãos, criando um diálogo entre as experiências, as falas, as percepções e os contrastes entre as práticas espaciais.

Os discursos consolidados ao longo do tempo, segundo Corrêa (2007), são dotados de significados que atuam como barreiras materiais e imateriais no espaço urbano. As cidades são vivenciadas e experienciadas de maneiras diferentes por seus diferentes sujeitos, devido às profundas desigualdades socioespaciais que, por sua vez, são mantidas e reafirmadas por essas formas simbólicas espaciais, materiais ou imateriais, enquanto representações que atribuem significados que podem valorizar ou estigmatizar certos territórios (Corrêa, 2007).

O estigma territorial não surge de forma espontânea, mas está associado ao contexto histórico do lugar, à concentração de população marginalizada e à forma como os diversos agentes sociais atuam nesses territórios (Wacquant; Slater e Borges Pereira, 2014).

Ao materializar-se, no cotidiano e nas percepções sobre o lugar, o estigma territorial vai além de ser apenas um resultado das desigualdades socioespaciais, ele se torna um potente conteúdo que reforça o processo de fragmentação socioespacial. De acordo com Magrini (2013) na produção do imaginário social, os territórios estigmatizados condicionam a uma situação de generalização de locais “perigosos” e de “violência”, gerando separações e evitamentos dos segmentos sociais.

Nosso entendimento é que a generalização das suspeitas e a naturalização da necessidade de diferentes controles potencializam o processo de fragmentação socioespacial, ao fazer com que os espaços e os cidadãos sejam submetidos a uma

lógica de diferenciação hierarquizada constante, no sentido da identificação dos espaços seguros e inseguros e do reconhecimento dos agressores e das vítimas em potencial, que age como catalisadora para o fechamento espacial e para a dessolidarização social, que culminam no predomínio das experiências urbanas realizadas nos mais diferentes tipos de enclaves [...] (Magrini, 2013, p.361).

A sistematização das narrativas dos moradores demonstra que, além da presença do estigma territorial, há também diferenças na forma como ele se manifesta em cada bairro. Embora o estigma esteja presente em ambos os territórios, sua expressão varia consoante seu recorte de tempo e espaço. Ademais, a “... relação entre distância social e proximidade geográfica, que estava relativamente orientada sob a lógica centro-periférica” (Sposito, 2025, p.50), ganha novas faces sob a estruturação espacial que se efetua sob a fragmentação socioespacial. Ou seja, assumimos que a distância não é apenas espacial, mas também se configura no campo social e é determinante nas relações e práticas espaciais.

Pensando nisso, por meio da comparação e da relação entre as práticas espaciais dos moradores da Vila Marina e do Jardim Morada do Sol, temos o intuito de apresentar diferenças e similitudes nos processos de estigmatização territorial e da fragmentação socioespacial.

4.1 Semelhanças

Segundo Magrini, Sposito e Catalão (2025), a análise da constituição da vida urbana combina-se às dimensões das práticas espaciais e do imaginário social, o que possibilita a reflexão sobre os aspectos relacionados às desigualdades socioespaciais articulados à fragmentação socioespacial, contribuindo para a compreensão de como ela ocorre em cada uma das realidades.

As práticas espaciais associadas à circulação, ao lazer, ao consumo de bens e serviços e à apropriação dos espaços emergem em diálogo direto com a estrutura urbana e com os sentidos simbólicos atribuídos aos lugares.

Por meio da categorização, rotulação, estereotipagem, emoções negativas, rejeição social e outras formas de discriminação (Phelan, Link e Dovidio, 2013), o estigma territorial repercute mecanismo que participa da exploração e da dominação ao naturalizar desigualdades e legitimar hierarquias socioespaciais.

Apesar de assumirem dimensões distintas nos dois bairros estudados, os estigmas compartilham efeitos semelhantes sobre a vida cotidiana dos moradores. Ambos produzem restrições, limitações de acesso, sentimentos de desvalorização e percepções de abandono,

ainda que se manifestem por caminhos diferentes.

Desta forma, apresentamos os aspectos de semelhança justamente porque, embora cada território expresse o estigma de maneira própria, trata-se de um mesmo processo que se traduz de formas distintas em cada realidade.

4.1.1 Negação do direito: “Porque é periferia”

Em Presidente Prudente, a expansão urbana reforçou mecanismos de diferenciação territorial e social, a partir dos quais a precariedade se converte em marcas simbólicas duradouras. A formação de vazios entre o loteamento e a malha urbana consolidada, como observa Silva (2005), intensificou a percepção de afastamento e contribuiu para a manutenção de representações negativas sobre o bairro. Essa distância atua como uma barreira objetiva no cotidiano dos moradores, reforçando um estigma fortemente associado à segregação socioespacial.

O poder público, aliado às classes dominantes, implanta equipamentos e infraestruturas urbanas em áreas centrais, muitas vezes ele mesmo estoca essas áreas, que possuem um preço elevado e inacessível ao restante da cidade, que acaba sendo segregada para a periferia da cidade; além utilizar este espaço como elemento de controle social, funcionando como agente da ideologia dominante. (flavia, dissertação)

A negação dos direitos (Goffman, 1891) manifesta-se de maneira intensa no Jardim Morada do Sol, onde o processo de ocupação foi marcado pela ausência de infraestrutura básica, de equipamentos e serviços públicos, pela distância em relação ao núcleo urbano consolidado e pela desresponsabilização do poder público. O loteamento foi distribuído sem as condições mínimas de sobrevivência, tendo como principal apoio inicial apenas à Casa da Sopa, de acordo com um entrevistado acerca do papel da instituição filantrópica religiosa.

As narrativas evidenciam que boa parte do estigma atual se sustenta na memória que liga o bairro à condição, de modo radical, à idéia de periferia que nasceu sob condições de extrema precariedade, o que ajuda a explicar por que a imagem negativa persiste mesmo após melhorias urbanas recentes.

As narrativas sobre o passado revelam que, anteriormente, as condições de mobilidade eram ainda mais limitadas, o que foi demonstrado na fala do Flávio, morador do bairro há mais de 30 anos:

[Você já chegou a usar o ônibus para se locomover?]

Já. Eu já usei muitas vezes.

[E o que você dessa distância?]

Igual eu estou explicando para você, eu não tenho o que reclamar, né?

Porque é o seguinte, nós já moramos em um bairro longe. Antigamente não tinha ônibus, antigamente era só perua, que pegava pra levar até na cidade, você resolver, você fazer as coisas.

Hoje não, hoje melhorou bastante. Porque quem mora aqui mesmo, sabe o que já passou, entendeu?

Aqui nós já chegamos até pra passar fome, entendeu? Que não fosse a Casa da Sopa que tem hoje lá em cima, muita gente tinha morrido aqui, entendeu? [...] (Flávio, 39 anos, Jardim Morada do Sol)

Ao concentrar serviços e oportunidades em determinadas áreas e dificultar o acesso para as camadas de mais baixa renda, acentuam-se as desigualdades sociais no plano espacial, de modo que “a situação espacial de cada um pode facilitar ou dificultar” as práticas da vida cotidiana, reforçando também, no campo subjetivo, os estigmas territoriais (Pereira, 2008).

Na Vila Marina, o estigma encontra sua origem na consolidação histórica de um imaginário social que perpetua discursos associando a linha férrea a um divisor. Mesmo desativada, ela permanece ativa simbolicamente, operando como um marco que diferencia e desvaloriza o território. Esse elemento aparece de forma clara na fala da Sofia:

[Você acha que do jeito que a linha férrea está, ela acaba influenciando o modo como as pessoas enxergam aqui, “para baixo da linha”, como alguns comentam?]

Eu acho que sim viu... eu acho que “queima” um pouco por causa da linha ali.

[E você acha também que ela pode acabar dificultando o acesso de serviços e oportunidades de melhorias?]

Ah com certeza, dificulta muito, porquê pensa, onde tem esse pessoal, o que as pessoas vão querer fazer para cá?... não vai. Eu mesma, se não morasse, se não conhecesse, eu não gostaria nem de passar perto... eu acho que causa um pouco de transtorno mesmo (Sofia, 28 anos, Vila Marina).

Em diálogo com outra moradora, essa percepção ganha uma dimensão temporal, mesmo diante de melhorias ao longo dos anos, a Vila Marina continua marcada por um afastamento simbólico que resiste ao tempo. As falas revelam que as transformações físicas ocorreram, mas não com o ritmo esperado para um bairro antigo e tão próximo ao centro.

[Ao longo desse tempo, você acha que melhorou ou piorou?]

Melhorou! Porque essa rua aqui mesmo, era tudo de pedra, antigamente, eu era pequena, mas eu vi quando mudou, minha vó morava nessa casa do lado, era tudo de pedra, melhorou.

Eu acho que melhorou, mas também acho que poderia ter crescido mais, podia ter melhorado mais. Acho que já daria tempo de ter melhorado mais...

[E por que você acha que não cresceu tanto, durante esses anos?]

Ah... não sei... Eu acho que talvez porque é “além linha” né, aí às vezes o prefeito não se preocupa muito, talvez possa ser isso...

[Você acha que a linha férrea acaba prejudicando então?] **Eu acho que na visão do povo por aí sim. Sempre falam “além linha”, que está dividido... Mas se for**

parar para pensar bem, é um bairro muito próximo ao centro. Muito próximo mesmo, para ir ao centro, você subiu a “subidona”, chegou na igreja e acabou. Mas acho que melhorou, sabe, melhorou. Bastante coisa foi feita tudo, mas acho que poderia ser melhor (Cátia, 56 anos, Vila Marina)

Essa reflexão sobre as dinâmicas de desenvolvimento urbano, que expõem as contradições de ser uma área antiga e bem localizada, mas que enfrenta uma expansão urbana que avançou de forma lenta, resultado da combinação de elementos históricos, geomorfológicos e econômicos.

Além de limitar acessos, o estigma territorial reproduz efeitos profundos e objetivos no cotidiano. O estigma enquanto uma violência simbólica, naturaliza a negação de direitos, materializados na presença ou ausência do Estado.

Durante as falas coletivas do grupo focal realizado no Jardim Morada do Sol, a negação de direitos assume formas ainda mais severas, nas quais o estigma territorial legitima práticas de violência física, e também as intensifica. Tais práticas articulam-se a outros marcadores estruturantes, como classe e raça. Nos relatos das moradoras, esses efeitos do estigma territorial tornam-se evidentes sobretudo na atuação da violência policial, que expressam, pela necropolítica, à gestão desigual da vida e da morte nesses territórios.

[Colaboradora 8] Polícia aqui só vem para matar ...

[Colaboradora 7] Já invadiram a minha casa... Quem invadiu minha casa, confundiu minha casa com a de outra pessoa, três horas da tarde. Eu só não fui na corregedoria em prol do meu filho, porque eu sei que essas coisas são tudo uns vermes. Se eu estivesse na corregedoria, iam pegar meu filho e judiar dele. Não estavam atrás do meu filho, estavam atrás de outro moleque, de outra moto. Mas entrando na minha casa, eu estava dormindo, eu tinha trabalhado a noite inteira, que eu sou autônoma, e arrebentaram a porta do meu filho que tem esquizofrenia e depois abriram a porta do meu quarto, entendeu? Os policiais... nem falaram "desculpa", nem nada.

Os policiais só vêm aqui no bairro Morada do Sol para matar! Igual mataram o cara lá dormindo!

[Colaboradora 5] É. Isso daí é errado...

[Colaboradora 8] Falou que eles trocaram tiro...

[Colaboradora 3] Mentira! Eu fui lá e vi a cena.

[Colaboradora 8] Lá no Humberto Salvador também, mas acho que aqui já é um bairro mais "periferia" que o Humberto Salvador. Mas a gente não pode contar com a segurança da polícia não... A gente não tem mais confiança (Grupo Focal, Jardim Morada do Sol).

O estigma territorial transforma ou limita direitos básicos, as colaboradoras reconhecem que a precariedade se estende ao modo como o bairro é percebido.

[Colaboradora 8] Não tem um que fale que se pudesse, não venderia. Mas a gente não é um seguro e não tem pra onde ir...

[Colaboradora 3] Se você vender sua casa aqui, você vai morar viram mendigo, vai ficar de baixo da ponte.

[Colaboradora 9] Na verdade, a gente aqui é desvalorizado...

[Colaboradora 7] Sabe por que os policiais invadem as casas do bairro? Porque é periferia, duvido que invadem lá no Bongiovani, no Novo Bongiovani... Minha amiga mora lá, e polícia nenhuma entra lá assim, derrubando tudo, abrindo os guardas roupas... A polícia acha que quem mora naquele bairro são pessoas inteligentes, sabe, de lei. Acha que nós que moramos aqui no bairro não entendemos de lei. Eu entendo pouco de lei, porque o policial não pode invadir a sua casa sem o mandado, muito menos derrubar roupa do guarda-roupa, pegar sua comida e jogar no chão, como eles costumam fazer aqui. Na minha casa ainda não fizeram isso, espero que nunca façam, mas eles fazem isso porque eles acham que "ah, são todos burros, todos ignorantes", que eles podem fazer o que querem... Só que se a gente for procurar com a corregedoria, ajuda para ensinar esses policiais a ser melhor, a gente se ferra, entendeu... porque eles vêm aqui, batem no nosso círculo.

[Colaboradora 5] A gente não pode contar com a ajuda dos policiais.

[Colaboradora 7] Não, não podemos (Grupo Focal, Jardim Morada do Sol).

Se, no Jardim Morada do Sol, a negação de direitos assume formas explícitas e materiais, na Vila Marina, embora seus efeitos também sejam profundamente concretos no cotidiano das moradoras, o estigma e as ausências se expressam de maneira muito mais subjetiva.

[Colaboradora 1] Ah, e o que eu mais gosto aqui, que é mais perto do centro, a gente pode ir a pé, voltar. Gosto do... moro perto do, tem o Ginásio de Esporte ali, é bom para levar as crianças para brincar. Faltam muitas melhorias ali ainda.

[Medidora: Por exemplo?]

[Colaboradora 1] Por exemplo, a melhoria que falta naquele ginásio é uma oportunidade para os jovens que ficam na rua, ali tinha que ter mais campeonatos de bola, para os jovens, tem tantos esportes que podem ser feitos ali. Que nem dia de... todo sábado vai um pastor na parte da manhã, dá aula para as crianças mais pequenas, uma hora de aula e depois dá para os adultos. **Poderia ter mais oportunidade**, mais vezes, que ele pode vir só uma vez por semana. É voluntário, ele faz voluntariamente, gratuito que ele faz, um pastor de uma igreja. Então acho que podia ter mais disso ali, porque é um ginásio tão bom, tão grande ali.

[Medidora] E fora isso, tem outros aspectos que você não gosta, que acha que falta aqui no bairro?

[Colaboradora 1] Ah, o que falta aqui é olhar um pouco para nós, porque as nossas ruas aqui no bairro são todos buracos... muito mato, muito mato, terreno baldio, abandonado... faltava mais limpeza.

[Medidora] E vocês, Marli e Débora, vocês concordam com ela? Qual a opinião de vocês sobre o bairro?

[Colaboradora 3] Eu concordo, aqui é um bairro gostoso, a vizinhança é bem acolhedora. Eu tive experiência, porque eu vim para cá, sem conhecer nada, não tinha onde ficar, porque estava mexendo na casa, eu não ia entrar na casa do jeito que estava, e os vizinhos veio e dormia na casa de um, tomava banho na casa do outro, um dava café, outro levava para a gente poder estar, então assim, eu achei assim muito... difícil para lá onde eu morava, não tinha isso não.

Agora, quanto eu concordo com ela, falta muito ainda a desejar, porque tem muito noia, muito ladrãozinho, porque fica abandonado, ninguém tá nem aí. **O lado de cá, que você anda para cá... é tudo abandonado**, você já vai mais para o lado de cima, lá já parece que já tem mais...

[Medidora] O lado de cá, o que?

[Colaboradora 3] É o lado para cá do viaduto, não é?

[Colaboradora 1] **É o lado da linha para cá.**

[Colaboradora 3] a linha aqui na Paulo Manoel Ferro, do pé da igreja da matriz, da nossa senhora Aparecida... e aí é muito a desejar mesmo (Grupo Focal, Vila Marina).

Apesar do estigma territorial manifestar-se de formas distintas, a negação de direitos se expressa em ambos os bairros, porque está enraizado nas desigualdades socioespaciais, marca histórica do processo de produção do espaço urbano no Brasil

A manifestação do sentimento de abandono e exclusão foi expresso durante vários momentos do debate propiciado pelo grupo focal realizado na Vila Marina. Foram abordadas, com ênfase, percepções de desigualdade:

[Colaboradora 2][...] Eu acho que é a mesma situação que elas disseram. É um bairro gostoso por um lado, uma vizinhança boa, que realmente ajuda a gente, pelo menos aqui do nosso lado, nós moramos mais para baixo aqui, descendo ali. Nessa parte, a nossa vizinhança é muito boa, o pessoal. **Mas tem esse lado, as ruas são totalmente abandonadas**, a governança nossa não toma... a anterior nunca fez nada, a desse ano ainda está muito recente, vamos ver se ainda faz, mas até hoje não fez nada, muito buraco, asfalto quebrado, muita coisa, né?

É isso, gente, eu gostaria que tivesse mais, como ela falou do ginásio de esporte, tivesse mais, não só o ginásio de esporte, montasse um outro local apropriado para ter custos para crianças, muito, igual a gente vê em outros locais....

[Colaboradora 1] É... para tirar da rua.

[Colaboradora 2] ...Tem curso de dança, de música, jogos, teatro, se a gente tivesse um pouco disso, nem tudo isso, um pouco nesse nosso bairro... para esse nosso lado aqui, que é muito abandonado, **ele é considerado além linha, para lá é alguém linha e aqui é além linha**, é muito abandonado, quase nenhuma gestão faz muita coisa por esse lado, isso aqui pra baixo, vai caminhando em passos lentos, é conforme os próprios moradores, que constroem uma coisa aqui, outra ali, mas pela gestão, ninguém dá muito importância ao nosso conhecimento, só parece de 4 em 4 anos mesmo, né? É aquele ditado...

Mas se a gente tivesse mais coisas para os **jovens** dessa nossa vila, porque hoje em dia tem muitos jovens perdidos... eu vejo ali na rua de 12, 13 anos já perdidos, já usando droga lá na esquina, já fazendo outras coisas por aí, né. Se tivesse onde talvez esses jovens se entreteram, vamos dizer assim, tem jogos ali, vamos jogar, se fosse jogo de baralho, sei lá, ou futebol mesmo, alguma outra coisa que eu aprendesse a pintar, desenhar, dança, teatro... eu acho que seria um pouco bem melhor para a nossa vila começar a andar, ter umas pernas, melhor andar, ter uma comunidade, melhorar a nossa comunidade, porque pelo que eu vejo, que eu percebo, a nossa geração, que vai morrer daqui um pouco, do meio da minha faixa etária, vai se acabar, e os jovens que vamos ter futuramente, e os que estão ainda, as vezes que vão nascer,

eles não vão ter muito recurso na vida, muita coisa, nada, porque não é olhado por ninguém... **As gestões nossa não tomam conhecimento dessa parte, está fazendo nada com os jovens** (Grupo Focal, Vila Marina).

As falas revelam a dimensão multifacetada da ausência do Estado e, especificamente do poder público, que abrange a falta de infraestrutura, de oportunidades de emprego e de incentivo aos jovens, perpetuando a condição a que o bairro foi submetido desde sua origem. Essa percepção também se aplica ao bairro Jardim Morada do Sol, pois as participantes pontuaram as negligências das políticas públicas.

[Colaboradora 11] Aqui, o que falta aqui... O bairro aqui em si, ele é muito esquecido pelo poder público. **O poder público aqui esquece totalmente aqui do bairro.** Eu digo totalmente porque é assim, eles só lembram daqui na época da eleição. Não sei se todas estão de acordo comigo (Grupo Focal, Jardim Morada do Sol).

Segundo Wacquant (2006), a revitalização dos bairros marginalizados, com investimentos em habitação, saneamento básico e transporte público, é fundamental para melhorar a qualidade de vida dos moradores. No entanto, as formas como o estigma recai sobre um lugar são alimentadas, usadas e manipuladas por interesses privados e esferas políticas, fazendo com a precariedade do espaço funcione como um eixo simbólico para as desigualdades socioespaciais (Wacquant, Slater e Pereira, 2014).

Manifestações da diferenciação e da segregação socioespacial presentes na cidade passam a ser normalizadas, desfavorecendo os bairros estigmatizados de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos. As políticas de hierarquia, da inclusão e da exclusão social, envolvem uma relação de indissociabilidade entre o espaço-sociedade. Desta maneira, o estigma, sob essa perspectiva, é visto como algo dialético ao território, uma vez que vistos geradores de desigualdades socioespaciais, tornam-se estruturantes na reprodução do espaço dominante, que por meio da restrição da mobilidade e da acessibilidade urbana geram condições para a segregação socioespacial.

4.1.2 Sentimentos de pertencimento: “O meu lugar”

O lugar (Barbosa, 2017), enquanto uma representação construída social e espacialmente, enquadra práticas individuais e cotidianos que moldam as experiências urbanas do habitar a cidade. Para o autor, o lugar constitui também um “elemento simbólico na memória e no imaginário das pessoas” (Barbosa, 2017, p. 3).

Ao voltarmos nosso olhar para os dois bairros, observamos que, apesar das diferenças em suas formas de implantação e ocupação e no modo como recai o estigma territorial sobre esses territórios, uma semelhança é observada no que se refere ao sentimento de pertencimento, apesar de não necessariamente haver uma identificação em relação aos bairros, mas ao lugar construído, relacionado à conquista da casa própria, à memória afetiva, ou pelas facilidades que propicia.

Na Vila Marina, o pertencimento se expressa tanto pela memória quanto pela situação geográfica. Quando questionada se mudaria de casa, Dora sintetiza sua opinião, ao afirmar:

Não... **eu gosto da Vila Marina, não vou mentir, eu nasci e criei aqui, então eu não tenho... Os outros falam mal, mas eu não ligo (risos), e ainda é próximo ao centro, aqui pertinho, só andar ali** (Dora, 60 anos, Vila Marina).

Juliana, outra moradora do bairro, reforça o fato da permanência se justificar não só pelo afeto familiar, mas também pela vizinhança quando perguntamos sobre o que mais gosta no bairro:

O que eu mais gosto?... É de ficar dentro de casa, não tem nada fora.
 [Gosta da sua casa?]
 Gosto. **Gosto da minha casinha.** Aqui do lado de fora que eu gosto é de ir na sorveteria ali [...]
 [Você mudaria de bairro?]
 Não.
 [Por que?]
 Porque tenho a minha Dora (vizinha) aqui. E também para ficar fazendo novas amizades, a gente não conhece o comportamento da pessoa, não conhece a índole.
Quando você já pega um carinho pelo lugar... (Juliane, 54 anos, Vila Marina).

Já no Jardim Morada do Sol, esse sentimento está muito atrelado à conquista da casa própria. Sonia é moradora do bairro há aproximadamente 30 anos, seu terreno foi uma doação feita pela prefeitura, para aqueles que viviam em habitações irregulares.

[O que a senhora mais gosta e o que menos gosta aqui no bairro?]
 Eu vou ser sincera, **eu gosto da minha casa!** Aqui do bairro eu não gosto muito não, porquê é muito bagunçado... Agora que aquietou um pouquinho, agora deu um descansinho. Agora, da minha casa eu gosto, porquê eu já estou de idade, né... para onde eu vou... Se mais tarde os filhos não quiserem a gente, vai jogar a gente em um asilo...
 [...]
 Mas sabe o que é, **a gente tem que gostar do lugarzinho da gente.** Não adianta eu ir daqui para lá... sair daqui e ir para outro lugar, o barulho é o mesmo, fazer o que... nós somos pobres, temos que ficar no nosso lugarzinho mesmo, que Deus deu para nós, a casinha para nós. Lá ela não chove, se faz frio nós colocamos mais um pouquinho de coberta para esquentar, pronto, esta ótimo! Saúde, graças a Deus, durmo bem, se estou doente, porque eu tenho diabetes né... um dia eu estou boa, outro estou bem... (Sonia, 61 anos, Jardim Morada do Sol).

Por fim, na fala da Fátima reforça esse vínculo ao lugar não como sentimento de identificação, mas como uma conquista, ou até mesmo como um espaço de acolhimento.

[você morava aonde antes?]
 Eu morava ali na Rua Mendes de Moraes.
 [E por que se mudou para cá?]
 Ah, porque a gente comprou aqui né... ai a gente veio para cá.
 [Certo. Onde você morava antes era alugado]
 É, era alugada.
 [E aqui é casa própria?]
 Isso, casa própria.
 [E o que você mais gosta e o que menos gosta do bairro?]
 Ah... pelo menos aqui na minha rua é tranquila. Eu gosto de tudo. [...]

[E se você pudesse, mudaria de bairro?]

Não, eu gosto daqui. Gosto daqui, do meu lugar, que eu moro, eu gosto (Fátima, 48 anos, Jardim Morada do Sol).

Em outro momento da entrevista, a Fátima completa:

[Como foi antes de você se mudar para cá?]

Então, eu fiquei com o pé atrás... Eu inclusive nem queria vim para cá. Mas, quando eu fui comprar, o que o meu dinheiro deu foi para comprar aqui (risos). Então eu falei assim, "ah, seja o que Deus quiser, né?".

Aí eu vim. Logo no dia que eu vim, para ver a casa aí tinha a vizinha aqui, a vizinha ali, sabe, assim... Na hora que eu desci do carro já me cumprimentaram, aí eu falei **"opa, parece que já estou me sentindo em casa".**

Depois que eu mudei foi melhor ainda, sabe. Ai eu fiz amizade com os vizinhos e todo mundo aqui é conhecido do outro, até parente... Então já foi mais tranquilo, é uma rua bem tranquila aqui! (Fátima, 48 anos, Jardim Morada do Sol).

A visão do lugar é uma experiência compartilhada nos dois bairros, ainda que perspectivas diferentes, enquanto a Vila Marina se associa à memória afetiva e as facilidades de acesso à cidade, no Jardim Morada do Sol, da casa própria. Em ambos os casos, há um sentimento de reafirmação contra os estigmas territoriais, ao ressignificar o lugar para além das representações negativas.

4.2 Diferenças

O estigma territorial, entendido como um processo multifatorial (Rizzon, 2025) inscrito no tempo e no espaço, articula dimensões objetivas e subjetivas, como já foi frisado, o que afeta todos os aspectos da vida cotidiana. Nesse sentido, propomo-nos a destacar as diferenças observadas no tocante ao estigma territorial, a partir da análise das narrativas dos cidadãos situados no Jardim Morada do Sol, enquanto uma área periférica da cidade, e o bairro Vila Marina, próximo a área central.

Tomamos como ponto de partida os imaginários e práticas espaciais, os quais, com base em Magrini, Sposito e Catalão (2025, p. 40), são construções sociais expressas subjetivamente e “são constituídos com base nas práticas espaciais, articulando objetividade e subjetividade”.

Tais elementos, que compõem o estigma territorial, expressam-se de forma distinta em cada território (Wacquant, 2001), a partir de processos históricos e sociais específicos. Enquanto, na Vila Marina, o tempo atua na consolidação de um estigma produzido sobretudo por discursos e pelo imaginário social, no Jardim Morada do Sol esse estigma, uma vez constituído, passa a produzir efeitos mais evidentes no campo material, orientando práticas

cotidianas, políticas públicas e formas desiguais de intervenção do Estado, o que intensifica as desigualdades socioespaciais. Ainda que, no Jardim Morada do Sol, esses efeitos se manifestem de maneira mais visível por meio de consequências objetivas, o estigma territorial não se dissocia da dimensão simbólica, sendo continuamente reforçado pelos discursos e imaginários que atravessam o bairro.

Ainda que o estigma territorial no Jardim Morada do Sol se apresente de forma mais intensa no campo objetivo, sua expressão também carrega uma dimensão subjetiva, reforçada pelos discursos e imaginários que atravessam o bairro.

As diferenças entre os dois bairros se tornam mais evidentes quando observamos como o estigma territorial revela-se no campo material e no simbólico.

No processo de produção do espaço urbano, Corrêa (2007, p. 11) observa que “as formas simbólicas espaciais constituem importantes elementos no processo de criação e manutenção da identidade”. Essas formas não são neutras e carregam consigo significados que refletem e reforçam as relações sociais, contribuindo para a construção de imaginários sobre determinados territórios, dotadas de sentido político, capazes de estigmatizar os espaços (Corrêa, 2007).

Desta maneira, o espaço urbano é permeado por símbolos e significados expressos pelas representações espaciais, constituindo-se, como apontado por Corrêa (2007), como importantes aspectos da espacialidade da ação humana. Os símbolos presentes no espaço podem ser representados de maneira material ou não, sendo que essas formas se estruturam na produção das desigualdades.

4.2.1 “Tem um certo preconceito...”

Compreendemos que a forma como o estigma territorial é expresso nos dois bairros de estudo, é predominantemente marcada por barreiras físicas e simbólicas, seja através de imaginários e discursos, ou por meio de desigualdades objetivas que estruturam o cotidiano.

O estigma territorial presente no Jardim Morada do Sol, faz-se de maneira muito mais objetiva ancorado em conteúdos estruturais que historicamente marcam o bairro. Como vimos anteriormente, fatores como a ausência de infra-estrutura, presença de população pobre, ser o bairro resultado da implantação de loteamentos populares, a grandes distâncias do centro e a restrição da mobilidade urbana gera um contexto de segregação socioespacial (Silva, F., 2008), o que que potencializa o processo do estigma territorial.

O “programa de desfavelamento e loteamentos urbanizados” é outra base forte para o surgimento desse estigma; pois os cidadãos tinham em seu imaginário uma população “favelada” residente no bairro (Silva, F., 2008)

[Quando você fala para outras pessoas que não moram aqui, que você é moradora do Jd Morada do Sol...]

Os outros discrimina, fala que aqui é lugar de ‘vagabundo’, ‘biscate’, que não presta. Tem um monte de gente que fala isso, até nas entrevistas de emprego, “o 7 não presta, o 7 é comunidade, é favela”.

Eu falei para uma mulher, faz muitos anos, eu não tinha nem ele (aponta para o filho mais novo), eu falei “filha, aqui não é favela não”, sabe o que aqui é? Aqui é a rua do cemitério, bairro do cemitério, porque aqui era para ser um cemitério, o bairro inteiro, na época do finado Agripino.

[E até hoje em dia você escuta falando disso, do “km7”, que normalmente o pessoal fala?]

Ah fala. “Lá só tem vagabundo, preguiçoso, que não faz nada”...

[Isso é um dos motivos que te faz querer sair daqui?]

Também. É que eu não gosto mais daqui da vila, eu peguei desgosto daqui faz muitos anos (Valéria, 40 anos, Jardim Morada do Sol).

A moradora também relata suas experiências pessoais, que estão intensamente vinculadas ao estigma territorial.

[Alguns dos moradores comentaram comigo que antigamente não podia falar nas entrevistas de emprego que era morador aqui do bairro. Ainda acontece isso?]

Eu lembro que lá na época do HR, que eu tinha engravidado desse daqui (o filho mais novo), o pessoal do HR falou assim para mim “misericórdia... eles não contratam ninguém do Morada do Sol. Eles preferem outros bairros mais distantes, Vila Marcondes, vila não sei o que...”

Então eu falei, “minha nossa senhora, então deixa quieto”. Ai eu desisti, nem vou procurar mais.

[Hoje em dia você acha que melhorou essa questão ou ainda tem?]

Ainda tem né... Se fala que é do Morada do Sol o povo já discrimina.

Fala que o pessoal é favelado, fala cada nome feio... que misericórdia (Valéria, 40 anos, Jardim Morada do Sol).

Complementar a essa narrativa, a moradora Fátima relata:

Ah não sei..., a maioria das pessoas vê esse bairro aqui como um... sabe?...sei lá, uma favela, um lugar monstruoso..., mas não é. Pelo menos aqui, nessa rua onde eu moro, é um lugar bem tranquilo (Fátima, 48 anos, Jardim Morada do Sol).

São aspectos que aparecem de forma marcante e objetiva no Jardim Morada Sol, que impactam de maneira efetiva o habitar a cidade, ultrapassando o campo do discurso e afetando as práticas espaciais dos cidadãos.

Segundo Silva, F. (2008), o discurso popular atrelado ao Jardim Morada do Sol está diretamente associado ao rótulo “Km 7”, uma designação que ultrapassa a função de localização e se transforma em marcador estigmatizante. Os nomes atribuídos aos bairros

estigmatizados operam como mecanismo de diferenciação, já que os nomes atribuídos aos bairros carregam uma carga histórica e social que molda a forma como eles são percebidos (Wacquant, 2001).

A fala da moradora Carla, durante a entrevista, apresenta como o espaço condiciona as práticas espaciais influenciando nos deslocamentos ou estigmatizando certos territórios, nesta condição, o diferente é visto como subalternizado ou inseguro.

“Então tipo assim, geralmente quando a gente fala ‘ah, eu moro lá no Morada do Sol’, ‘Morada do Sol? É perto da onde? Perto do Campus I?’, ‘não... É no Morada do Sol, lá é Vale do Sol’, ‘Ah, é no Morada do Sol, lá no km 7?’, porque o povo sempre fala isso né, ‘**nossa, km 7 não, é muito longe... lá só tem maloqueiro...**’. [...] e agora morando aqui, o povo julga muito né, ‘nossa, é muito longe!’, e agora é... ‘ninguém entrega nada lá’ e não entrega mesmo, pode pedir uma pizza, pode pedir qualquer outra coisa a noite que não entrega, a não ser o lanche aqui da vila mesmo, é o único que entrega, o resto não tem, não entrega” (Carla, 35 anos, Jd. Morada do Sol)”

Além disso, as falas evidenciam a indissociabilidade do estigma ao território, ao não separar o bairro dos moradores. Ele emerge da articulação entre os discursos, os símbolos e as experiências cotidianas, revelando a relação dialética entre espaço e sociedade.

[Mediadora] O que seria o “km 7”? Como vocês veem isso das pessoas falarem?”
 [Colaboradora 3] Desvalorização, porque aqui é um nome tão bonito!
 [Colaboradora 11] Na verdade aqui não é nem o 7, aqui é o 6. O 7 é mais para frente...
 [Colaboradora 8] O seis é para lá.
 [Colaboradora 3] Aqui é o 7 mesmo.
 [Colaboradora 11] Dizem que está trocado.
 [Colaboradora 3] Está tudo trocado aqui. Aqui a gente está fora do mapa.
 [Colaboradora 11] Quando eu fui ver o mapa, eles falaram que está trocado. Aqui o seis é para lá, o sete (em direção ao Montalvão)...
 [Mediadora] Vocês acham que é uma forma de desvalorização do bairro?
 [Colaboradoras: Sim! Com certeza]
 [Colaboradora 8] É porque tem o bairro lá do sol... Vale do Sol. Ai você fala Morada do Sol, eles responde “Ai, não sei”, ai tem que falar “km 7”. Eu já falo Belo Galindo.
 [Colaboradora 7] Tem pessoas que não têm onde cair morto, não tem uma casa, um carro, nada... Nem emprego fixo. Mas aí quando eu falo que moro aqui no Belo Galindo, antigo “km 7”, que eu falo, eles já fazem assim (expressão de desdém), eu falo “A casa é minha!”, porque ele está desvalorizando? A casa é minha! “E você que mora nesse bairro e não tem onde cair morto?”. As pessoas desvalorizam quem mora aqui... de mais da conta (Grupo Focal, Jardim Morada do Sol).

A descaracterização do nome de um lugar é entendida como uma manifestação direta do estigma territorial. Essa dinâmica cumpre um papel fundamental na deslegitimação social dos lugares e de seus moradores, relacionado aos discursos carregados de conotação negativa (Wacquant, Slater e Pereira, 2014).

As narrativas evidenciam que o estigma territorial não se restringe ao campo simbólico, mas produz consequências objetivas na vida cotidiana dos moradores. No Jardim Morada do Sol, o rótulo historicamente associado ao bairro, vinculado ao programa de desfavelamento e à imagem de uma população “favelada”, consolida-se no imaginário social e passa a operar como um marcador estigmatizante. Nesse processo, a designação “km 7” ultrapassa sua função meramente locacional, operando como um signo de desvalorização social, de modo semelhante ao papel desempenhado pelo “além linha” na Vila Marina enquanto barreira material e simbólica.

No Jardim Morada do Sol, o estigma territorial manifesta-se de maneira mais direta e objetiva, materializando-se em práticas concretas e violentas que impactam diretamente a vida dos moradores.

Já, na Vila Marina, por sua vez, embora o estigma territorial esteja fortemente ancorado em narrativas e representações simbólicas, ele não se restringe à esfera subjetiva, produzindo também efeitos materiais, como a desvalorização do bairro e a negligência na manutenção de infraestruturas urbanas.

“Ah minha filha.... Outro dia estava conversando com uma mulher... **A mulher excomungou aqui...**

É.... **Porque ‘aqui não presta’, que ‘só mora gente que não presta’** ... Igual eu disse para ela, tem gente que não presta e gente que presta também, né? **Não é todo mundo, né?**... Mas ela disse que não compraria uma casa aqui de jeito nenhum. Eu estava no banco e ela estava conversando comigo. Ela mora lá em cima do Maracanã, ela falou para mim que mora lá.

Aí eu disse para ela que lá era um lugar ótimo, bom (em relação ao Maracanã). Porque, eu tenho um sobrinho que mora lá no Novo Bongiovani, então é ótimo, mas **não pode ficar xingando o lugar dos outros, né?**

Falei para ela.... Lá não é um lugar ruim não, falei para ela... Ela falou que tem medo, dos outros, de assaltarem ela...matar..., mas aqui não tem nada disso, a não ser que você vá andar cheio de joia, aí vão atrás, não é verdade? (Dora, 60 anos, Vila Marina).

O estigma territorial presente se sustenta muito mais em julgamentos externos, que reforçam barreiras simbólicas e a sensação de desvalorização.

A Vila Marina, mesmo sendo um bairro historicamente consolidado e próximo ao centro, sua situação geográfica “para baixo da linha” permanece como elemento que produz diferenciação e da rotulação de seu nome profundamente ligada ao estigma.

Márcia é moradora do bairro desde sua infância, ela falava do passado com saudosidade e lamenta a forma em que o bairro se encontra.

Esse nosso bairro aqui, você vê, ele é próximo do centro, ele não evolui.

[...] Agora você vai na linha com uma sujeira de bexiga, com um regaço (Márcia, 65 anos, Vila Marina).

As participantes do Grupo Focal reforçam como a linha férrea permanece como marca simbólica associada à desvalorização e à diferenciação socioespacial.

[Colaboradora 2] Ah, esse lado nosso da cidade é esquecido...

[Colaboradora 1] **É discriminado...**

[Colaboradora 2] **...tem um certo preconceito...**

[Colaboradora 1] Tem bastante!

[Colaboradora 2] Na cidade, se você for fazer um crediário... “ah, a senhora veio fazer um crediário? Me fala seu nome, CPF... Você mora onde?” eu falo, “Na Rua Maria das Graças”, **“Que bairro?”** “Moro na Vila Verinha”, a pessoa vai fazer assim pra você (a colaboradora imita um olhar de cima a baixo).

[Colaboradora 1] É a zona leste né...

[Colaboradora 2] **Ela olha pra você, pra ver... que até então não tinha, eu penso assim, eu penso, que até então ela não tinha notado como você é.** A visualização sua, como você era, como você tava vestido, seu aspecto. **Quando você fala, onde você mora, e olha pra você, pra ver se você tem uma aparência de... né? Ou não.**

[Mediadora] Aparência de quê?

[Colaboradora 2] **De bandida.** Porque, agora nem tanto, mas antigamente, você eu não sei, porque eu nem sei se você era nascida (fala para a colaboradora 1), eu já era casada, eu já tinha filho do meu filho, eu já tenho 50 anos. Você tem quantos anos?

[Colaboradora 1] 42.

[Colaboradora 2] Então, meu filho é bem mais velho que você.

Você morava aqui, esse lado aqui... **e tinha muito bandido, muito bandido mesmo**, bandido armado, que atirava, era muito complicado.

Então, a gente **tinha um preconceito, eu às vezes falava, que morava na Vila Marcondes. Nunca vou falar que eu morava aqui, porque você percebia no olhar da pessoa a diferença... Seu tratamento já era diferenciado, a pessoa já te tratava mais assim como um... né?** “Mora lá, porque o bairro é pra baixo da linha”, **“lá que o bairro só tem bandido, só tem malandro, só tem coisa como essa...”**. Era assim. E eu já me senti muito assim, muitas vezes.

[Mediadora] Você também acha? Já aconteceu alguma situação com você, como ela tá dizendo, foi obter um crediário?... Aconteceu com você alguma vez, um gesto, uma discriminação assim?

[Colaboradora 1] Não, um crediário não, mas aconteceu essa semana que eu fui no IE tentar fazer o passe do meu moleque, não consegui.

E a Vila Verinha ninguém sabe, “nossa, onde que é isso?”, tipo esnobando, sabe? E eu não entendi porque que eu não consegui o passe do meu moleque, se eu morava aqui, eu não sei... Não entendi o porquê

[Colaboradora 2] Mas essa situação que eu passei pra você é antiga... Antigamente era assim, hoje não tem mais.

[Colaboradora 1] Não, não é mais perigoso.

[Colaboradora 2] **Não é igual era, não, só que ficou aquela...**

[Colaboradora 1] **A imagem, a impressão** (Grupo Focal, Vila Marina).

Observamos, então, que a zona leste, apesar de ser uma área bastante próxima do centro da cidade, caracteriza-se pela desvalorização simbólica que o setor carrega, marcado por um estigma territorial. As subjetividades projetadas no “lado de lá”, que podem ser materiais e imateriais, são geradoras de desigualdades socioespaciais que reforçam os estigmas com os quais os moradores lidam cotidianamente. Para Kowarick (2009, p.91), essas

subjetividades acentuam "um imaginário social que associa as camadas pobres a um modo e condição de vida que estaria nas raízes da crescente violência".

Segundo Bourdieu (1989), a classe dominante busca impor princípios de hierarquização para legitimar sua dominação, utilizando por meio da própria produção simbólica, que expressam ideias, valores ou crenças que sirvam como manutenção do capitalismo. Tais símbolos tornam-se enraizados na memória “marcados por profundas diferenças e desigualdades que precisam ser afirmadas, re-afirmadas, re-significadas, e justificadas ou contestadas por meios diversos, entre eles as formas simbólicas espaciais.” Corrêa (2007, p.15).

Em diálogo com essa perspectiva, Kowarick expõe que:

“Em termos simples: acentua-se um imaginário social que associa as camadas pobres a um modo e condição de vida que estaria nas raízes da crescente violência que impregna o cenário das grandes cidades brasileiras. esta associação é uma marca das representações que sempre se fizeram acerca da pobreza, que precisava ser domesticada e moralizada nos seus hábitos, costumes e comportamentos. em contrapartida, havia também uma forte matriz discursiva que opunha “trabalhadores pobres” aos “bandidos”. a entonação destas percepções variou no tempo e no espaço, mas penso ser correto afirmar que, fundamentalmente, a partir dos anos 1990, com o aumento do desemprego e subemprego, da favelização e da própria criminalidade, estruturou-se um conjunto de discursos e práticas [...]” (Kowarick, 2009, p.91)

Desta maneira, o imaginário social sustenta um discurso que cria “barreiras” que muitas vezes decorrem da ausência do Estado e de seus agentes, aqueles que assumem papel político na esfera do poder público.

Wacquant (2001) destaca que as desigualdade sociais e espaciais, juntamente com a marginalidade urbana e o processo de segregação socioespacial, estão associados à matriz histórica da classe e raça, e a precarização e a falta de condições adequadas de meios de consumo coletivos. Nesse sentido, violência simbólica nos espaços marginalizados, fruto de uma sociedade na qual a participação ativa da esfera do consumo tornou-se indispensável para as dinâmicas sociais, representam formas singulares de vivência, percepção e reprodução do estigma.

Deste modo, as políticas de localização funcionam como eixos de opressão, alinhados á marcadores sociais como raça, gênero e idade, que (re)produzem lógicas hegemônicas de produção da cidade em um contexto de fragmentação socioespacial. A raça e classe, sobretudo, configuram como um importante fator que evidencia as contradições na produção do espaço urbano e moldam a forma como o estigma territorial é experimentado pelos sujeitos.

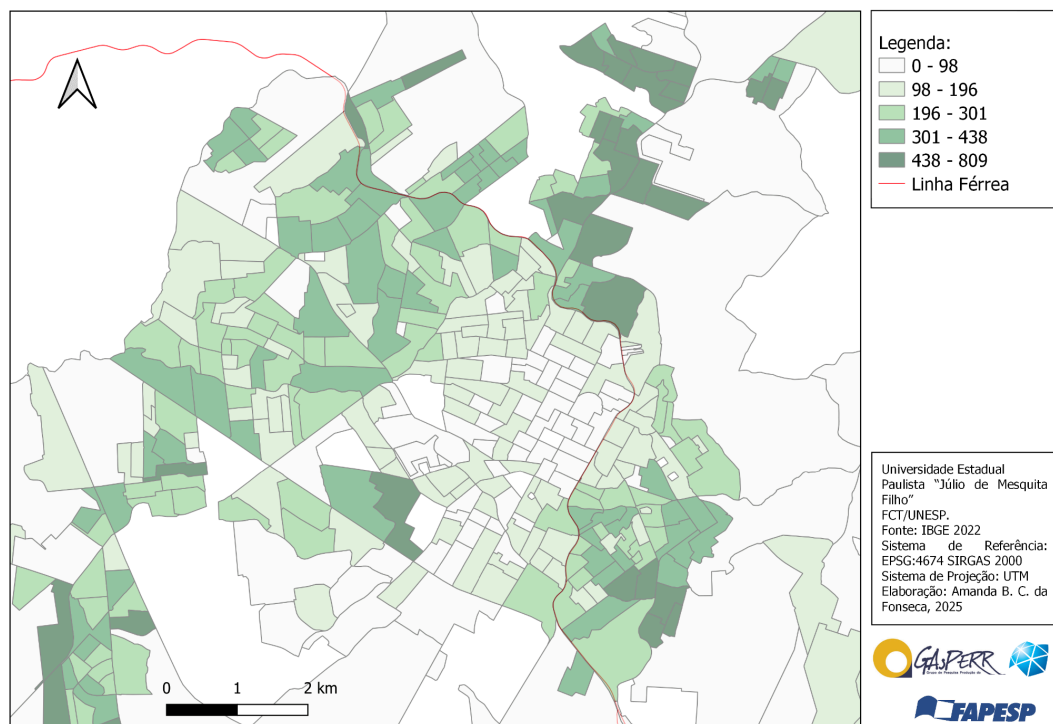
“[...] el estigma territorial guarda una estrecha relación con la pobreza, la subordinación étnica (donde se incluyen “minorías” nacionales y regionales, ya sean

reconocidas o no, y grupos de inmigrantes extranjeros pertenecientes a las clases bajas), viviendas degradadas, moralidades impuestas y delincuencia callejera” (Wacquant, p. 277).

Mesmo que o marcador de raça não tenha se expressado diretamente nas falas dos cidadãos, e não tenha sido o foco central da nossa pesquisa, é necessário reconhecer que os recortes de classe, gênero e raça se inscrevem em um contexto social estruturante.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2022, 55,9% da população prudentina se autodeclarou branca, enquanto 42,4% é autodeclarada preta ou parda. Quando observamos a distribuição espacial das pessoas negras e pardas no município de Presidente Prudente, notamos que a população preta e parda não se concentra no centro principal ou nos bairros pericentrais, mas está majoritariamente nas áreas periféricas.

Mapa 6: Presidente Prudente. Situação Espacial das pessoas pretas e pardas. 2022.

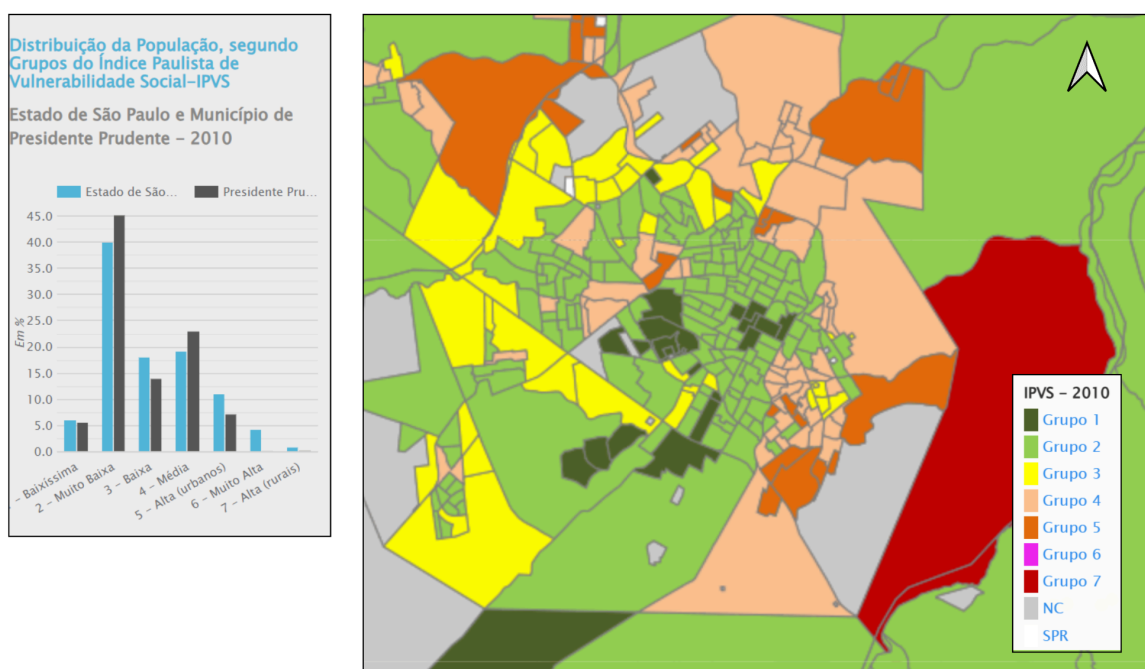


Elaboração: A autora, 2025.

Como afirmado por Sousa (2014), essa distribuição confirma o padrão típico das cidades brasileiras, seguindo a lógica da segregação socioespacial, de modo a afastar a população das áreas centrais. A presença da população preta e parda na cidade, é marcada expressivamente nos extremos leste, norte e oeste.

Esse padrão espacial torna-se ainda mais evidente quando comparado ao Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS, 2010), representado no **Mapa 7**. Nos mesmos setores onde a população negra é mais numerosa, observam-se também os maiores índices de vulnerabilidade.

Mapa 7: Presidente Prudente. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. 2010.



Fonte: IPVS 2010.

<http://ipvs.seade.gov.br/view/index.php>

Segundo o IPVS (2010), Presidente Prudente apresentava 204.849 habitantes, renda domiciliar média de R\$2.677,00 e 12,3% dos domicílios viviam com até meio salário mínimo per capita.

Conforme abordado por Rizzon (2024, p.189), “A dimensão da raça, entretanto, impõe maior vulnerabilidade aos sujeitos”, de modo em que o estigma territorial reforça as desigualdades e a segregação socioespacial nas cidades contemporâneas brasileiras.

4.2.2 “Onde você mora”

Segundo Vasconcellos (2001), a mobilidade relaciona-se à reprodução de grupos e classes sociais e de suas relações de poder, determinados por fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. A análise comparativa evidencia que o Jardim Morada do Sol e a Vila Marina ocupam posições diversas na lógica centro-periferia.

Ao refletirmos sobre os sistemas de transporte, principalmente no que se trata dos transportes coletivos, como frisado por Legroux (2021), trata-se de elementos segregam e fragmentam, pois da mesma forma em que conectam e articulam os diferentes fragmentos da cidade, também criam linhas que cortam e separam o espaço físico. Além disso, como apontado por Santos (2024), a insegurança urbana é lida como elemento analítico que contribui e também condiciona para limitar os acessos.

Durante o Grupo Focal, quando as moradoras foram questionadas sobre o transporte coletivo, houve um momento de bastante comoção e de troca de experiências que expôs a precariedade da mobilidade urbana presente no bairro:

[Colaboradora 8] Eu tenho uma filha autista. E é muito difícil pra mim ir nas terapias. Outro dia eu fui... Eu fui no fórum, sete horas e pouco, tem que madrugar. Ai eu estou lá, saio da terapia dez para oito, oito e dez tem um ônibus. O ônibus que vem pro meu bairro... se eu tô lá no Dayane (linha de ônibus), ele tem que vir pro Dayan... ai, ele parou no centro e falou "é que esse horário não vai mais". Mas aí eu tô no Dayane... Aí eu tive que descer, pegar o João Domingos, esperar, descer lá na minha filha... Eu cheguei em casa era dez horas.

Então assim, não sei se precisaria ter mais. Porque a gente necessitaria né... O autista por exemplo, tem o passe, mas a gente não consegue utilizar o transporte, para fazer as terapias.

[Colaboradora 3] Eu estava precisando para fazer para o meu, mas então nem vou ir atrás para fazer...

[Colaboradora 8] Se tivesse pelo menos o ônibus aqui... Aí o Tupã falou para mim, "fala aí com o rapaz", aí o cara da Semob falou assim "Não, eu vou pegar seu telefone. Me liga". Ele me deu um número, que você morre de ligar, de falar no WhatsApp e dá que não existe.

[Colaboradora 5] Eu acho nada..., porque o João Domingos é um monte de João Domingos.

[Colaboradora 8] Então...Custava eles vim pelo menos até aqui na rotatória? Pronto, gente. Pega ali e a gente desce.

Porque seria muito bom pra gente... Mulher, né? Porque eu morro de medo de descer e vim quando está escuro. Ou com criança.

Já ajudaria pra gente vir na rotatória. Questão de saúde. A minha filha estuda no Lisboa⁵. Por causa das terapias. E a terapia que é no Lisboa é no centro” (Grupo Focal, Jardim Morada do Sol).

As falas das moradoras revelam uma dimensão objetiva do estigma territorial reproduzindo profundas desigualdades profundas desigualdades socioespaciais, envolvendo negligências institucionais. Como enfatiza Santos (2024, p. 77), “a mobilidade deve ser observada e refletida mediante os acessos possíveis”, de modo a compreender as necessidades e contextos que a circundam.

Já no que se refere à acessibilidade urbana, entendemos que o acesso às oportunidades, que qualificam as práticas da vida urbana, relaciona-se diretamente com a dimensão tempo-espço (Sousa e Timóteo, 2005). Nota-se então, um modelo de produção do espaço urbano que restringe a acessibilidade urbana, enquanto reflexo da distribuição desigual de recursos na cidade.

Consideramos a acessibilidade urbana, a partir da oferta dos serviços urbanos e do direito ao acesso à cidade.

[Mediadora] Vocês acham que aqui é um bairro excluído?

[Colaboradora 3] É, excluído. Com certeza.

[Colaboradora 4] É sim.

[Mediadora] Em que sentido vocês acham que é?

[Colaboradoras] Em todos... Em tudo...

[Colaboradora 8] **Se você falar, por exemplo, você arrumou um serviço de doméstica, se falar onde você mora, "km 7"...**

[Colaboradora 3] **Eles nem chega perto...**

[Colaboradora 8] ... Até quando compra qualquer coisa que fala que é para entregar, eles falavam "Nossa, mas lá não é Prudente... É distrito de Montalvão", eu nem sabia que era distrito de Montalvão.

[Colaboradora 3] No Vitapele não entrava não, tem gente que falou (em relação ao ônibus). Depois, depois de muitos anos começou a subir até a avenida, até na pracinha. Mas antes minha sobrinha pegava lá no Alexandrino.

[Mediadora] Mas já aconteceu de vocês chegarem e falarem que moram aqui, moram aqui e a pessoa...

[Colaboradora 7] “Uber”! “Uber” não vem

[Colaboradora 5] Se você estiver precisando para ir no UPA, eles não vem.

Precisava fazer um UPA mais próximo de nós, porque muita gente aqui não tem muita condição de estar indo de Uber. Nós que temos criança pequena sempre precisa. Esse dia mesmo eu precisei ir no UPA. Aí chama o Uber? Não vem. Ônibus? Não tem. Como você vai levar uma criança de lá?

[Colaboradora 7] Eu trabalho com costura de uniformes. Eu pego Uber toda semana, três, quatro vezes. Muitos cancelam. Aí você argumenta lá naquele comentário, **"eles têm medo de vir aqui"**.

Tem mais uma coisa. Tem gente que pede para ver se aqueles negócios duro era mesmo cone de linha de fio ou não... se era arma, se era um 38, por exemplo... "Moço, aqui é linha", eu abro o saco e mostro, que aqui é linha. Se entendeu?

[Colaboradora 3] Gente, eu não quero atraparlar vocês mais, as vezes porque a própria comunidade gera esse contexto.

⁵ Escola Municipal João Sebastião Lisboa.

Então gerando esse contexto, o que dá lá na frente? Dá um contexto de que aqui é ‘regaçado’.

[Colaboradora 4] Igual o meu, que tem bronquite asmática, se deu uma crise nele aqui, ele acaba morrendo em casa. **Porque o “Uber” não vem, a ambulância não vem, a polícia só vem para te matar. Então é complicado** (Grupo Focal, Jardim Morada do Sol).

A análise das falas dos moradores demonstra os efeitos dessas representações na forma como os cidadãos vivenciam e se relacionam com a cidade, indicando a reprodução desses estigmas que se manifestam de maneira particular, que vai além do deslocamento e do direito de ‘ir e vir’.

O Jardim Morada do Sol, marcado por um distanciamento que se traduz em dificuldades de mobilidade e acessibilidade no espaço urbano, reforça barreiras e discursos ligados ao estigma de se viver em um lugar “distante” e periférico. Desta maneira, a distância torna-se perspectiva objetiva, como a redução da mobilidade e da acessibilidade acaba por se tornar um fator determinante para a segregação e a fragmentação socioespaciais expressas e vividas na vida cotidiana.

Em contraste com o Jardim Morada do Sol, na Vila Marina, o estigma territorial ainda se faz presente no imaginário social, mas de maneira mais sutil, refletido em discursos, expresso no campo subjetivo das práticas espaciais.

No processo de produção do espaço urbano, as subjetividades exercem uma importante influência nos lugares onde vivemos e como nos relacionamos com a cidade.

Durante as falas em diálogo das moradoras da Vila Marina, novamente constatamos a presença da linha férrea, enquanto barreira física, mas que atua como uma barreira simbólica e base para a constituição de subjetividades, que levam à estigmatização do território e de seus moradores.

“[Colaboradora 2] **Aqui, ainda pela sociedade prudentina, o lado de lá da linha vê esse lado como o lado feio, errado da cidade.**

[Colaboradora 1] **E aqui é um bairro que não vai pra frente, não vai aqui ninguém abre nada, não vai pra frente.** Não tem um mercado bom para a gente ir..., se a gente quiser ir, a gente tem que ir pro lado de cima da linha, porque aqui pro lado de baixo não tem.

[Mediadora] Você que chegou a menos tempo, Debora, sentiu logo isso, a conversa? Como é que foi que você sentiu?

[Colaboradora 3] Quando eu vim conhecer o ano passado, a gente veio lá por baixo, né? Quando você vem daqui da Raposo, é um outro jeito que você vê a cidade. Você veio pro lado de baixo, parece que você veio não como favela, mas o lado bem acabado, bem escondido. Se você vem por cima, não. Então eu notei bastante.

[Mediadora] Aconteceu de alguém falar alguma coisa pra você?

[Colaboradora 3] Não, não.

[Mediadora] Você que percebeu?

[Colaboradora 3] Só assim, quando você vai lá pro lado de cima, lá perto dos bancos, uma vez eu fui mudar a conta minha, que meu cartão venceu, e tava em São Paulo, eu não vou pra São Paulo buscar meu cartão, então eu troquei a conta pra cá.

Daí fui, perguntei tudo, **ela falou “onde você mora e tal”, daí eu falei, e ela: “o lado de baixo da linha é meio perigoso, né?”** Então você tem assim...

[Colaboradora 1] E quer dizer, que não é muito longe da onde a gente tá.

Aqui tá a linha, eu moro aqui e aqui é o banco, então você não tá muito longe, mas tem...

[Mediadora] Você poderia até dizer que é uma cidade dividida mesmo?

[Colaboradora 1] Dividida!

[Mediadora] Queria voltar num outro ponto, que é a Luciana que fez referência. Quando começou a falar das qualidades do bairro, falou da proximidade do centro. O que vocês acham disso, como é que é isso pra vocês?

Vocês vão sempre pro centro, é uma rotina, tá integrado ou não? Acaba ficando mais aqui pro lado da Zona Leste?

[Colaboradora 1] Não, sempre tem que ir né, que tudo se resolve lá, né, pagar a conta, comprar as coisas, tudo pro centro. O bom que é perto, né?

Eu mesmo, da minha casa no centro, a pé é 10 minutos. Para você ver né, **é tão perto do centro e a gente ainda é discriminado**. A gente vai frequentemente, né?

[Colaboradora 2] Sempre.

[Colaboradora 1] É pertinho, tudo tem que ser lá, que é mais barato, porque pra cá, pra cá quase não tem nada de comércio.” (Grupo Focal, Vila Marina).

Se o Jardim Morada do Sol expressa um estigma territorial fundamentado no distanciamento físico, a Vila Marina revela a permanência de um estigma integrado ao discurso popular consolidado no imaginário social. As falas dos cidadãos evidenciam uma localização privilegiada e acessível, com oferta de comércio e serviços próximos.

[E o que você mais gosta e o que menos gosta aqui no bairro?]

No bairro?... Eu acho que ele tem um comércio bem pequeno, mas é prático, é bom. Eu tenho a padaria do lado, eu tenho o gás aqui do lado, tem a farmácia aqui na frente, tem o mercado aqui perto... Então assim, **além de ser um bairro praticamente no centro da cidade, porquê eu vou andar quatro quarteirões e eu estou no centro... Por isso eu gosto dele**. (Henrique, 55 anos, Vila Marina).

A fala de Cátia, moradora da Vila Marina, leva em conta que, ainda que estejam próximos da área central, o que lhes favorece a acessibilidade a esse setor da cidade, as práticas de diferenciação e de distanciamento atuam de maneira simbólica.

“Ah no além linha, isso eles falam mesmo, até hoje falam ainda. Aí eu já falo, ‘eu moro no além linha, mas daqui no centro eu chego e vou de a pé todos os dias, eu não vou de carro daqui no centro’. Quem mora no Bongiovani não consegue vir, no Damha também não, ninguém vem de a pé, e eu vou de a pé e volto numa boa, sempre assim. Mas agora até parece que deu uma diminuída, mas uns anos atrás era assim mesmo...” (Cátia, 65 anos, Vila Marina).

A condição espacial dos sujeitos é elemento de diferenciação espacial que reforça as desigualdades sociais, como pontuado na fala da Cátia, que busca reafirmar sua mobilidade e o acesso às facilidades da cidade, apresentando-as como uma forma de contestação ao

afastamento simbólico imposto ao bairro. Além disso, é possível também identificar a presença de estruturas como a linha férrea que geram rupturas no espaço, enquanto um divisor material e imaterial.

A mobilidade urbana e a acessibilidade aparecem como um aspecto central na vida cotidiana dos entrevistados, influenciando “o acesso desigual dos diferentes segmentos sociais aos serviços e espaços urbanos” (Sposito; Sposito, 2020, p. 6). As práticas espaciais materializadas e representadas como estigma territorial, a partir da constituição de barreiras materiais e simbólicas no espaço urbano, acabam por reforçar o processo de fragmentação socioespacial.

Em síntese, as representações sociais e espaciais associadas aos bairros Jardim Morada do Sol e Vila Marina revelaram diferentes formas de estigmatização territorial. A análise das falas dos moradores demonstra os efeitos dessas representações na forma como os cidadãos vivenciam e se relacionam com a cidade, indicando a reprodução desses estigmas que se manifestam de maneira particular.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises, a presente pesquisa buscou demonstrar como o estigma territorial atua como um mecanismo, tanto simbólico quanto material, orientada pelo objetivo de compreender essas desigualdades a partir da comparação do cotidiano dos moradores da Vila Marina e do Jardim Morada do Sol, analisando as expressões objetivas e subjetivas em suas práticas espaciais.

A estigmatização dos territórios estudados não surge do acaso, ela se apoia em desigualdades históricas, reforçadas e ampliadas por políticas públicas. A combinação entre condições objetivas de precariedade e representações negativas de um imaginário social, molda o modo como os moradores vivenciam a cidade.

Assim, a percepção de que certos bairros são “menos valorizados” ou “pior vistos” é reforçada por discursos consolidados ao longo do tempo. Além disso, as formas como o estigma recai sobre determinados territórios são alimentadas e usadas por interesses privados e esferas políticas, enquanto eixo simbólico para as desigualdades socioespaciais. Sob essa perspectiva, a existência do estigma territorial representa uma materialização da negação desse direito, uma vez que limita a apropriação simbólica e física da cidade.

Com base nas análises e reflexões desenvolvidas ao longo desta monografia, compreendemos que o estigma territorial, em certa medida restringe, ainda que não negue completamente, o acesso à cidade. Ao revelar as desigualdades inscritas socialmente e espacialmente, o estigma se manifesta como um mecanismo simbólico e material que condiciona o modo como determinados grupos vivenciam, percebem e se apropriam do espaço urbano.

Para a Geografia, a relação entre sujeito e espaço é dialética e relacional, sendo o espaço urbano produzido e reproduzido a partir das interações sociais que nele se inscrevem. Nessa perspectiva, o estigma territorial se configura como um conceito processual socialmente construído, que se manifesta na relação entre representações, classificações simbólicas e experiências vividas, variando conforme os contextos históricos, econômicos e culturais.

A pesquisa destacou que, embora o estigma territorial assuma expressões distintas nos dois bairros estudados, seus efeitos sobre a vida cotidiana dos moradores apresentam semelhanças e diferenças significativas. Em ambos os casos, observam-se restrições de acesso, sentimentos de desvalorização, percepções de abandono e limites no acesso à cidade, ainda que produzidos por dinâmicas diferentes.

No caso da Vila Marina, a proximidade com a área central da cidade não atua como um contra-estigma capaz de neutralizar os efeitos do estigma territorial. Diferentemente de periferias urbanas, como a Cidade de Tiradentes, estuda por Rizzon (2025), em que a distância física do centro constitui o principal conteúdo estigmatizante, neste bairro o estigma se sustenta sobretudo em barreiras simbólicas historicamente construídas, ancoradas nos discursos associados ao “além linha”.

Já no Jardim Morada do Sol, a distância em relação ao centro e a própria condição de bairro resultante de políticas habitacionais populares constituem, desde sua origem, conteúdos estigmatizantes centrais, reforçando a segregação socioespacial, além de expressões subjetivas como a designação “km 7”, que ultrapassa a função locacional e atribui ao bairro um sentimento de afastamento e desvalorização no imaginário social.

Tais elementos configuram o estigma territorial, evidenciando conteúdos distintos do estigma em cidades médias, observado em espaços urbanos demograficamente maior e funcionalmente mais complexos.

O espaço urbano, condicionada pelos agentes hegemônicos, apresenta-se como mediador e reflexo das hierarquias sociais, segundo as quais o acesso desigual aos meios e serviços urbanos, sustentado por marcadores sociais de raça, classe e gênero, limita o exercício pleno do “direito à cidade”. É nesse cenário que a fragmentação socioespacial se manifesta como expressão concreta dessas desigualdades e como chave contextual para compreender sua reprodução no espaço urbano.

Pensar a cidade como resultado e reflexo das desigualdades sociais significa também reconhecer a importância das condições de mobilidade e acessibilidade na reprodução dessas desigualdades na própria materialidade do espaço. Entendemos que as condições desiguais de mobilidade urbana, alinhados ao sistema de transportes, revelam um aspecto central na ampliação ou na mitigação destas situações, que distribuídas desigualmente no espaço, reforça distâncias sociais, restringindo o acesso a bens, serviços e oportunidades.

A mobilidade urbana torna-se questão essencial para pensarmos a justiça social uma vez que constitui um elemento decisivo na construção e perpetuação de desigualdades entre territórios da cidade (Leibler e Musset, 2010). Ela é composta por elementos políticos, enquanto condição de apropriação do uso do espaço urbano, fazendo parte da transformação do sentido do urbano e da própria sociedade. Portanto, não deve ser compreendida apenas como deslocamento, mas como expressão do direito de existir na cidade. Ela é parte da própria transformação do urbano e da sociedade.

Ao abordarmos a ideia de justiça espacial, partimos da concepção de “lutar pelo direito à cidade é reconhecer que a segregação socioespacial existe, e que também existe a privação das riquezas socialmente produzidas” (Alves, 2017, p. 169), o que exige a consciência da reprodução do capital no cotidiano urbano, “como caminho para lutar, para avançar em torno de projetos e causa sociais diferentes por dentro do sistema existente” (p. 170).

As práticas espaciais se manifestam tanto como expressão da dominação, quanto como possibilidade de emancipação. Além disso, a mobilidade pode ser entendida enquanto um direito fundamental, garantindo o acesso a oportunidades e a uma vida digna. Analisar a mobilidade para a promoção da justiça espacial, é importante para garantir a integração e a inclusão dos territórios, proporcionando à população o acesso à cidade, democratizando o uso e apropriação do espaço urbano. Nesse sentido, a luta por justiça espacial e pelo direito à cidade, estaria alinhada à luta por uma cidade mais democrática, capaz de incluir os sujeitos historicamente marginalizados dos processos de decisão e de circulação.

Como lembra Harvey (2014, p. 15), o direito à cidade surge “das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero”. Assim, o direito à cidade não é apenas o direito de acessar o que já existe, mas o direito de reconstruir e recriar o urbano de forma justa, coletiva e solidária.

Sob essa perspectiva, a existência do estigma territorial representa uma materialização da negação desse direito, uma vez que limita a apropriação simbólica e física da cidade. Em síntese, compreender o estigma territorial é compreender os limites e as possibilidades do acesso à cidade, e que o caminho da justiça espacial se constrói justamente nas práticas cotidianas por visibilidade, mobilidade e pertencimento.

Temos como desafio pensar em uma justiça espacial a partir da leitura sobre o direito à cidade. Para tal é importante fazer uma leitura crítica da produção do espaço urbano associada à tendência de fragmentação socioespacial, de modo a vislumbrar contradições que possibilitem superar ou minimizar as desigualdades socioespaciais. Em síntese, compreender o estigma territorial é compreender os limites e as possibilidades do acesso à cidade, e que o caminho da justiça espacial se constrói justamente nas práticas cotidianas por visibilidade, mobilidade urbana e pertencimento como possibilidade de pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.
- ALVES, Glória. Privação, justiça espacial e o direito à cidade. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de (orgs.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.
- BARBOSA, Joaquim Onésimo Ferreira. O lugar e sua representação na memória. **Revista NAWÁ: Lutas e Comunidade**, Rio Branco, AC, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/nawa/article/view/27>. Acesso em: 18 nov. 2025.
- BARBOSA, Jorge Luiz. **O significado da mobilidade na construção democrática da cidade**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9199>.
- BITTENCOURT, Tainá Andreoli; FARIA, José Ricardo Vargas de. Distribuição de investimentos públicos, infraestrutura urbana e desigualdade socioespacial em Curitiba. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S. l.], v. 13, n. 4, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/27563>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CALIXTO, M. J. M. S. Da lógica centro-periferia à lógica socioespacial fragmentária em uma cidade média. **Mercator**, Fortaleza, v. 20, e202104, 2021. ISSN: 1984-2201.
- CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 45–60, 2007.
- CARDOSO, L.; MATOS, R. Acessibilidade urbana e exclusão social: novas relações, velhos desafios. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA**, 10., 2007, Florianópolis. Anais. Florianópolis: Editora UFSC, 2007.
- CORNEJO, Catalina Andrea. Estigma territorial como forma de violencia barrial: el caso del sector El Castillo. **Revista INVI**, Santiago, v. 27, n. 76, p. 177–200, nov. 2012. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-83582012000300006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação socioespacial, escalas e práticas espaciais. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 62–72, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CRESSWELL, Tim. Seis temas na produção da mobilidade. In: CARMO, R. M. do; SIMÕES, J. A. (orgs.). **A produção das mobilidades: redes, espacialidades e trajectos**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- CRUZ NETO, Otávio. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 21ª Edição, 2002, p. 51–66.
- CRUZ, Taís Souza Da. **Reflexões sobre o estigma territorial: o caso do jardim morada do**

sol (presidente prudente – sp) e do distrito dos pimentas (guarulhos – sp). Anais do XV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <<https://ftp.portalrealize.com.br/artigo/visualizar/94133>>. Acesso em: 07/11/2025 14:56

CRUZ, Taís Souza da. **Estigma territorial e os processos de produção do espaço urbano: o caso do Jardim Morada do Sol (Presidente Prudente/SP) e do Distrito do Pimentas (Guarulhos/SP).** Orientador: Eda Maria Góes. 2025. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2024.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 19–36, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300202000010005>.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas.** 2015. 400 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FELICIO, Willian Franco. Concepções sobre o conceito de paisagem e sua inserção no ensino de geografia: elementos para uma investigação. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 11, n. 21, p. 05–27, 2021. DOI: 10.46789/edugeo.v11i21.992.

FUSHIMI, Melina; MIYAZAKI, Leda C. Pedro. Processos geomorfológicos de degradação decorrentes das inter-relações entre uso e ocupação dos compartimentos de relevo e precipitação das áreas urbanas e rurais de Presidente Prudente, estado de São Paulo, Brasil. *Élisée, Rev. Geo. UEG – Porangatu*, v.8, n.1, e81197, jan./jun. 2019.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Tradução: Mathias Lambert. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988. (Obra original publicada em 1963).

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, 2003, 12(24), 149–161.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** Tradução: Jeferson Camargo. - São Paulo : Martins Fontes - selo Martins, 2014.

JESUS, Patrícia Maria de. **Produção do espaço urbano no Jardim Humberto Salvador, Presidente Prudente–SP: afastamento, exclusão ou segregação socioespacial?** Monografia (Bacharel em Geografia), FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2005.

KOMURO, Fernanda Tiemi Rocha. A cidade às bordas: novas perspectivas para o Morada do Sol e o Belo Galindo. 2018. 1 CD-ROM. Trabalho de conclusão de curso (Graduação - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2018.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil.** São Paulo: Editora 34, 2009.

LEGROUX, Jean. A triplicidade do espaço e das práticas cotidianas de mobilidade para o

estudo da fragmentação socioespacial. **GeoGraphia**, Niterói, v. 23, n. 51, 2021.

LEIBLER, L.; MUSSET, A. Un transporte hacia la justicia espacial? El caso del Metrocable y de la comuna nororiental de Medellín, Colombia. **Scripta Nova**, v. 14, n. 331 (48), p. 1–14, 2010.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; CATALÃO, Igor. Narrativas sobre a cidade: imaginário disjuntivo e gregário em contexto de fragmentação socioespacial. In: GÓES, Eda Maria (org.). **Entre práticas espaciais e lutas urbanas**. Rio de Janeiro: Consequência Editorial, 2025.

MAGRINI, Maria Angelica de Oliveira. **Vidas em enclaves: imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos**. Presidente Prudente: Doutorado em Geografia, Universidade Estadual Paulista, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: **Editora Atlas**, 2003.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MILANI, Patricia Helena; GÓES, Eda Maria. Metodologia qualitativa na análise de práticas espaciais. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **A construção de uma pesquisa em ciências humanas**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022. p. 173–186.

MINAYO, Maria Cecília Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis–RJ: Vozes, 2002.

MORCUENDE, Alejandro. Por trás das origens da fragmentação socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v. 20, e20022, 2021. ISSN 1984-2201. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/rm2021.e20022>.

NÓBREGA, Fábio Augusto Rodrigues; VIEIRA FILHO, Diogenes Souza; DA SILVA, Fabíola Barreto; VERAS, Rafael Lincoln Océa de Menezes. Infraestrutura Urbana: infraestrutura e o crescimento populacional no Brasil. Caderno de Graduação - Ciências Exatas e Tecnológicas - UNIT - SERGIPE, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 19–25, 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernoeatas/article/view/304>. Acesso em: 18 nov. 2025.

PENNA, Nelba Azevedo; FERREIRA, Ignez Barbosa. Desigualdades socioespaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 25-36, set./dez. 2014. DOI: 10.4215/RM2014.1303.0002.

PHELAN, J., LINK, B., and DOVIDIO, J. **Estigma e Preconceito: um animal ou dois?** In: MONTEIRO, S., and VILLELA, W. comps. Estigma e saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, pp. 183- 207. ISBN: 978-85-7541-534-4. <https://doi.org/10.7476/9788575415344.0013>

PUPPI, I. C. **Estruturação sanitária das cidades**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; São Paulo: Cetesb, 1981.

RIZZON, Renata Cristina. **Estigma territorial: Cidade Tiradentes na metrópole de São**

Paulo. Presidente Prudente: Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2024.

RIZZON, Renata Cristina. Estigma territorial e possibilidades de superação: o caso da periferia de Cidade Tiradentes/SP. **Anais do XV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2023.

RIZZON, Renata Cristina; CRUZ, Taís Souza da; OLIVEIRA, Pablo Muryllo de. Fragmentação socioespacial e estigma territorial: reflexão sobre a produção do espaço urbano na atualidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA – **SIMPURB**, 17., 2022, Curitiba. Anais. Curitiba: UFPR, 2022.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José de. Ensaio sobre violência simbólica nas organizações. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 16, n. 51, p. 629–646, out./dez. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1984-92302009000400002>>.

SANTOS, Felipe César Augusto Silgueiro dos. **Andar na cidade: a condição socioespacial da vida urbana em Ribeirão Preto/SP**. 2024. 220 f. Tese (Doutorado em Geografia) - FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2024.

SANTOS, Tais Evandra Carvalho Teles . O Negro no espaço urbano de Presidente Prudente: uma análise crítica sobre segregação sócio espacial urbana negra. In: VII CONGRESSO BRASILEIROS DE GEÓGRAFOS, 2014, Vitória-ES. Anais eletrônicos/ Cidade/ urbano 2014.

SÉGUIN, Anne-Marie. Les quartiers: des lieux de fragmentation? Cahiers de géographie du Québec, v. 55, n. 154, avril 2011.

SILVA, Flávia Cristiane Da. Segregação Socioespacial no Jardim Morada do Sol em Presidente Prudente/SP. Trabalho de conclusão (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2008.

SILVA, Jonathas M. Pereira; LIMA, Fernanda Caroline; MAGALHÃES, Natalia C. T. Abordagem inter-escalar: unidade de paisagem como método. In: COLÓQUIO QUAPÁ SEL, 9., 2014. UFES/FAUUSP/QUAPÁ, 2014.

SILVA, Rones Borges. O “Programa de Desfavelamento e Loteamentos Urbanizados” em Presidente Prudente. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n. 15, v. 1, p. 129–146, 2008.

SILVA, Rones Borges. Segregação e/ ou Integração: o “Programa de Desfavelamento e Loteamentos Urbanizados” em Presidente Prudente. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2005.

SOJA, Edward Willian. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUSA, Marcos; TIMÓTEO Rodrigues de. Mobilidade e acessibilidade no espaço urbano. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 17, n. 33, p. 119–129, dez. 2005. ISSN 0103-1570. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321327187009>.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v. 19, e19015, 2020.

SPOSITO, Eliseu; WHITACKER, Arthur M. Presidente Prudente. In: SPOSITO, M. Encarnação B. **A periferia urbana na cidade sob fragmentação socioespacial**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2025.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A gestão da diferença em cidades médias brasileiras sob fragmentação socioespacial: Maringá e Ribeirão Preto. **Ciudades**, [S. l.], n. 28, p. 47–71, 2025. DOI: 10.24197/ciudades.28.2025.47-71. Disponível em: <https://revistas.uva.es/index.php/ciudades/article/view/9245>. Acesso em: 18 nov. 2025.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana**. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Práticas espaciais e reestruturação das cidades médias. In: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia (orgs.). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 627–677.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; CAMACHO, Vitor Augusto Luizari. O papel da cartografia temática. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **A construção de uma pesquisa em ciências humanas**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022. p. 381–390.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; CATALÃO, Igor. Da metodologia de pesquisa à análise do processo de fragmentação socioespacial em cidades brasileiras. **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social**, n. 27, ano 14, p. 35–54, abr.–set. 2024. Argentina. ISSN 1853-6190. Disponível em: http://relmis.com.ar/ojs/index.php/relmis/article/view/fragmentacao_cidades_brasileiras.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MIYAZAKI, Vitor Koiti; SANTOS, Rafael Roxo dos; MELAZZO, Everaldo Santos. Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR – ENANPUR, 20., 2023, Belém. Anais... Belém: ANPUR, 2023

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **A construção de uma pesquisa em ciências humanas**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.

TEODORO, P. H. M.; NUNES, J. O. R. Os alagamentos em Presidente Prudente–SP: um trabalho interdisciplinar embasado no mapeamento geomorfológico. [S. l.]: [s. n.], [entre 2000 e 2025].

TURRA NETO, Nécio et al. Grupo focal na análise da fragmentação socioespacial. In: GÓES, Eda Maria; MELAZZO, Everaldo Santos (orgs.). **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022. p. 3–50.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. **Transporte urbano, espaço e equidade: análise**

das políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2001.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. Mobilidade cotidiana, segregação urbana e exclusão. In: BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro; LINKE, Clarisse Cunha (orgs.). **Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano.** Brasília: Ipea; ITDP, 2016. p. 57–79.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada.** Tradução de João Roberto Martins Filho. 2. ed. Rio de Janeiro: FASE/Raven, 2005.

WACQUANT, Loïc. **A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada.** Sociologia, Departamento de Sociologia – Faculdade de Letras/UP, v. 11, Porto, 2006.

WACQUANT, Loïc; SLATER, Tom; BORGES PEREIRA, Virgílio. Estigmatización territorial en acción. **Revista INVI**, Santiago, v. 29, n. 82, p. 219–240, nov. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-83582014000300008>.

ANEXO 1: Roteiro das Entrevistas semiestruturadas

Perguntas Introdutórias
1. Nome, idade e nível de escolaridade. 2. Como você se autodeclara? 3. Qual a faixa de renda aproximada de sua família? 4. Qual a sua ocupação?

Perguntas direcionadas ao bairro 5. Você poderia informar seu endereço? 6. Há quanto tempo mora no bairro? 7. Onde morava antes? E por quê mudou para esse bairro? 8. O que você mais gosta e o que menos gosta no seu bairro? G. O que você acha da infraestrutura (asfalto, iluminação etc.) dos equipamentos (escolas, postos de saúde etc.) e dos serviços públicos (coleta de lixo, segurança, transporte coletivo) do bairro? 10. Sua moradia é própria ou alugada? 11. Se pudesse, mudaria de bairro? Para onde iria?
Perguntas direcionadas ao ESTIGMA TERRITORIAL 12. Como você acha que as pessoas de outros bairros veem o seu? 13. Você já teve alguma experiência negativa por ser morador (a) do bairro? 14. Mencionar que você é morador (a) do bairro traz algum constrangimento e/ou consequências negativas? 15. Você costuma ver/ouvir/ler notícias sobre o bairro? Elas são sobre que assunto? 16. O que você acha que melhorou e/ou piorou no bairro ao longo dos anos?

MOBILIDADE

17. O que você acha da distância do bairro em relação ao centro da cidade?

18. Como você se locomove na cidade? Utiliza transporte coletivo, carro, moto ou aplicativos de transporte?

LINHA FÉRREA - Direcionada aos moradores da Vila Marina

19. Como você enxerga a presença da linha férrea? Você acha que ela influencia a forma como as pessoas veem o bairro?

20. Você acha que a linha férrea pode acabar dificultando o acesso a serviços e oportunidades neste bairro?

21. Haveria mais algum aspecto que você gostaria de acrescentar?

ANEXO 2: Grupo Focal, Vila Marina.

Roteiro de Debate – Grupo Focal, Vila Marina.

Questão-chave 1) O que mais gosta e o que menos gosta no bairro?

- Relação as infraestruturas do bairro()
- Vinculação familiar ()
- Condições de habitação ()
- Relação com a Saúde ()
- Relação com o Lazer ()
- Relação com a Educação ()

Questão-Chave 2) O que seria o “além linha”?

- Estigma ()
- Crescimento contido na parte leste ()
- Ausência de infraestruturas e políticas ()
- Marcador social ()
- Cidade dividida ()

Questão-Chave 3) Como vocês se sentem no bairro?

- A situação geográfica do bairro se faz importante ()
- Sentimento de pertencimento/ exclusão ()

Panfleto de divulgação do Grupo Focal, Vila Marina.



ANEXO 3: Grupo Focal, Jardim Morada do Sol

Roteiro de Debate – Grupo Focal, Jardim Morada do Sol.

Questão-chave 1) O que mais gosta e o que menos gosta no bairro?

- Relação às infraestruturas do bairro ()
- Vinculação familiar ()
- Condições de habitação ()
- Relação com a Saúde ()
- Relação com o Lazer ()
- Relação com a Educação ()

Questão-Chave 2) Como vocês se sentem no bairro?

- A situação geográfica do bairro se faz importante ()
- Sentimento de pertencimento/ exclusão ()
- Relação com a mobilidade e a distância

Questão-Chave 3) O que seria o “km 7”?

- Estigma ()
- Aprofundar o debate sobre mobilidade ()
- A distância do bairro até o centro ()
- Ausência de infraestruturas e políticas ()
- Cidade dividida ()

Panfleto de divulgação do Grupo Focal, Jardim Morada do Sol.



ANEXO 4: Sistematização das entrevistas

TEMA: ESTIGMA TERRITORIAL	
Dora, 60 anos	Preconceito externo; tentativa de refutação do estigma.
Trecho da Entrevista	
“Ah minha filha.... Outro dia estava conversando com uma mulher... A mulher excomungou aqui... É.... Porque ‘aqui não presta’, que ‘só mora gente que não presta’ ... Igual eu disse para ela, tem gente que não presta e gente que presta também, né? Não é todo mundo, né?... Mas ela disse que não compraria uma casa aqui de jeito nenhum. Eu estava no banco e ela estava conversando comigo. Ela mora lá em cima do Maracanã, ela falou para mim que mora lá. Aí eu disse para ela que lá era um lugar ótimo, bom (em relação ao Maracanã). Porque, eu tenho um sobrinho que mora lá no Novo Bongiovani, então é ótimo, mas não pode ficar xingando o lugar dos outros, né? Falei para ela.... Lá não é um lugar ruim não, falei para ela... Ela falou que tem medo, dos outros, de assaltarem ela...matar..., mas aqui não tem nada disso, a não ser que você vá andar cheio de joia, aí vão atrás, não é verdade?” [...] “[Entrevistadora: Você acha que ela acaba influenciando a forma como as pessoas vêm aqui para baixo da linha?] Acho que não... As pessoas que não gostam mesmo daqui para baixo da linha, falam que aqui só mora gente que não presta. Eu já escutei muito isso, mas não ligo. Em tudo quanto é lugar tem coisa errada, não dá para fugir disso, a não ser que vá embora para os Estados Unidos (risos).”	
Juliane, 54 anos	Preconceito inicial; desmistificação pela experiência; comparação com outros bairros estigmatizados.
Trecho da Entrevista	
“[...]Mas eu vou te falar, da primeira vez que meu marido alugou essa casa, eu falei assim “tem certeza que você quer me levar para lá?”. Mas aí na hora que eu entrei, olhei o bairro, meu filho tinha vindo... falei, tá... [Mas o que você tinha pensado antes, quando ele falou?] “Eles vão me roubar” [Você já tinha ouvido falar sobre isso?] Eu já tinha ouvido falar, mas não daqui. Vila Marina não tem história, é mais o Inferninho, Vila Iti, Jardim Brasília, Planaltina... os falados, tá entendendo? São Bento, esses bairros... Agora, aqui eu nunca ouvi falar. Eu tenho um amigo que mora aqui em baixo, da Vila Marina também, e eu perguntei como era aqui, ele me disse “Dora, é tranquilo”, e é mesmo. [...] [Certo Quando você fala para outras pessoas que não moram aqui que você mora na Vila Marina... que mora para baixo da linha, como elas reagem? Como você acha que elas imaginam que é aqui?] Sim... É completamente ao contrário do que você falou agora. Porque fala assim, o Vila Marina é bom... duas quadras depois da igreja, é bom, duas quadras depois da igreja Vila Marcondes, é bom, do Matarazzo, é bom... Agora você sair daqui para baixo... aí já não é, tá entendendo? A gente mora duas quadras para baixo da igreja... [“Para baixo” você fala das ruas que ficam depois dessa?] Sim, porque aqui mesmo, onde a gente mora, ninguém fala... porque a maioria das pessoas que ganham as casinhas	

saíram daqui e foram para lá, então já deu um outro espaço. Olha, o que você está vendo aqui, é segunda, terça, quarta... não tem ninguém na rua... está todo mundo velho, todo mundo sossegado.

Henrique, 55 anos

Restrições sociais "além linha"; melhora do estigma ao longo do tempo, processo de quebra de preconceitos; imposição da elite.

Trecho da Entrevista

“Quem conhece e quem frequenta sabe que é um lugar muito bom, mas eu já vi restrições de pessoas da alta sociedade de Prudente, que tudo que é da parte leste da cidade ou “além linha”, eles tem restrições sociais. Mas é por lenda, porque aqui é tão bom quanto as outras zonas da cidade, talvez até mais calma, mas tem um histórico ruim, não sei o por que...”

[Sim... Você já teve alguma experiência desse tipo? De falar que mora aqui ou comentar, e a pessoa receber mau?] Já, já tive e eu estranhei, até porquê eu achava a área dele muito pior que a minha, e bem mais catastrófica do que aqui, e ela estava criticando o meu lado que é visivelmente superior ao dela...

[Você pode comentar sobre esse fato? Onde a pessoa morava, como foi a conversa...] Ah, ela morava no... se não me engano no Brasil Novo, ou perto dali... É um bairro bom, mas a crítica não valia em comparação... porque assim, ela estava mais perto dos lugares que tinha mais terrenos vazios, área que parecia de sítio, né? E aí a funcionalidade de você ter onde comprar, onde estar suprindo suas necessidades eram bem mais longes do que as que tem aqui... então não cabia a crítica.”

[...]

“Então, eu acho assim, se não tem funcionalidade, ela deveria virar uma avenida, ou algo do tipo... **A questão da crítica que eu disse de algumas pessoas em relação a essa área, em muito a linha férrea contribui para esse tipo de crítica.**

[Você acha que contribui? É por conta de que ela não tem funcionalidade?] **Sim... querendo ou não, é incrível como as coisas funcionam, ela é uma linha férrea, mas ao mesmo tempo ela funciona como uma linha de classificação social, um simples detalhe.”**

[...]

“Há um estigma realmente... mas eu acho que as coisas vão se auto corrigindo ao longo do tempo. Porque se eu for avaliar de quando eu era pequeno e dos preconceitos que havia antigamente, eram bem maiores do que hoje, então esse é só mais um a ser quebrado daqui alguns anos, né? Eu vi coisas da minha época lá que hoje são aceitáveis, mas que eram banalizadas, até criminalizados... Acho que estamos em um processo de crescimento que acho legal, apesar que muitas vezes nós somos conduzidos enquanto povo, enquanto pessoas, a um lado que a elite quer. Então quando você tem uma elite que precisa ser favorecida por nós que trabalhamos por eles, eles conseguem meio que direcionar a gente... Aí nesse caso é a questão de você entender, estudar, conhecer e saber que você tem escolhas e pode fazer diferente e não aceitar tudo aquilo que é imposto.”

Cátia, 65 anos

"além linha" ainda falado pejorativamente; refutação do estigma; resistência ao preconceito.

Trecho da Entrevista

“[...] Mas antigamente parecia que era mais perigoso mesmo, tinha mais bandidinho na rua... mas assim, agora não falam mais não, mas antigamente parece que falavam mais, **o nome parece que assustava o povo.**

[Mas agora, quando você fala Vila Marina, o pessoal recebe bem?] Sim, de boa. **O pessoal recebe bem agora, mas antigamente não recebia não... eles falavam “é lá onde você mora?” (com tom esnobe), eu falava “é lá. Na Abílio Nascimento, bem na divisa, mas ali é ótimo”. Para mim aqui está ótimo, nunca aconteceu nada, sempre morei aqui, nunca assaltaram, nunca me roubaram, nunca ninguém mexeu com meus filhos nem nada, né?**

Antigamente era meio perigoso, eu acho... não sei porquê, mas era, mas agora não...

[O pessoal que eu tenho conversado também comentam que normalmente também falam sobre o pessoal morar no “além linha” ...] **Ah no “além linha”, isso eles falam mesmo, até hoje falam ainda. Aí eu falo, “eu moro no além linha, mas daqui no centro eu chego e vou de a pé todos os dias, eu não vou de carro daqui no centro”. Quem mora no Bongiovani, não consegue vim, no Damha também, ninguém vem de a pé... e eu vou de a pé e volto numa boa (risos), sempre assim.**

Mas agora até parece que deu uma diminuída, mas uns anos atrás era assim mesmo...

[Você já passou por alguma situação como essa?] Já! Eu retrucava na hora! Daqui minha casa para o centro eu só vou de a pé, nunca usei um carro. A não ser que eu vá para algum mercado longe. Para a cidade só a pé, até hoje.”

Sofia, 28 anos

"Zona Leste" como sinônimo negativo; A linha férrea como barreira ao acesso de serviços/oportunidades.

Trecho da Entrevista

Bem, às vezes eles falam “não conheço”, mas nunca teve queixa né, da Vila Marina...

[E se você falar que é Zona Leste?] É... aí né, zona leste é zona leste (risos), sem comentários.

[...]

[Te causa algum constrangimento a reação das pessoas?] Não... acho que já é uma reação normal já.

[Sempre aconteceu?] Sempre aconteceu, então já acho que é um costume assim, normal.

[...]

[Você acha que do jeito que a linha está, ela acaba influenciando o modo como as pessoas enxergam aqui “para baixo da linha”, como alguns comentam?] Eu acho que sim viu... eu acho que “queima” um pouco por causa da linha ali.

[Você acha também que ela pode acabar dificultado o acesso de serviços e oportunidades de melhorias?] Ah com certeza, dificulta muito, porquê pensa, onde tem esse pessoal, o que as pessoas vão querer fazer para cá?... não vai. Eu mesma, se não morasse, se não conhecesse, eu não gostaria nem de passar perto... eu acho que causa um pouco de transtorno mesmo.

(Para o final da entrevista, eu explico um pouco da minha pesquisa e do objetivo da entrevista, para que a entrevistada, a fim de contribuir com algumas informações que possam ser acrescentadas na entrevista.)

[Por isso estou aqui, conversando com os moradores, para saber um pouco da realidade, porquê o dia-a-dia é diferente dos estereótipos que o estigma territorial causa.] Não é assim né, as vezes as pessoas normalizam um pouco.

[Você já passou por isso alguma vez?] Sim! Nossa, muito... de mais... “a onde você mora?”, “ah, eu moro ali para baixo da linha”, “nossa.. Mais ali para baixo da linha? Não é perigoso?”, aí eu falo que não, que onde eu moro é tranquilo né... a não ser na linha mesmo, mas...

[Acaba generalizando todo mundo que mora perto né?] Sim, acaba afetando os bairros, querendo ou não...

Marcia, 65 anos	
Trecho da Entrevista	
Eles falam assim, ‘ah, mas ali é pra baixo da linha, não sei o quê’. Eles comentam isso, não gostam muito, não. [...] Eles falam, ‘Ah, pra baixo da linha eu não gosto’, ‘Ah, tô procurando uma casa pra alugar. Ah, mas ali, pra baixo da linha eu não gosto’. Muita gente não gosta, é verdade. Só que eu não ligo, já acostumei aqui, já.	
José, 76 anos	estigma de um lugar perigoso, violento.
Trecho da Entrevista	
Elas perguntam aonde que é a Vila Marina, e eu falo ‘é para baixo da linha... você passa a linha’[...], mas aí tem gente que diz que toma assalto bastante e tal. Mas não, aqui não tem assalto não. Nunca vi assalto aqui... nunca vi. Na minha rua não [Normalmente eles acham que aqui é perigoso?] Quem mora pra baixo da linha? Acha, sim. [O senhor já escutou bastante isso?] Já, já, já. Eu falei não, eu não tenho medo não. Moro aqui faz muito tempo, foram 50 anos e nunca aconteceu nada comigo, graças a Deus.	
Luís, 32 anos	Histórico perigoso; dificuldade na locomoção e no acesso à cidade.
Trecho da Entrevista	
“A maioria fala mal... (risos) falam que aqui é perigoso... mas eu não vejo isso, mas também, só chego em casa de noite e saio cedo, não vejo muita coisa, se a gente procurar acha coisa errada né, mas a gente não procura.” [...] [Normalmente como você se locomove? Você tem carro próprio?] É "Uber". Pra mim é "Uber". [E normalmente é tranquilo pedir aqui?] Depende do horário de noite, depois das 20h, 21h, o "Uber" vem mas já é mais com dificuldade. Tem muitos "ubers" que falam que dependendo do horário eles nem vêm para cá... por causa da fama né, querendo ou não, sei lá... [Já chegaram a comentar com você?] Já, várias vezes. [...] “É igual eu falei, eu moro faz pouco tempo aqui, né, mas pelo que eu escuto as pessoas falarem, principalmente ‘Uber’, fala que antigamente aqui era tipo bairro perigoso mesmo, entendeu?... Mas assim, igual eu falei, eu não vejo isso. Muita gente tem preconceito, com qualquer pessoa que você fala, já fala "ah, você mora lá...", porque gera um preconceito né.”	
Sonia, 61 anos	o estigma territorial antigamente.
Trecho da Entrevista	

[Quando a senhora fala para outras pessoas que você mora aqui no Jd Morada do Sol, como elas reagem? Como elas acham que é morar aqui?] Olha filha, de primeiro eles refugavam a gente, sabe... Ignorava, é o que fala né? Agora não, agora está normal... [Como assim ignorar?] Vamos supor, é assim. Quando abriu aqui, que era muito bagunçado, você ia procurar serviço, você não podia falar que morava aqui... Eu quando arrumei o serviço na Prudenco, na pioneira, eu falava que eu morava lá no Montalvão. Eu dava um número da casa de uma amiga, para mim entrar no serviço. Aqui era muito... sabe? Tinha muita briga, tinha muita gente que roubava... [E você acha que melhorou?] Agora eles não falam nada não. É mais tranquilo. [E a senhora sentia algum constrangimento de falar que morava aqui, antigamente?] Eu não ligava não... eu não ligava não. O importante é você saber viver.	
Valéria, 40 anos	"Km7" pejorativo; discriminação; persistência do preconceito.
Trecho da Entrevista	
[Quando você fala para outras pessoas que não moram aqui, que você é moradora do Jd Morada do Sol...] Os outros discrimina, fala que aqui é lugar de ‘vagabundo’, ‘biscate’, que não presta. Tem um monte de gente que fala isso, até nas entrevistas de emprego, "o 7 não presta, o 7 é comunidade, é favela". Eu falei para uma mulher, faz muitos anos, eu não tinha nem ele (aponta para o filho mais novo), eu falei "filha, aqui não é favela não", sabe o que aqui é? Aqui é a rua do cemitério, bairro do cemitério, porque aqui era para ser um cemitério, o bairro inteiro, na época do finado Agripino. [E até hoje em dia você escuta falando disso, do "km7", que normalmente o pessoal fala?] Ah fala. "Lá só tem vagabundo, preguiçoso, que não faz nada"... [Isso é um dos motivos que te faz querer sair daqui?] Também. É que eu não gosto mais daqui da vila, eu peguei desgosto daqui faz muitos anos. [...] [Alguns dos moradores comentaram comigo que antigamente não podia falar nas entrevistas de emprego que era morador aqui do bairro. Ainda acontece isso?] Eu lembro que lá na época do HR, que eu tinha engravidado desse daqui (o filho mais novo), o pessoal do HR falou assim para mim "misericórdia... eles não contratam ninguém do Morada do Sol. Eles preferem outros bairros mais distantes, Vila Marcondes, vila não sei o que..." Então eu falei, "minha nossa senhora, então deixa quieto". Ai eu desisti, nem vou procurar mais. [Hoje em dia você acha que melhorou essa questão ou ainda tem?] Ainda tem né... Se fala que é do Morada do Sol o povo já discrimina. Fala que o pessoal é favelado, fala cada nome feio... que misericórdia.	
Maria, 68 anos	Melhora do bairro; percepção de perigo no passado.
Trecho da Entrevista	
[E desses sete anos que a senhora mora aqui, você acha que houve uma mudança, que melhorou ou piorou aqui no bairro? Ou não houve mudança?...] Ah, eu acho que melhorou bastante, porquê de primeiro disse que tinha muito bandido... acho que a polícia já mataram metade... é... Disse que tinha quem entrava nas casas e roubava... agora não tem quase não, ninguém vê quase não. De primeiro, falaram que era muito ruim, ainda bem que cheguei já não tem mais (risos), agora, vish, é sossegado! Aqui é tranquilo. [...] A Polícia passa direto ai, direto. Por causa que o povo fala que tem muito bandido, não sei o que, então a polícia passa direto, entendeu.	

Fátima, 48 anos	percepções do estigma; relutância inicial em morar no bairro; vizinhança acolhedora.
Trecho da Entrevista	
Ah não sei..., a maioria das pessoas vê esse bairro aqui como um... sabe?...sei lá, uma favela, um lugar monstruoso..., mas não é. Pelo menos aqui, nessa rua onde eu moro, é um lugar bem tranquilo. [E você já teve alguma experiência negativa ao falar que você é moradora daqui? Já aconteceu de te falarem?] Tem as coisas que acontecem né..., mataram a moça aqui, inclusive foi nessa rua, mas lá no fim. Mas aí o moço era de fora, sabe? São pessoas que já estavam envolvidas, então, não sei... [...] [E ao longo desses anos aqui no bairro, você acha que tem melhorado ou piorado?] Ah, eu acho que tem melhorado né. Porque tem moradores que estão aqui desde que fundou essa vila né. Eu vim para cá tem 12 anos, mas esse bairro é bem velho aqui, eu acho que ele tem mais de 30 anos aqui, então as pessoas antigas que moram aqui falam que aqui já é muito ruim, por isso que as pessoas têm aquele pensamento... Eu nasci e me criei em Eneida, e às vezes a gente passava de ônibus e estava viatura, aquela coisa assim, aí o que acontecia, tinha matado alguém... entendeu? Então aquele pessoal mais velho foi eliminando... ainda tem, não que não exista, mas agora está mais maleável. Dizem que já foi muito ruim aqui né... então por isso todo mundo tem aquela visão né, "nossa, o km 7..." [Eles falam bastante a questão do "km 7" né? Normalmente como uma questão pejorativa.] É, então. Exatamente. Mas, hoje está mais tranquilo. [E antes de você mudar para cá, quando você veio, você já imagina alguma coisa daqui?] Então, eu fiquei com o pé atrás... Eu inclusive nem queria vim para cá. Mas, quando eu fui comprar, o que o meu dinheiro deu foi para comprar aqui (risos). Então eu falei assim, "ah, seja o que Deus quiser, né?". Aí eu vim. Logo no dia que eu vim, para ver a casa aí tinha a vizinha aqui, a vizinha ali, sabe, assim... Na hora que eu descí do carro já me cumprimentaram, aí eu falei "opa, parece que já estou me sentindo em casa". Depois que eu mudei foi melhor ainda, sabe. Aí eu fiz amizade com os vizinhos e todo mundo aqui é conhecido do outro, até parente... Então já foi mais tranquilo, é uma rua bem tranquila aqui! [...] [Transporte de aplicativo você utiliza também?] Sim, eu uso bastante. [E é tranquilo para pedir? Teve alguns moradores que comentaram sobre...] Então, é assim. Às vezes de manhã ou tem certas horas da noite que é complicado, eles não querem entrar aqui... Aí é aquela coisa né, quando chove também o preço aumenta, vai lá em cima, mas isso daí é em qualquer lugar, é normal. Só tem esse problema que dependendo do horário da noite, sabe, eles já ficam meio ressabiados, eles não querem entrar aqui. [Já chegaram a te falar o motivo?] Já sim. [Eles falaram o que?] "Ah não, uma hora dessa a gente não gosta de estar entrando lá", sabe? Mas tem muitos que acabam fechando a corrida e vem.	
Flávio, 39 anos	bairro criticado pelos de fora.
Trecho da Entrevista	
O bairro aqui é muito criticado, mas da minha parte... As pessoas criticam, as pessoas de fora criticam aqui.	
Carla, 35 anos	Primeira impressão negativa; melhora ao longo do tempo; dificuldade ao acesso de

	serviços.
Trecho da Entrevista	
[Qual foi a primeira impressão que você teve? Quando veio para cá...?] É, quando eu vim para cá a primeira vez eu falei "que fim de mundo" (risos). Mas hoje eu já... melhorou muito né, muito tempo atrás era muito feio, mas agora está bem melhor, bem melhor! Quando eu mudei para cá, não tinha mercadinho, era só uma escola, então tipo assim, a gente tinha que dar conta de outra creche, alguma coisa assim. Eu lembro de quando tinha mãe, tipo, que tinha filhos que não tinham creche, levavam junto para outro bairro que tinha, então era bem mais difícil. Olha, eu tive um episódio, foi em um domingo. Eu estava no estágio, o Fernando (marido) não estava aqui, a nenê estava com a minha mãe, e minha filha mais velha estava aqui, e acabou o gás e ela precisava de um gás. Era umas..., acho que foi em um sábado... e ela estava ligando em tudo quanto era lugar para ver se alguém trazia um gás aqui, ninguém trouxe... Então tipo assim, geralmente quando a gente fala "ah, eu moro lá no Morada do Sol", "Morada do Sol? É perto da onde? Perto do Campus I?", "não... É no Morada do Sol, lá é Vale do Sol", " Ahh, é no Morada do Sol, lá no km 7?", porque o povo sempre fala isso né, "nossa, km 7 não, é muito longe... lá só tem maloqueiro...". Então vamos se dizer assim né, eu quando tive minha infância, eu morei lá no Parque dos Pinheiros, lá em Alvares Machado, é um bairro também assim né, que todo mundo fala... por conta da violência, por conta de tudo que aconteceu lá. Morei lá na infância e agora morando aqui, o povo julga muito né, "nossa, é muito longe!", e agora é... "ninguém entrega nada lá" e não entrega mesmo, pode pedir uma pizza, pode pedir qualquer outra coisa a noite que não entrega, a não ser o lanche aqui da vila mesmo, é o único que entrega, o resto não tem, não entrega. [...] Nossa, quando eu vim morar aqui, meu Deus... Minha mãe nem queria deixar, para falar a verdade. Quando eu casei com o Fernando, minha mãe falou "Magina...". Eu morava na Rua Antônio Lopes de Azevedo, perto da Catedral, lá da Vila Marcondes, minha mãe falou "Meu Deus, você vai sair daqui, para ir morar lá? Lá é muito perigoso! Carla, lá as pessoas matam uma a outra!", coisa de mãe né. Mas no fim, depois que eu vim morar aqui, estranhei muito, muito mesmo, mas depois eu me acostumei. É um bairro que, se eu pudesse, tipo assim, eu ficava para sempre, apesar que o Fernando quer mudar daqui... ele tem essa vontade de mudar, mas para melhorar mesmo, sabe, comprar outra casa, deixar essa de aluguel, assim, como todo casal. Mas por enquanto estamos aqui, já faz 14 anos, já.	

TEMA: MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE	
Dora, 60 anos	Bairro próximo ao centro.
Trecho da Entrevista	

[E por que você veio morar aqui?] Porque eu nasci aqui, criei aqui, lá na Vila Iti. [Na Vila Iti?] É, na Vila Iti. Eu nasci e criei aqui... na vila. Minha família é daqui. [Entendi. Aí você quis ficar mais perto da família. Foi por causa disso?] Isso. E também porque eu gosto do bairro, porque é próximo ao centro. [...] [E em relação a transporte público, ônibus?] Ônibus é difícil eu andar... Eu andei, que ver.... minha irmã mora lá no Anita Tiezi, aí ela me convidou para almoçar lá domingo, porque fez uma festinha para ela, aí eu fui. Mas uso ônibus só quando preciso mesmo. [Normalmente você anda mais a pé?] A pé. Ou as vezes quando é lugar longe, de ‘Uber’ né? [O ponto de ônibus que você pega é a onde?] Eu pego sempre no terminal. Eu gosto de lá porque lá tem variedade. [Vai mais rápido também?] Isso. Porque se eu vou ali (em relação ao ponto de ônibus que fica no bairro), passa um, passa outro (em tom de vagareza) ... então vou lá no terminal que é melhor.	
Juliane, 54 anos	Pontos de ônibus acessíveis no bairro; proximidade do centro.
Trecho da Entrevista	
[E transporte público coletivo? Aqui passa ônibus direto?] Aqui tem lá na igreja Nossa Senhora Aparecida tem um ponto. Tem ônibus que desce aí na Av. Tancredo, na Abílio Nascimento, tem o terminalzinho ali em baixo. E eu acho que dá para todos pegar... Porque a gente para ir no centro mesmo vai andando né. [...] [E o que você acha da distância do bairro até o centro?] Ah gente... é dois minutos. Mas mesmo assim às vezes dá preguiça e a gente pega o ônibus (risos), pego o Uber. [Você anda mais de ônibus ou de “Uber”?] De “Uber”. Uber ou a pé, o que for mais próximo. [Você vai bastante ao centro?] Direto.	
Henrique, 55 anos	Comércio local prático/bom; não usa transporte público, locomove-se de carro ou a pé (pela proximidade).
Trecho da Entrevista	
[E o que você mais gosta e o que menos gosta aqui no bairro?] No bairro?... Eu acho que ele tem um comércio bem pequeno, mas é prático, é bom. Eu tenho a padaria do lado, eu tenho o gás aqui do lado, tem a farmácia aqui na frente, tem o mercado aqui perto... Então assim, além de ser um bairro praticamente no centro da cidade, porquê eu vou andar quatro quarteirões e eu estou no centro... Por isso eu gosto dele. [...] [Como o senhor se locomove na cidade? O senhor anda de carro, ou utiliza ônibus, ou a pé?] Não uso transporte público, ou eu vou de carro mesmo ou vou a pé, porquê é perto. O que eu tenho que fazer, carro é só quando é uma coisa mais distante mesmo.	
Cátia, 65 anos	a mobilidade e o acesso a cidade enquanto status.

Trecho da Entrevista	
[E o transporte público?] Tem a circular. [Passa regularmente?] É... agora diminuiu, é de hora em hora, eu acho. Eu não pego muito, tem carro aqui... eu sempre dirigi, agora que estou mais parada. [...] Ah no “além linha”, isso eles falam mesmo, até hoje falam ainda. Aí eu já falo, “eu moro no além linha, mas daqui no centro eu chego e vou de a pé todos os dias, eu não vou de carro daqui no centro”. Quem mora no Bongiovani, não consegue vim, no Damha também não, ninguém vem de a pé... e eu vou de a pé e volto numa boa (risos), sempre assim. Mas agora até parece que deu uma diminuída, mas uns anos atrás era assim mesmo... [Você já passou por alguma situação como essa?] Já! Eu retrucava na hora! Daqui minha casa para o centro eu só vou de a pé, nunca usei um carro. A não ser que eu vá para algum mercado longe. Para a cidade só a pé, até hoje.	
Sofia, 28 anos	
Trecho da Entrevista	
[E se você pudesse, mudaria de bairro?] De bairro talvez, não de cidade. [Você gostaria de mudar para onde?] Quanto mais próximo do centro, para mim é melhor! [A é? Aqui já é tão pertinho.] Aqui é perto! Mas se fosse mais perto, seria melhor. [Você vai bastante para o centro?] Sim! [Normalmente você vai mais a pé?] Sim, a pé! Por isso. [...] [E o que você acha então da distância do bairro até o centro?] Aqui é perto né... mas eu gostaria de mais perto. Mas não é tão ruim, aqui não é tão ruim. [Normalmente você utiliza mais ônibus, ou a pé, ou carro?] Eu ando mais a pé, meu marido que fica com o carro. A gente tem carro, mas usa mais para mercado ou questão de ir mais longe, mas a gente anda mais a pé. [Você utiliza o transporte público?] É bem raro. [Aqui passa ônibus?] Não, aqui não passa ônibus. Passa ali na Rua Primeiro de Maio, agora aqui na Vila Marina não. [Esse é o ponto mais próximo?] É o ponto mais próximo.	
Márcia, 65 anos	
Trecho da Entrevista	
Eu gosto desse bairro pelo seguinte, ele é próximo do centro, né? Então não tem necessidade de você ficar pegando ônibus.	
Luís, 32 anos	dificuldade de mobilidade por conta da distância do bairro.
Trecho da Entrevista	

[E se você pudesse, mudaria de bairro?] **Mudaria por causa da distância da cidade, do centro, entendeu. Mas não por conta do bairro, eu acho bom morar aqui, o ruim é só a distância, eu acho muito longe do centro.**

[Se fosse para mudar, então seria para mais próximo...] Mais próximo do centro.

[...]

[Você comentou sobre a distância do bairro em relação ao centro. Gostaria de saber sua opinião, o que acha da distância.] **Igual eu falei, a questão da distância é realmente o lado ruim do bairro, a distância né... de resto não tem dificuldade nenhuma.**

[Normalmente como você se locomove? Você tem carro próprio?] É "Uber". Pra mim é "Uber".

[E normalmente é tranquilo pedir aqui?] **Depende do horário de noite, depois das 20h, 21h, o "Uber" vem mas já é mais com dificuldade. Tem muitos "ubers" que falam que dependendo do horário eles nem vem para cá... por causa da fama né, querendo ou não, sei lá...**

[Já chegaram a comentar com você?] Já, várias vezes.

[...]

[Se você pudesse mudar alguma coisa no bairro, o que mudaria?] A distância só.

Por exemplo, uma farmácia no bairro, porque se você precisar de uma farmácia não tem, uma lotérica, não tem...

Sonia, 61 anos

raramente vai ao centro, a maioria das necessidades são supridas no bairro.

Trecho da Entrevista

[o que a senhora acha da distância do bairro até o centro da cidade?] Você sabe que não é tão ruim não, porque tem ônibus. A senhora sabendo o horário certinho, a senhora pega e está lá no centro da cidade, a senhora sabe oh... vamos supor que vou resolver alguma coisa facinha, então enquanto o ônibus vai lá na rodoviária eu já resolvi e já dá para mim pegar o ônibus, né?

Antigamente só tinha um ali, então, ou seja, você tinha que chegar adiantado. Agora não, está tudo fácil.

[A senhora vai bastante lá para o centro?] Eu quase não vou muito não. É muito difícil, é de mês em mês que eu vou, e olha lá, que ainda eu nem vou.

[Normalmente tudo que você precisa tem aqui?] É, tem aqui né. Tem o mercadinho aí, tudo pertinho.

[Aí quando a senhora precisa você pega mais o ônibus?] Ou o meu menino. O meu menino trabalha no centro da cidade, aí as vezes a gente quer as coisas, telefona para ele e ele pega e traz. Ai nem precisa ir, fica em casa que é melhor.

[Para a senhora então os horários dos ônibus estão ótimos comparado a antigamente?] O ônibus está bom, filha. Está ótimo. Se você perder esse daqui você pega aquele lá...

Quando eu mudei aqui, era difícil, não tinha luz... só tinha luz na casa, dentro de casa, que nós fomos atrás, né... mas na rua não tinha não, só dentro de casa que tinha luz.

Tirando isso...

[Melhorou bastante então né?] Melhorou!

Valéria, 40 anos

dificuldade no acesso à cidade por conta da distância e da má gestão dos transportes públicos.

Trecho da Entrevista

Deve ter uns 15/ 14 anos que tem essa escolinha aqui no bairro.

[Eu imagino que tenha ajudado bastante né...] Ajudou. Mas estuda só até o 4º ano. Aí chega no 5º ano e manda lá para o Montalvão, as crianças tudinho.

[É a mais perto que tem aqui?] É.

[E fica mais ou menos quanto tempo de distância?] Ah, é menos de 4 km daqui.

[Para ir é só de ônibus?] Não, de a pé mesmo (a creche). Agora mais longe mesmo é ir para o Montalvão (escola Estadual). No Montalvão eu tenho que pegar duas conduções, uma de manhã e outra para ir buscar à tarde.

[...]

O ônibus dia de domingo não passa... Só até dia de sábado.

[E os horários? Acha que são bons?] Não, antes era melhor... era toda hora, agora é de duas em duas horas. Reduziu bastante o horário do "buzão".

[...]

[Você utiliza o ônibus, o transporte público?] Só uma vez por mês... aí o resto dos outros meses eu vou de "canela", a pé.

[Você vai bastante no centro?] De vez em quando. As vezes eu arrasto ela (a vizinha), arrasto ele (o filho mais novo) e vai nós três juntos (risos)

[Aí vocês vão de ônibus?] É, porque é gostoso, tem até ar-condicionado, só falta por um aparelho de música, mas não tem ônibus, no Rio de Janeiro tem. (risos)

Maria, 68 anos

experiência negativa com ônibus; distância ao centro percebida como "longe"; dependência dos filhos para compras maiores.

Trecho da Entrevista

[E o transporte público? A senhora utiliza?] Muito difícil... quando vou para a cidade, eu vou com meus filhos. De ônibus mesmo acho que foi umas duas vezes com a Valéria, umas duas ou três vezes só.

[E o que a senhora achou?] **Vish, muito ruim para andar muito lotado, demais (risos)... Eu falei, "meu deus", nunca andei de ônibus, muito lotado e na hora de dar aquela virada, se a pessoa não segurar ela cai... Deus me livre... e vai muita gente em pé, eles não carregam o povo sentado, a maioria em pé... mas lota, que eu até falei, "minha nossa senhora, nunca vi uma coisa dessa".**

[E a senhora foi para onde? Foi no centro?] É. Nós fomos lá, no centro.

[E o que a senhora achou da distância?] Longe hein.... Muito longe.

[A senhora tinha comentado que em sua antiga casa você ia para o centro direto.] É, toda vez que eu recebia meu dinheiro, eu não era aposentada, recebia bolsa família só, daí eu já pegava, recebia meu dinheiro na lotérica mesmo e já pagava minha água, minha luz, se tivesse que comprar alguma coisa no mercado eu já comprava e já ia embora, a pé mesmo... mas aqui não tem como, tem que ir lá na cidade, os mercadinhos daqui são muito caros, para comprar aqui, aí agora para fazer compra, meus meninos que me levam lá no mercado, no Atacadão.

[Aí a senhora fica dependendo só dos seus filhos?] **Só dos filhos... é ruim, depender de filho, falei "ai meu deus, por que eu vim para cá, poderia ter ficado lá mesmo". Minha filha mora lá até hoje, eu vim embora e minha filha ficou morando lá.**

[A senhora já conhecia aqui a cidade? O bairro?] Eu conhecia só porque vinha no meu filho passear, conheci de vista, assim.... Vinha passear na casa dele, o outro mora lá em cima, meu ex-marido mora ali do outro lado, tem até um bar que é dele, era dele, agora ele tem uma conveniência lá em cima, mas para morar eu nunca falei que tinha vontade, depois eu não sei o que me deu que eu vim... Depois eu arrependi, falei "meu deus e agora" (risos) e agora não tem mais jeito de voltar para trás.

[Mas por que a senhora se arrependeu?] Ah, porque para vender aqui agora, vish, vai ser difícil... ah, eu achei aqui tudo mais difícil... **Porque lá eu não precisava depender de ninguém, eu mesma comprava minhas coisas, eu mesma ia na rua, se precisava comprar uma rupa eu mesma ia, comprava... agora aqui já é mais difícil, mais longe né... Depender de filho, tudo ainda, é muito ruim..**

Fátima, 48 anos	percepção de “morar longe” medida pela velocidade, não pela distância física.
Trecho da Entrevista	
[Deixa eu perguntar em relação à distância do bairro ao centro da cidade.] Ah, eu também acho uma distância boa... tanto é que uso o transporte coletivo, mas assim, como a gente tem carro, então a gente usa bastante o carro. Eu de vez em quando uso o transporte coletivo. Então, assim, ser dono de carro não tem distância né. Mas também uso o transporte coletivo, pega aqui, acho que 10, 15 minutos está no centro, ou 20 mim. [Porque tem algumas pessoas que falam "km 7", que é longe, é distante.] Imagina... Do centro até o Ana Jacinta é muito mais longe do que do centro até aqui no "km 7". [Transporte de aplicativo você utiliza também?] Sim, eu uso bastante. [E é tranquilo para pedir? Teve alguns moradores que comentaram sobre...] Então, é assim. Às vezes de manhã ou tem certas horas da noite que é complicado, eles não querem entrar aqui... Aí é aquela coisa né, quando chove também o preço aumenta, vai lá em cima, mas isso daí é em qualquer lugar, é normal. Só tem esse problema que dependendo do horário da noite, sabe, eles já ficam meio ressabiados, eles não querem entrar aqui.	
Flávio, 39 anos	Histórico do bairro; percepção do distanciamento; mudanças ao longo do tempo
Poucas pessoas vão mora aqui, né. Porque o bairro aqui é muito criticado, mas da minha parte... [As pessoas criticam, as pessoas de fora criticam aqui? Já aconteceu de falarem isso pra você?] Já. [O que que elas normalmente falam?] Eles falam que não é um bairro bom para estar, porque tudo é difícil pra mercado..., bastante coisa, entendeu? É hospital ...Tipo, é igual mesmo hoje, você pega uma ambulância aqui, é uma demora pra ambulância vir buscar. Eu acho que é mais fácil chegar se morrer, do que... O que acostuma mais a reclamar é a respeito disso daí. Mercado, farmácia, porque não tem uma farmácia aqui no bairro, entendeu? [...] [Você já chegou a usar o ônibus pra se locomover até o centro?] Já. Eu já usei muitas vezes. [E o que você acha dessa distância que tem? Porque é algo também que normalmente o pessoal fala, é o bairro longe?] Igual eu estou explicando para você, eu não tenho o que reclamar, né? Porque é o seguinte, nós já moramos em um bairro longe. Antigamente não tinha ônibus, antigamente era só perua, que pegava pra levar até na cidade, você resolver, você fazer as coisas. Hoje não, hoje melhorou bastante. Porque quem mora aqui mesmo, sabe o que já passou, entendeu? Aqui nós já chegamos até pra passar fome, entendeu? Que não fosse a Casa da Sopa que tem hoje lá em cima lá, muita gente tinha morrido aqui, entendeu? Então hoje pra mim melhorou bastante... Foi a questão do que eu falei pra você. Tem uns dois mercados, mas que quase ninguém não gosta de ir porque as coisas é... O negócio é igual eu falei, eu mesmo já passei muita dificuldade aqui, entendeu? Porque eu sou um dos fundadores mesmo. Quando eu mudei aqui tinha 20 casas de madeira. Quando eu mudei aqui, eu morava... Lá naquele lugar tem aquele pé de manga lá. Lá, a casa é nossa. [...] Então nós sabemos o que nós já passamos aqui, entendeu?	

Era água que não tinha... Quando a gente mudou aqui não tinha água, não tinha rede de esgoto. Cada um tinha sua privada que era na calçada. Então nós sabemos que já passamos aqui.

[Houve uma melhora muito grande, né?] Hoje melhorou bastante! Igual mesmo, daqui dessa rua aqui é o Morada, dessa rua para trás já é o Belo Galinho, que não existia, era tudo mato, entendeu? O bairro morria aqui nessa rua. O final da rua do Morada é essa daqui, que é a Rua 1. Então da rua de trás ali já é o Belo Galinho, o Francisco Belo Galindo. Então já não tinha nem ele, era tudo mato.

Então... o que nós já passamos aqui... Hoje, é igual eu estou falando para você, eu não tenho que reclamar do bairro, entendeu?

Eu falo para muita gente que não fosse aquela Casa Sopa lá em cima, um monte de gente já tinha morrido. Eles serviam a sopa, eles davam um baldinho de sopa e seis pão. Era dia de terça e quinta que pegava aquela cala sopa. (Flávio, 39 anos)

[...]

Então aqui, antigamente, as turmas dava o terreno. Dava o terreno por 100, 200 reais. Ninguém queria morar aqui. Falava de vir aqui morar no Km 7, ninguém queria morar aqui...

[Por quê?] Porque era longe né, muito... Entendeu?

Era um negócio de escola... que não fosse mesmo pelo Montalvão, porque o Montalvão é mais velho que o km 7... O Brasil Novo, a Alexandrina, foi criado... O km 7 era só pasto, aí depois que veio crescendo, veio evoluindo, com o Mauro Bragato, Agripino, que doou isso daqui... Porque a maioria dos terrenos daqui para cima, é tudo doado. Quem que é dos fundadores mesmo do bairro aqui, os terrenos, igual mesmo o nosso lá, aqui foi doado, aí meu pai trocou daqui com aquele lá.

Carla, 35 anos

a mobilidade urbana medida pelo tempo não pela distância.

Trecho da Entrevista

Ah, é bom, só dia de domingo né, quem pega ônibus sempre reclama.

[..]

[Normalmente você usa bastante o ônibus?] Não, eu não uso. Mas minha filha mais velha usa, porque ela trabalha durante o dia, então ela pega 7 horas da manhã, aí vai para o centro, trabalha, pega 5 e meia da tarde, volta toma banho, pega 6 e 15 da tarde para poder ir para a escola e pega o último de 11 horas para poder vir para casa. Então ela que é mais assim, usa bastante.

[...]

[E em relação à distância do bairro ao centro da cidade? Você disse que antes achava longe, agora acha perto?] Eu acho, porque não sei (risos)... acho que antes é porque eu não tinha carro. Eu não tinha habilitação, não tinha nada, depois que a gente foi conquistando, agora eu acho perto, de carro é bem mais fácil. Mas a Ana (filha mais velha) chega bem cansada, ônibus lotado, então eu vejo o sacrifício dela.

Eu acho perto porque tenho como ir de carro, mas eu sei que para quem trabalha, pegar ônibus é cansativo, porque é longe né... Chegando lá no centro, muita gente não trabalha lá, trabalha em outros bairros, tem que pegar outros ônibus...

[E o ônibus é direto né?] Só dia de domingo que para e no sábado dá uma falhada, né. Então é bem difícil.

TEMA: INFRAESTRUTURA URBANA (equipamentos, bens e serviços)

Dora, 60 anos	coleta de lixo; insegurança.
Trecho da Entrevista	
[E como funcionam os serviços públicos? Por exemplo, coleta de lixo, eu vi que tem alguns entulhos aqui na frente, lá para baixo...] Mas é porque as pessoas que moram ali, jogam lá, atrás dali.... Igual essa madrugada, colocam lá... O menino que tem cavalo, você viu que tem um sofá lá? Então ele pôs tudo junto lá [Mas normalmente vem coleta? Não fica juntando?] Não... não vem não. Só se ligar, e demora... [...] [E segurança aqui?] Segurança... (gesto negativo com a cabeça). [Tem ronda por aqui?...] Não, ronda de polícia só vai ali (aponta para a direção do final da rua) ... vem aqui, mas só vai ali... na “biqueira”, né... aí vão lá. Mas assim, tem um rapaz que passa aqui “assobiando” com a moto, mas isso aí também não vale de nada... Por que o bairro está (movimento negativo com a cabeça) ... [Mas você considera aqui um bairro seguro?] Bom... é por que eu já nasci aqui, criei aqui, já conheci todo mundo... então, por esse motivo... entendeu né? [Hoje em dia é difícil dizer que lugar é seguro?] Menina né... hoje em dia não tem lugar mais que é seguro. Dentro do condomínio fechado também tem né, concorda? Eu tenho parente que fala.	
Juliane, 54 anos	falta de manutenção das infraestruturas básicas; insegurança.
Trecho da Entrevista	
Precisa mesmo. Trocar a iluminação do escadão. Tem que ter uma luz bem clara e eles precisam podar as arvores a onde está a luz, se não troca “seis por meia dúzia”, não adianta. Então eles tem que fazer a podar da arvore no local onde eles vão trocar a Luz. E a agente precisa exigir, porque a gente paga, a gente paga a luz da rua. Precisamos exigir que eles arrumem, a manutenção do mato durante uma vez por mês, pra mim seria bom e trocar essas luzes. [...] [E em relação aos equipamentos públicos, escola, posto de saúde? Posto de saúde tem aqui, a gente pertence ao Jardim São Pedro, também pode ir aqui no Vila Marcondes, então para a gente está bom, porque tudo tem que passar por eles. [...] [E segurança aqui?] Passa uma ronda.... Eu não tenho o que reclamar da segurança... (Risos) Aquelas lá de preto e branco que vai ali (aponta para uma casa distante, que anteriormente comentaram que tinha sido invadida). Só passa para ir ali. Tem uma direção específica. Mas eu não sei o que está acontecendo com isso, porque essa parte da segurança a gente fica a “haver”. Parece que a gente não tem chave nem cadeado... porquê agora está uma moda de todas as casas estão sem ninguém morando, eles invadem... aí eles fazem gato de luz, ninguém corta... Agora vai a gente ficar dois dias sem pagar a conta que venceu... aí eles vem. Por que não regulariza? Eles tem aquele auxílio “não sei o que”, fizessem uma mudança de titularidade, colocasse água, luz, para mostrar que eles também estão querendo uma vida nova, tá entendendo? Porque até então ninguém fala nada. ... É só eles não mexer com a gente, que ninguém mexe com eles... Mas eles não têm responsabilidade, aí a polícia deixa assim, o prefeito deixa assim, todo mundo deixa assim e é isso aí. A gente tem que praticamente se “aliar”, para não fazerem nada com a gente. Isso não é correto, mas agora vai falar isso para eles. Eu vou falar para você, eu era apoiadora do Ed Thomas e do Isaque Silva, mas quando a gente precisa ninguém aparece, já falei isso para ele. Já falei que quando precisar de mim, eu vou querer estar na frente da televisão, vou xingar você de “cabo a rabo”...	

[Só aparecem para pedir voto? Só na hora de pedir voto.]	
Henrique, 55 anos	equipamentos e serviços públicos "funcionais"; insegurança no trânsito.
Trecho da Entrevista	
[E em relação às infraestruturas, asfalto, calçada, iluminação?] As calçadas não são boas... mas são ainda, assim ainda, práticas né. Essa rua, parece uma avenida, o fluxo de carro é muito alto. Eu acho que ela deveria ser mão única. Que mais... em relação ao resto, acho que está tudo dentro da normalidade. [E os equipamentos públicos, como escola, posto de saúde, o senhor utiliza? Eles funcionam bem?] Sim, utilizo! Tem um posto muito próximo daqui também, a quatro quarteirões... tudo pertinho. [E os serviços públicos, coleta de lixo, segurança, transporte coletivo?] Bom, o serviço público do município na gestão passada não foi legal... A gente espera mudanças. A gente compreende que a prefeitura teve seus problemas... o que deixou a desejar. Mas a coleta de lixo é pontual, você tem assim, esses serviços públicos que não são dos melhores, mas são funcionais. [Aqui funciona bem então?] Funciona bem.	
Cátia, 65 anos	falta de manutenção constante; falta de segurança no bairro.
Trecho da Entrevista	
[E em relação a infraestrutura aqui do bairro? Asfalto, iluminação?...] A iluminação agora melhorou, faz uns oito meses mais ou menos que trocaram as lâmpadas pelas de led, porque antes era bem escura as ruas... Mas elas estão cheias de buracos também né, não está tão legal não viu... precisa melhorar mais viu, bastante... [Não tem manutenção constante?] Não, não tem, varredor de rua então, principalmente... Ontem mesmo passou um homem carpindo aqui, mas carpiu de um jeito... Se eu for carpi eu faço melhor (risos), ele deixou cheio de mato, se você olhar ali dá para ver. Mas assim, falta muita coisa. [E coleta de lixo?] Segunda, quarta e sexta tem. [E sobre a segurança?] Olha... teve um tempo que era pior viu... teve um tempo que era bem pior. E eu não posso reclamar porque nunca mexeram aqui. Minha grade era baixa até pouco tempo e nunca tive problema, graças a Deus. [E o transporte público?] Tem a circular. [Passa regularmente?] É... agora diminuiu, é de hora em hora, eu acho. Eu não pego muito, tem carro aqui... eu sempre dirigi, agora que estou mais parada. [E você também já chegou a comentar sobre alguns equipamentos públicos também, como escola, a senhora comentou que seus filhos estudaram aqui por perto né, posto de saúde também tem...] Tem sim, é bem pertinho. Inclusive hoje vou levar minha neta para tomar vacina, funciona bem o posto de saúde. Fica ali na rua Bahia, logo ali, bem pertinho.	
Sofia, 28 anos	Falta de manutenção e reformas mal feitas, os serviços do bairro funcionam bem; insegurança; falta de lazer.
Trecho da Entrevista	

[E o que você acha das infraestruturas aqui do bairro? Por exemplo, os asfaltos das ruas, calçadas... se existe uma manutenção constante...] Não, não existe manutenção não... A rua é desse jeito, teve uma reforma ali, mal feita, mas fizeram... mas mesmo assim a rua continua dessa forma.

[E sobre os equipamentos, posto de saúde, que tem aqui perto, escola...] Sim. A escola é ótima, porque tem perto. O posto de saúde também tem perto, mas não é de qualidade boa né, o atendimento é regular, não é ótimo.

[Tem área de lazer aqui?] Tem sim. Tem o parquinho li em baixo, tem uma pracinha também, aqui em cima.

[Deixa eu perguntar sobre as infraestruturas como boca-de-lobo, o meio fio, quando chove eles funcionam?] Funcionam certinho. Aqui pelo menos, nesse bairro, funciona certinho. A chuva desce ali, tem o bueiro ali embaixo, nunca alaga.

[E a coleta de lixo, iluminação?] Sim, é boa também. Iluminação eu não tenho o que reclamar, nenhuma luz dessa rua está faltando. Os coletores também são ótimos, passa certinho, nunca deixou de passar.

[E a segurança?] Ótima viu. Eu não tenho o que reclamar daqui do bairro, nunca teve nada de ocorrência ou de nada aqui. Eu gosto, é tranquilo aqui.

[Só para mim entender, o bairro só peca em algumas manutenções, por exemplo...] Asfalto, calçadas, essa vias das calçadas todas quebradas...

[Lá no parquinho que você comentou também?] No parquinho não, ele deixa a desejar por causa do mato né. Ali cobre muito mato... falta de manutenção do parquinho também, sabe, dos brinquedos... seria bom ter manutenção ali.

[Conversando com alguns outros moradores, alguns comentaram que o caminho que vai para o centro, o “escadão”, está com muitos problemas... questão de iluminação, mato...] Ah sim, lá para cima sim. Lá para cima a coisa é louca. Fica muito usuário lá também, por causa do escuro... é meio perigoso subindo lá para cima.

[Por aqui já é mais tranquilo?] Aqui em baixo é mais tranquilo, porque a rua é tranquila, tem o parquinho ali que é bem iluminado... mas lá em cima no “escadão” que sobe para a Mendes é perigoso. Fora o mato também ali né, cresce e eles demoram horrores para poder ir podar, então ali fica bem difícil, principalmente a noite, bem perigoso.

Márcia, 65 anos

pouca presença policial; aumento de usuários de drogas.

Trecho da Entrevista

[E questão de segurança aqui?] Não acho bom segurança aqui, não. Difícil é ver a polícia passar... Eu tenho até medo de falar que eu moro sozinha, tem problema? [...]

Eu tenho medo porque aqui era um bairro mais calmo, né? E agora parece que tem mais... É esse pessoal que usa droga, essas coisas.

Sonia, 61 anos

falta de policiamento; falta de coleta de entulho; abandono por parte da prefeitura.

Trecho da Entrevista

[A senhora vai no postinho aqui?] Vou!

[E o atendimento lá é bom? É rápido?] Eu não tenho o que reclamar não. A médica é muito ótima, viu.

[E quando precisa de um atendimento mais especializado? Eles fazem encaminhamento?...] Eles chamam a ambulância e mandam a gente lá para o UPA, casos que eles não podem resolver.

[Aí a ambulância vem buscar?] Vem. Se ela fosse resolver, ela já resolveria ali. Essas doencinhas, essas dorzinhas, ela (a médica), passa remédio.

[E o CRAS? A senhora costuma ir lá?] Eu vou lá e faço ginástica. Na casa da sopa eu também faço, nós vamos começar agora o mês que vem agora.

[Mês que vem vai começar a ginástica? Lá no CRAS ou na casa da sopa?] Nos dois lugares. Porque lá eu faço dia de terça e no CRAS eu faço na sexta e tem bordado, que é na quarta-feira.

[Vai bastante gente?] Ah, vai sim, bastante pessoas idosas. Na ginástica também vai.

Oh, eu senti falta sabe do que, esses dias (risos), eu fui tomar um banho para mim ir na missa, eu entrei no banheiro, tomei meu banho bem tranquilo e depois eu não vi mais nada, cai dentro do banheiro. Assim na pia, eu bati isso daqui (aponta para a lateral do braço), olha meu braço como está. Ai eu fiquei esses dias sem fazer ginástica... eles falaram que não podia...

Ai meu filho pegou o carro, e correu comigo lá para o UPA, chegando lá no UPA, falaram que "agora a senhora vai lá para aquele hospital, o HR".

[...]

[E a coleta de lixo?] Está boa também. Está ótima.

Vizinha: **Aqui a gente precisava era de um varredor... porquê aqui está abandonado.**

Abandonou filha... depois dessa entrada do prefeito ai né... Quem sabe as vezes vai arrumar né filha, dá uma esperada né. Porque agora é outro prefeito né... o Ed Thomas não fez quase nada não.

Vizinha: Para nós ele não fez nada.

[Não teve manutenção aqui no bairro durante esse tempo...] Isso é verdade.

[E segurança aqui?] Ah... eu vou falar a verdade para você. Segurança aqui só é Deus, para olhar nós.

vizinha: **aqui é bem abandonado.**

É, aqui é bem abandonado. Aqui, eu vou falar a verdade para a senhora, passa polícia quando solta os presos. Solto os presos, você vê polícia toda hora... dá até de encontro. Agora, acabou... prendeu eles, acabou.

Você vê polícia de vez em quando, quando tem uma briguinha. Mas tem que ter briga bem forte mesmo, para eles vim. Essas briguinhas de bêbados aí, eles nem aqui vem.

Falta policial... a coisa mais difícil é você ver eles a noite, passando, olhando a rua.

[E coleta de entulho? Vocês ligam e eles vem?] Você quer falar assim de sofá velho, guarda roupa...?

Vizinha: É difícil eles virem.

É difícil... quando é, eles mandam avisar, "tal dia nós vamos passar nessa rua, tal dia vamos nesse bairro".

Valéria, 40 anos

melhoras ocorridas no bairro.

Trecho da Entrevista

[E o que você acha, por exemplo da escolinha, do posto de saúde...] É muito boa!

[Os seus filhos frequentam ali? É período integral ou meio período?] Estuda! É do 12h as 17h... O meu outro é marmanjo, vai fazer 20 anos.

[Ah, mas então ele já terminou a escola (risos). Mas ele estudava aqui também?] Estudava. Foi o primeiro aluno que estudou aqui do bairro.

[É mesmo? Inaugurou quando a escola?] Ai... deve ter uns 15/ 14 anos que tem essa escolinha aqui no bairro.

[Eu imagino que tenha ajudado bastante né...] Ajudou. Mas estuda só até o 4º ano. Ai chega no 5º ano e manda lá para o Montalvão, as crianças tudinho.

[...]

[E o CRAS, você frequenta?] Bastante.

[Você participa das atividades?] Às vezes quando tem eu participo.

[Quais atividades?] Às vezes a gente vai fazer aula de zumba, capoeira... agora tem esses negócios de artesanato de tela e pintura e as mulheres mandaram eu fazer mês que vem, em fevereiro. Fazer as atividades é tão gostoso.

Distrai a mente.

[E na questão do asfalto, calçada e iluminação... como é aqui no bairro?] É bom... Antigamente era só terra vermelha mesmo, poeirão.

Caminhão de pipa, porque não tinha água.

[...]

[E deixa eu perguntar também sobre coleta de lixo, transporte público.] O ônibus dia de domingo não passa... Só até dia de sábado.

[E os horários? Acha que são bons?] Não, antes era melhor... era toda hora, agora é de duas em duas horas. Reduziu bastante o horário do "buzão".

[E a coleta de lixo? A limpeza do bairro?] Quem faz é os meninos da Prudenco, os coletor de lixo. Agora quem varre a rua é a gente mesmo, é os moradores que se viram com as calçadas. Os dois senhores que faziam isso, mas já estão tudo aposentados...

[Eles vêm regularmente recolher o lixo?] Vem dia de terça, quinta e sábado... Tudo certinho, só dia de feriado que eles não passam.

[Os entulhos maiores, tem que ligar para recolherem?] É aquele "ecoponto" que eles falam.

[Eles vêm rápido ou normalmente demoram?] Eles demoram uma semana... Ai começou a entrar bicho dentro das casas... na minha eu já nem falo, dá até medo.

[Acontece disso? Dos bichos...] Osh... pegou um aqui, outro aqui (aponta para partes do corpo)... escorpião.

Eu estou viva hoje por milagre de Deus, mas quase fui para o "beleléu". Ela (Maria, a vizinha) viu que eu fiquei toda inchada, minhas mãos, meus braços, andando na rua.

[Nossa, e mesmo ligando, reclamando, eles demoram para vir recolher os entulhos?] Demora uma semana. Porque tem que recolher de Prudente inteiro.

Maria (vizinha): o povo fica jogando lixo, sofá velho.. tudo no meio do mato...

[Eu tinha conversado também com uma moça ali da esquina e ela comentou sobre o mato alto que também atrai muito bicho para dentro de casa né.] Lá em casa antes era ratazana, barata... agora é só escorpião, toda semana. Não sei como não picou o menino (ela aponta para o filho mais novo dela)

[E a iluminação aqui?] É boa, é bem clarinha a luz. Antes era tudo um breu, mas agora a Energisa arrumou tudo, agora ficou gostoso para andar na rua.

[Quando queima, você ligam e eles vêm direto ou demora um pouquinho?] Demora um pouquinho... Agora, quando apaga e chove... da medo.

Uma vez, já destelhou uma casinha minha lá em cima, fiquei até com trauma.... caiu tudo as telhas, o outro caiu dentro do berço cheio de pedra de gelo e granizo do céu, caindo as pedronas...

[Eita... Quando chove aqui, costuma encher de água?] Bastante filha... ai os bichos começam a sair, da até nojo.

[Mas são as bocas de lobo que não aguentam a quantidade de chuva ou por causa de sujeira que entope?] Tudo junto... os boieiros são todos abertos aqui...

[Eles não vêm limpar?] Não, não. Quem fazia isso era os meninos do Montalvão, que era os ex-presidiários, mas agora não faz mais.

[Faz quanto tempo que eles pararam?] Faz uns dois anos quase.

[Desde disso, são os próprios moradores...] Que tem que se virar, cada um com o seu cantinho! Eu e ela (a vizinha) que todo dia vem limpar aqui essa pracinha, para varrer aqui na frente.

A pastora fala para a gente colocar uma rede, fica tão gostoso, é fresquinho.

Maria, 68 anos

Infraestrutura "muito boa".

Trecho da Entrevista

[O que a senhora acha das infraestruturas do bairro? Por exemplo, o asfalto, a iluminação...] Ah, muito bom, a iluminação é boa...

[Não tem nenhuma lâmpada queimada?] Quando queima, eles veem e troca.

[E coleta de lixo, segurança, ônibus?] Coleta de lixo eles assam três vezes na semana, da para as pessoas por o lixo tudo certinho.

[E a segurança aqui do bairro?] Tinha um homem aqui, que passou perguntando se a gente não queria pagar para eles cuidarem da casa da gente, mas ele queria 30 reais de cada família, mas o povo daqui ninguém quis não.

[Ele é particular né. E polícia, passa aqui?] Polícia passa direto ai, direto. Por causa que o povo fala que tem muito bandido, não sei o que, então a polícia passa direto, entendeu.

[E o transporte público? A senhora utiliza?] Muito difícil... quando vou para a cidade, eu vou com meus filhos. De ônibus mesmo acho que foi umas duas vezes com a Valéria, umas duas ou três vezes só.

Fátima, 48 anos	Serviços básicos bons.
Trecho da Entrevista	
[Tudo que precisa, você tem aqui? Mercado?...] Tem, mercado, só não tem farmácia. Mas tem escola, a escola é boa. Inclusive minha filha estuda na escola né. [Posto de saúde?] É, posto de saúde é bom, na medida do possível é bom. Ai tem o parquinho também que é... quando não está o mato alto né, ai tá tudo bem... (risos). Mas é gostoso, eu gosto do bairro. [A manutenção do bairro aqui é constante? Por exemplo, do mato, coleta de lixo...] A coleta de lixo, assim, só em dezembro que deu, ... acho que foi em todos os bairro..., uma parada, acho que ficou um dia sem vim. No dia que era para recolher o lixo não recolheu, aí foram recolher só depois das festas, então... De resto tudo bem. Ah, e o mato do parquinho, às vezes demora para vim fazer. [E a infraestrutura aqui do bairro? Por exemplo, asfalto...] Sim, o asfalto é bom. [Tem manutenção quando abre buraco?] Sim, tem. [Calçadas, iluminação?] A iluminação pelo menos aqui da minha rua é boa. Agora, tem algumas ruas ai, que às vezes são escuras, mas aqui a gente, quando está escuro, meu marido mesmo já começa a "infernizar" lá, liga todo dia, fala para os vizinhos ligarem, e ai eles vem resolver. Pelo menos na minha rua, mas tem ruas ai para cima que a iluminação, nossa, já tem quase anos que está..., mas não sei se é os moradores que não... Mas aqui na minha rua mesmo a gente cai em cima. [Quando vocês ligam eles demoram? Ou eles já vem na hora?] Não, demora um pouquinho, mas é coisa de uma semana, no máximo... mas eles vem resolver o problema. [E o transporte coletivo?] Ah... o transporte coletivo, só no... mas acho que é em todos os lugares, em todos os bairro, chega final de semana, feriado, da uma reduzida né, mas... [Os horários você acha que atrapalha?] Bem, para mim os horários são bons. [E a segurança aqui no bairro?] De vez em quando, de vez em nunca passa uma viatura aí (risos). [Mas como você acha que a segurança aqui no bairro está ?] Está de boa...	
Flávio, 39 anos	Dificuldade de acesso.
Trecho da Entrevista	
"Eles falam que não é um bairro bom pra estar, porque tudo é difícil pra mercado... É hospital. Tipo, como eu moro, você pega uma ambulância aqui, é uma demora pra ambulância vir buscar. O que a maioria reclama é respeito a isso daí. Mercado, farmácia, porque não tem uma farmácia aqui no bairro, entendeu?".	
Carla, 35 anos	falta limpeza e manutenção do bairro.
Trecho da Entrevista	
[Certo, E em relação a infraestrutura do bairro? Por exemplo, asfalto, calçada, iluminação...] Ah melhorou muito. Eu quando mudei para cá, antigamente, eu morava numa casa alugada, até terminar aqui. E quando a gente terminou aqui, como é de esquina o bueiro, sempre enchia de água a minha casa. Então eu perdi muita coisa... foram uns três anos assim, que eu perdia móveis, perdia tudo. Aí veio TV Fronteira, veio Band, tudo aqui, para fazer entrevista. Então tipo assim, agora, eu posso falar que chove e eu fico tranquila. Então melhorou muito o bairro. Tanto quanto asfalto, iluminação, quanto também se você precisar de alguma coisa para poder ir no mercado, aqui tem mercadinho. O postinho aqui também é bem acolhedor, eu tenho uma filha autista e todo o meu suporte	

vem de lá, do CRAS também.

Nisso, eu não tenho o que reclamar daqui! Eu gosto muito mesmo de morar aqui hoje.

[É questão de, por exemplo, manutenção, quando queima uma luz, ou abre algum buraco no asfalto, para recapear a rua?] Demoram um pouco, demora... Esses dias mesmo, eu acho que uns 20 dias atrás o bueiro estourou ali e ficou mais de 15 dias aqui, tipo, o esgoto, a céu aberto. E a gente ligando, tudo... teve se eu não me engano, mais que sete protocolos, só de pessoas aqui da rua ligando, porque o cheiro estava bem insuportável.

[Você já comentou, mas eu gostaria de falar mais sobre os equipamentos aqui do bairro, como o posto de saúde, o CRAS, a escola... você frequenta, como eles são?] Sim, minha filha mais velha está com 17 anos, ela terminou aqui o fundamental, agora ela está lá no Montalvão, então tipo assim, desde quando abriu a creche ela começou aqui, começou no Cidade Escola, que aí já veio para cá o Cidade Escola. Então tipo assim, ela pegou todo o fundamental dela foi aqui, eu mudei daqui um ano, em 2020, porque meu marido mudou de setor de emprego, foi morar em Regente e voltei de novo para cá, depois de um ano voltamos para cá e continuamos aqui.

Então assim, a escola, o CRAS, o posto, também não tenho do que reclamar, porque todo o meu suporte vem de lá. Eu tive bastante complicação na minha segunda gravidez, e minha filha é autista e deficiente auditiva, então tudo que eu precisei o postinho sempre me acolheu, o CRAS também. Então, eu mesma, particularmente, como moradora aqui do bairro, não tenho o que falar sobre o posto, o CRAS, a escola também, ela tem um suporte ótimo lá, que ela estuda, não tive que mudar ela de escola... então ela tem tutor, ela interprete lá, ela tem tudo que precisa ela tem ali, graças

[Que legal! A escola estadual mais próxima é?...] É a do Montalvão.

[Sua filha estuda lá?] Isso, minha filha mais velha estuda lá.

[E normalmente ela vai de ônibus?] Ela vai de ônibus! O ponto de ônibus é em frente de casa, ela pega aqui e já desce aqui (risos).

[E os serviços aqui do bairro? Coleta de lixo, segurança, transporte coletivo...] Ah, é bom, só dia de domingo né, quem pega ônibus sempre reclama. Coleta de lixo também, não tem muito o que falar.... recicláveis eu também junto, porque eu separo, aí o menino ali da frente pega, então é bem assim... não tenho que falar muito.

[E a segurança?] A segurança é um pouco precária, né. Mas assim, eu acho que é em como todo bairro, né... medo a gente tem... tá tudo certo.

[Alguns moradores comentaram que aqui não tem varredor de rua.] Não, não tem mesmo. Aqui mesmo olha, se você observar foi o menino ali da coleta, do reciclado, que veio e fez (roçar o mato), porque estava vindo cobra, escorpião, entendeu, tudo para cá..., porque querendo ou não, por mais que tenha rua ali, vem bicho para cá, né. Então ele viu que estava perigoso, aí juntaram todo mundo lá, não sei se fizeram uma vaquinha, acho que para a gasolina, porque tem que usar por conta lá do aparelho, aí veio ele e a esposa dele e o filho dele e roçaram aí, perto do ponto.

[Também reclamaram do parquinho que o mato está bem alto.] É o parquinho lá, a neném nem está mais indo lá também. E é assim... fica assim.

TEMA: O QUE GOSTA NO BAIRRO

Dora, 60 anos

memória afetiva; facilidade de locomoção.

Trecho da Entrevista

É, na Vila Iti. Eu nasci e criei aqui... na vila.

Minha família é daqui.

[Entendi. Aí você quis ficar mais perto da família. Foi por causa disso?] Isso. E também porque **eu gosto do bairro, porque é próximo ao centro**

[...]

[Quando você fala sobre morar aqui na Vila Marina, ou até mesmo existe a questão de morar “para baixo da linha”, você sente algum constrangimento em falar sobre, por as pessoas receberam essa informação, dessa maneira?...] Não... **eu gosto da Vila Marina, não vou mentir, eu nasci e criei aqui, então eu não tenho... Os outros falam mal, mas eu não ligo (risos), e ainda é próximo ao centro, aqui pertinho, só andar ali.**

Juliane, 54 anos

bom convívio com a vizinhança.

Trecho da Entrevista

O que eu mais gosto?... É de ficar dentro de casa, não tem nada fora.

[Gosta da sua casa?] Gosto. **Gosto da minha casinha.** Aqui do lado de fora que eu gosto é de ir na sorveteria ali, tem uma bandeja que você come mais de 700ml e paga 15 reais. É o que tem de bom aqui, a sorveteria.

[...]

[Então... se você pudesse, mudaria de bairro?] Não.

[Por que?] Porque tenho a minha Dora (vizinha e dona da casa onde foi feita a entrevista) aqui, e também para ficar fazendo novas amizades a gente não conhece o comportamento da pessoa, não conhece a índole. **Quando você já pega um carinho pelo lugar...** Agora que tem criança aqui, essa rua não tinha criança, então é uma coisa mais tranquila, né? Tem umas coisas chatas, mas aí o que eu faço, me tranco dentro de casa.

Henrique, 55 anos

facilidades ao bens e serviços urbanos que o bairro oferece.

Trecho da Entrevista

[E o que você mais gosta e o que menos gosta aqui no bairro?] No bairro?... Eu acho que ele tem um comercio bem pequeno, mas é prático, é bom. Eu tenho a padaria do lado, eu tenho o gás aqui do lado, tem a farmácia aqui na frente, tem o mercado aqui perto... Então assim, **além de ser um bairro praticamente no centro da cidade, porque eu vou andar quatro quarteirões e eu estou no centro... Por isso eu gosto dele.**

[E tem alguma coisa que você não goste?] No bairro aqui.... ah não tem nada assim que... índices baixos de assalto, violência quase nenhuma... Eu não tenho o que reclamar do bairro não.

[...]

[Quando você fala que mora aqui, te gera algum constrangimento? Ou é o contrário?] Nenhum, **dá orgulho de morar aqui. Eu falo com orgulho, é quase centro, então...**

Cátia, 65 anos

Trecho da Entrevista

[...] os vizinhos são todos de mais tempo, é... tem tudo pertinho da gente, é muito próximo ao centro, sabe, tem farmácia, mercadinho, açougue, tudo pertinho, as escolas, sempre perto para as crianças estudarem. [...] [A senhora tem vontade de mudar de bairro?] Ah... eu gosto muito daqui, não sei se mudaria não... [Cresceu aqui, a família toda perto né?] Sim, eu cresci aqui, a família é toda perto, eu não mudaria não. Tem a igreja que eu frequento que é pertinho também. Eu não mudaria não viu.	
Sofia, 28 anos	
Trecho da Entrevista	
[O que você mais gosta e o que menos gosta no bairro?] A tranquilidade (risos), aqui é muito calmo! Na onde eu morava era um pouquinho agitado, mas aqui é mais calmo.	
José, 76 anos	
Trecho da Entrevista	
Eu gosto daqui. Aqui é pertinho da cidade, sobe três, quatro quarteirões e já está na cidade.	
Luíz, 32 anos	a distância como principal ponto de contestação.
Trecho da Entrevista	
[o que você mais gosta e o que menos gosta aqui no bairro?] Aqui eu acho um bairro tranquilo para morar... não vejo nada de... saio cedo, volto cedo do trabalho... ruim mesmo é o barulho só. [É um bairro tranquilo? Calmo?] É, questão de segurança é tranquilo. [...] [E se você pudesse, mudaria de bairro?] Mudaria por causa da distância da cidade, do centro, entendeu. Mas não por conta do bairro, eu acho bom morar aqui, o ruim é só a distância, eu acho muito longe do centro.	
Sonia, 61 anos	sentimento de pertencimento “meu lugar”.
Trecho da Entrevista	

[O que a senhora mais gosta e o que menos gosta aqui no bairro?] Eu vou ser sincera, **eu gosto da minha casa!** Aqui do bairro eu não gosto muito não, porquê é muito bagunçado... Agora que quietou um pouquinho, agora deu um descansinho. Agora, da minha casa eu gosto, porquê eu já estou de idade, né... para onde eu vou... Se mais tarde, os filhos não quiserem a gente, vai jogar a gente em um asilo...

[...]

Mas sabe o que é, **a gente tem que gostar do lugarzinho da gente**. Não adianta eu ir daqui para lá... sair daqui e ir para outro lugar, o barulho é o mesmo, fazer o que... nós somos pobres, temos que ficar no nosso lugarzinho mesmo, que Deus deu para nós, a casinha para nós. Lá ela não chove, se faz frio nós colocamos mais um pouquinho de coberta para esquentar, pronto, esta ótimo! Saúde, graças a Deus, durmo bem, se estou doente, porque eu tenho diabetes né... um dia eu estou boa, outro estou bem...

[...]

[Dona Sonia, se a senhora pudesse, mudaria de bairro?] Ah não. Ficar quietinha né filha, **no lugarzinho da gente**.

[A casinha da senhora está aqui né.] É! Oh, dinheiro eu não tenho, a gente ganha esse dinheirinho, compra remédio, compra uma comidinha né, compra uma carinha para por na geladeira....

Valéria, 40 anos

Trecho da Entrevista

[o que você mais gosta no bairro?] As igrejas.

[Você frequenta a igreja aqui do bairro?] Aqui, nessa da frente.

Maria, 68 anos

Trecho da Entrevista

[E o que a senhora mais gosta?] A rua aqui tudo..., eu não tenho o que reclamar não... porque quando chove a água não entra para cá... é bom, tudo aqui. A rua até que é boa de se morar, o bairro é bom também, não tenho o que reclamar não, porquê quase não saio de casa, não sou de caçar confusão com ninguém, de brigar com ninguém, não vou na casa de vizinho quase, quem vem aqui em casa é a Valéria, que vem direto aqui em casa. Eu só vou no posto, todo mês tem que ir, para pegar remédio, ver pressão, tudo... todo mês tem que ir pesar, ver diabetes, medir pressão...

Fátima, 48 anos

foi no Jd Morada do Sol que conseguiu comprar a casa própria

Trecho da Entrevista

[você morava aonde antes?] Eu morava ali na Rua Mendes de Moraes.

[E por que se mudou para cá?] Ah, porque a gente comprou aqui né... aí a gente veio para cá.

[Certo. Onde você morava antes era alugado] É, era alugada.

[E aqui é casa própria?] Isso, casa própria.

[E o que você mais gosta e o que menos gosta do bairro?] Ah... pelo menos aqui na minha rua é tranquila. Eu gosto de tudo.

Assim, eu só não gosto no final do ano, em dezembro, véspera de natal, véspera de ano novo, aí... tem uma molecada que fica "estralando" moto, e é a única coisa que eu não

gosto aqui é final de ano.

O restante é tudo de boa, a vizinhança é boa, o bairro é bom, gosto.

[...]

[E se você pudesse, mudaria de bairro?] **Não, eu gosto daqui. Gosto daqui, do meu lugar, que eu moro, eu gosto.**

Carla, 35 anos

rede de acolhimento

Trecho da Entrevista

[O que você mais gosta e o que menos gosta aqui no bairro?] Aqui? Barulho de moto, eu odeio (risos). Mas assim, eu gosto muito que é um povo muito acolhedor aqui do bairro, eu gosto muito de morar aqui na rua, que é bem tranquila, cada um ajudando outro aqui. Então tipo assim, eu gosto muito de morar aqui, não mudaria daqui.

[...]

[Você comentou sobre essas experiências ruins que tem, principalmente com entrega, e falar que você é moradora daqui, do Morada do Sol, te causa algum constrangimento?]

Não, nenhum! Nenhum mesmo. Tanto que eu falo, eu sou uma mãe atípica e por ser mãe atípica e tem várias outras aqui no bairro que a gente se une para bater um papo, aqui foi um local que eu fui acolhida, quando eu descobri o autismo da minha filha menor. Então é igual eu te falei, eu não tenho o que falar sobre o posto, sobre o CRAS, ou sobre a escola... não tenho mesmo.

[Ela tem quantos anos?] Ela tem 8, agora.

TEMA: O QUE NÃO GOSTA NO BAIRRO

Juliane, 54 anos

relacionada a insegurança e a manutenção das infraestruturas urbanas.

Trecho da Entrevista

[E o que você menos gosta? Tem alguma coisa?] Tem né... Precisava de um reajuste aqui... Eles trocaram a luz, eles precisam mais cortar aqui no escadão, aqui em cima, que o mato fica ali para o resto da vida. Ai acumula bicho, acumula “noia”. Porque tem que trocar a luz, porque elas ainda estão amarelas, trocaram todas brancas, mas lá (no escadão) ainda está amarela, então tem hora que não dá para a gente ver, é perigoso descer, é perigoso subir. Precisava de uma constante limpeza desse escadão.

Cátia, 65 anos

insegurança.

Trecho da Entrevista

[Aqui no bairro Vila Marina, quais seriam as coisas que você mais gosta e as que menos gosta?] **Barulho tem muito... essa rua é muito barulhenta e muito perigosa...**, mas assim, os vizinhos são todos de mais tempo, é... tem tudo pertinho da gente, é muito próximo ao centro, sabe, tem farmácia, mercadinho, açougue, tudo pertinho, as escolas, sempre perto para as crianças estudarem.

Márcia, 65 anos	
Trecho da Entrevista	
Agora eu acho que esse bairro tá bem assim... Não só esse bairro, Prudente tá largadão, né? Muito mato, sujeira, ninguém vai varrer rua, ninguém faz mais nada, né? Muita mal-cuidada pro dente de sujeira, né? Deveria ser mais cuidada, né?	
Luís, 32 anos	
Trecho da Entrevista	
[...]eu acho bom morar aqui, o ruim é só a distância, eu acho muito longe do centro.	
Maria, 68 anos	falta de equipamentos de lazer
Trecho da Entrevista	
[E o que você mais gosta e o que menos gosta no bairro?] Aqui é ruim, que eu não gosto muito é que não tem nenhuma academia né, na pracinha, pra gente fazer, só dá pra fazer caminhada... Ia ser bom se tivesse uns aparelhos para a gente fazer uns exercícios aqui. O do postinho é perto, até que é pertinho para a gente ir, mas não tem uma academia para a gente assim... Ali embaixo tinha, mas tiraram tudo, arrancaram tudo, naquela pracinha que tem ali...	

TEMA: PERCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADES	
Dora, 60 anos	comparação com o bairro Pinheiro, outro bairro estigmatizado.
Trecho da Entrevista	
[E ao longo desses anos, você viu se houve alguma melhoria ou não?] Não... antigamente era bom, mas hoje em dia tem muita coisa... aqui virou, desculpa a palavra, que nem o Pinheiro I, aqui virou o “Pinheiro II”. Mas apesar de que aqui é bom, eu estou dizendo porquê o que tem que falar eu digo.	
Juliane , 54 anos	divisão social interna do bairro.
Trecho da Entrevista	

[Certo Quando você fala para outras pessoas que não moram aqui que você mora na Vila Marina... que mora para baixo da linha, como elas reagem? Como você acha que elas imaginam que é aqui?] Sim... É completamente ao contrário do que você falou agora. Porque fala assim, o Vila Marina é bom... duas quadras depois da igreja, é bom, duas quadras depois da igreja Vila Marcondes, é bom, do Matarazzo, é bom... Agora você sair daqui para baixo... aí já não é, tá entendendo? A gente mora duas quadras para baixo da igreja...

["Para baixo" você fala das ruas que ficam depois dessa?] Sim, porque aqui mesmo, onde a gente mora, ninguém fala... **porque a maioria das pessoas que ganham as casinhas saíram daqui e foram para lá, então já deu um outro espaço.** Olha, o que você está vendo aqui, é segunda, terça, quarta... não tem ninguém na rua... está todo mundo velho, todo mundo sossegado.

[...]

[O que você acha da linha férrea?] Eu queria que voltasse. As pessoas ficam mais sociáveis.

Tem gente que não entendo o que quer dizer um metro... Eu moro aqui há 20 anos, mas sou paulistana, nascida e criada em São Paulo. Quando vim para cá, eu vejo que as coisas que acontecem lá, para chegar aqui demoram uns 10 anos. Aqui é 10 anos atrasado. Então a gente vem com uma outra cabeça de lá.

Paulista é meio anti social, então não falo com a minha vizinha, a gente fala só com quem quer. Só que dentro do metrô, as pessoas se protegem, fica algo mais sociável. Por isso acho que tem que voltar, as pessoas têm que socializar. Se voltasse a linha férrea ia ser muito bom.

Henrique, 55 anos

divisão da cidade; quebra de preconceitos ao longo do tempo.

Trecho da Entrevista

Quem conhece e quem frequenta sabe que é um lugar muito bom, mas eu já vi restrições de pessoas da alta sociedade de Prudente, que tudo que é da parte leste da cidade ou "além linha", eles tem restrições sociais. Mas é por lenda, porquê aqui é tão bom quanto as outras zonas da cidade, talvez até mais calma, mas tem um histórico ruim, não sei o por que...

[...]

[Em relação a linha férrea... durante muitos anos houve essa questão do "além linha", como o senhor comentou anteriormente, e hoje em dia ela está praticamente abandonada... O senhor acha que ela reflete como as pessoas enxergam do lado de cá, na parte leste da cidade?] Então, eu acho assim, se não tem funcionalidade, ela deveria virar uma avenida, ou algo do tipo... **A questão da crítica que eu disse de algumas pessoas em relação a essa área, em muito a linha férrea contribui para esse tipo de crítica.**

[Você acha que contribui? É por conta de que ela não tem funcionalidade?] **Sim... querendo ou não, é incrível como as coisas funcionam, ela é uma linha férrea, mas ao mesmo tempo ela funciona como uma linha de classificação social, um simples detalhe.**

[...]

Há um estigma realmente... mas eu acho que as coisas vão se auto corrigindo ao longo do tempo. Porque se eu for avaliar de quando eu era pequeno e dos preconceitos que havia antigamente, eram bem maiores do que hoje, então esse é só mais um a ser quebrado daqui alguns anos, né? Eu vi coisas da minha época lá que hoje são aceitáveis, mas que eram banalizadas, até criminalizados... Acho que estamos em um processo de crescimento que acho legal, apesar que muitas vezes nós somos conduzidos enquanto povo, enquanto pessoas, a um lado que a elite quer. Então quando você tem uma elite que precisa ser favorecida por nós que trabalhamos por eles, eles conseguem meio que direcionar a gente... Aí nesse caso é a questão de você entender, estudar, conhecer e saber que você tem escolhas e pode fazer diferente e não aceitar tudo aquilo que é imposto.

Cátia, 65 anos

percepção de negligência da prefeitura por ser "além linha"; expansão lenta.

Trecho da Entrevista

[Ao longo desse tempo, você acha que melhorou ou piorou?] Melhorou! Porque essa rua aqui mesmo, era tudo de pedra, antigamente, eu era pequena, mas eu vi quando mudou, minha vó morava nessa casa do lado, era tudo de pedra, melhorou.

Eu acho que melhorou, mas também acho que poderia ter crescido mais, podia ter melhorado mais. Acho que já daria tempo de ter melhorado mais...

[E por que você acha que não cresceu tanto, durante esses anos?] Ah... não sei... **Eu acho que talvez porque é “além linha” né, aí as vezes o prefeito não se preocupa muito, talvez possa ser isso...**

[Você acha que a linha férrea acaba prejudicando então?] **Eu acho que na visão do povo por aí sim. Sempre falam “além linha”, que está dividido... Mas se for parar para pensar bem, é um bairro muito próximo ao centro. Muito próximo mesmo, para ir ao centro, você subiu a “subidona”, chegou na igreja e acabou.**

Mas acho que melhorou sabe, melhorou. Bastante coisa foi feita tudo, mas acho que poderia ser melhor.

[Em relação a linha, hoje em dia ela está abandonada né...] Começou a mudar ali perto do Matarazzo, melhorou muito ali. Ta melhorando, acho que está dando uma crescida.

[...]

[Você acha então, que se melhorar a situação da linha, talvez passa a melhorar um pouco mais para cá?] Ah, talvez né, acho que poderia aproveitar, não sei... já não usam aquilo lá.... Poderiam aproveitar para fazer alguma coisa, sempre pensei assim, de abrir aquilo lá... não sei o que deveriam fazer, mas poderiam melhorar aquele pedaço ali.

[Você acha que a linha pode acabar dificultando de chegar por exemplo, comércios... por causa do abandono...?] Não sei, talvez... Mas acho que pode ser.

Sofia, 28 anos

Trecho da Entrevista

[Você acha que do jeito que a linha está, ela acaba influenciando o modo como as pessoas enxergam aqui “para baixo da linha”, como alguns comentam?] Eu acho que sim viu... eu acho que “queima” um pouco por causa da linha ali.

[Você acha também que ela pode acabar dificultando o acesso de serviços e oportunidades de melhorias?] Ah com certeza, dificulta muito, porquê pensa, onde tem esse pessoal, o que as pessoas vão querer fazer para cá?... não vai. Eu mesma, se não morasse, se não conhecesse, eu não gostaria nem de passar perto... eu acho que causa um pouco de transtorno mesmo.

Márcia, 65 anos

O bairro não evolui apesar da proximidade com o centro, falta de investimentos/ações da prefeitura.

Trecho da Entrevista

Esse nosso bairro aqui, você vê, ele é próximo do centro, ele não evolui.

[...] Agora você vai na linha com uma sujeira de bexiga, com um regaço

[...]

A prefeitura veio limpar aqui e eu falo assim, uma vez, um homem veio aqui e eu falei, ‘ponha vocês que é da prefeitura e faz essas academias da prefeitura’, né? Um negócio assim, eles não fazem nada... Não fazem nada aqui.

[Você acha que piorou aqui?] Ah, eu acho, menina, eu acho que sim. Acho sim, sabe por quê? Quando eu era mocinha aqui era tudo casa, ó. Tudo casa, eu lembro.

Tudo bem, quando eu vim morar aqui não era nem asfaltado, mas era casa aí, a prefeitura, acho que foi na época do Constantino, não sei qual que era, não... Eles compraram essas casas a preço de custo pra deixar isso daí, ó... Essa escada aí, que é um regaço, eu acho um regaço, que vive suja, arregaçada.

Então era melhor a casa, não era? Você pode ver aqui um terreno que era uma casa que tem o muro dela, tem a escada que subia lá pra cima... pra deixar essa bagunça aí.

Sonia, 61 anos	dificuldades iniciais de moradia; necessidade de adaptar a rotina de trabalho pela falta de infraestrutura e distância.
Trecho da Entrevista	
Aqui era para ser, o Agripino fez para ser um cemitério. Como nós morávamos em um terreno da prefeitura, ai eles abriram o terreno e mandou nós irmos para cá. O que nós fizemos. Eu estava na pioneira, aí nós arrancamos as tabuinhas, aquelas tabuinhas macho fêmea, nós pegamos e fizemos o fundo lá na casinha. Dois fundos, o banheiro era de buraco, assim né. Eu saía todo dia cedo, e meu marido saía para a roça, né. Ele saía para a roça, para trabalhar, eu levantava 5h da manhã, para arrumar a marmita, eu não levava porque não gostava de comida gelada. Ai eu fui e falei assim para meu encarregado, "Osmar, você podia passar eu para a noite? Porque eu preciso mandar as crianças para a escola". Aí eu peguei e passei para a noite, para mim era mais tranquilo. Só que eu chegava só no outro dia, 7h da manhã. Eu pegava o ônibus das 6h e vinha embora para casa. Aí foi essa vida assim filha... não tinha asfalto, era um buracão, quando chovia você tinha que pegar sacolinha e colocar o pé... Teve uma vez que eu fui descer uma ladeirinha ali, caí, rolei, sujei todo o meu uniforme. Vim embora para casa chorando, que eu não queria perder o dia, ai eu liguei e peguei a mangueira, joguei a água em mim, tirei e enxuguei e vesti outro uniforme e fui trabalhar. Coloquei uma sacolinha no pé, junto com a bota. Foi até ali perto do museu, onde tinha ônibus para a gente pegar, para chegar até onde a gente precisava. Aqui era duro para viver, viu filha. [A senhora morava a onde antes de vir para cá?] No Alexandrina. No terreno da prefeitura	
Valéria, 40 anos	
Trecho da Entrevista	
[Você mudaria para onde?] Eu voltaria lá para minha terra. [Você tem essa vontade porque você nasceu lá?] É, porque eu nasci lá e meu vô morreu aqui... ai ficou uma coisa estranha, depois que ele morreu não é a mesma coisa viver aqui agora. E eu também já vi muita coisa errada acontecendo aqui nesse lugar. [Você fala em questão de...?] De gente usando droga, oferecer para criança... isso não vira não, não vira ficar nesse lugar... Aqui é muito assombrado, dá até medo... todo mundo se estranha, não é assim, comunidade boa, tranquila... É tudo paz e amor, mas cada um tem que se virar. [...] [E ao longo desses anos você acha que a mudança que houve foi para melhor ou para pior?] Para melhor! Depois que colocou asfalto ficou tudo bonitinho, mas tem que tirar as violências, porque se não, não dá não... A cabeça não funciona mais não, vish.	
Fátima, 48 anos	o estigma que perpassa a linha temporal.
Trecho da Entrevista	

[E ao longo desses anos aqui no bairro, você acha que tem melhorado ou piorado?] Ah, eu acho que tem melhorado né. Porque, tem moradores que estão aqui desde que fundou essa vila né. Eu vim para cá tem 12 anos, mas esse bairro é bem velho aqui, eu acho que ele tem mais de 30 anos aqui, então as pessoas antigas que moram aqui falam que aqui já muito ruim, por isso que as pessoas têm aquele pensamento... Eu nasci e me criei em Eneida, e as vezes a gente passava de ônibus e estava viatura, aquela coisa assim, aí o que acontecia, tinha matado alguém... entendeu? Então aquele pessoal mais velho foi eliminando... ainda tem, não que não exista, mas agora está mais maleável. Dizem que já foi muito ruim aqui né... então por isso tudo mundo tem aquela visão né, "nossa, o km 7...".

Flávio, 39 anos

melhoria do bairro, em relação ao passado, onde muitos passavam por dificuldades.

Trecho da Entrevista

“Como eu falei pra você, muitas pessoas já deixaram de dar o terreno aqui pra outra pessoa, porque é muito difícil, meu velho.”

“[...] hoje melhorou bastante. Porque quem mora aqui mesmo, sabe o que já passou, entendeu? Aqui nós já chegamos até pra passar fome, entendeu? Que não fosse a casa da sopa que tem hoje lá em cima lá. Muita gente tinha morrido aqui, entendeu? Então hoje pra mim melhorou bastante.”

“Já passei muita dificuldade aqui, entendeu? Porque eu sou um dos fundadores mesmo.

Quando eu mudei aqui tinha 20 casas de madeira. Olha só.

Quando eu mudei aqui, eu morava... Lá naquele lugar tem aquele pé de manga lá. Quando ela mudou aqui não tinha água, não tinha rede de esgoto. Não tinha nada, a privada que era na calçada. Então nós sabemos que já passamos aqui.”

Carla, 35 anos

falta de lazer; julgamento pelos de fora do bairro.

Trecho da Entrevista

[E quando você morava na Vila Marcondes e você ouvia falar sobre o Jd Morada do Sol, você imagina alguma coisa daqui?] Não, porque eu nem sabia que existia, né, Morado do Sol, Montalvão, Eneida... Eu não sabia, porque o povo de lá acostumava dizer que era um distrito muito longe de Prudente, então a gente não tinha essa curiosidade de vim mais cá, porque realmente é longe né. Agora, morando aqui que eu acho perto. Mas eu nunca tinha ouvido falar.

[...]

[Eu ia perguntar mesmo, sobre a questão do lazer] Ah, não tem né... Não tem nada aqui, e quando tem ainda é mais para final de ano. Igual, o parquinho mesmo é o único lazer ali, que as crianças tem, mas você chega ali e não dá nem para ver a gangorra... Porque tipo, está todo cheio de mato! Então não tem lazer.

O nosso lazer é assim, o povo vai e coloca a cadeira aqui na calçada, e está tudo certo.... É isso, falar que tem lugar para ir, assim, lugar para levar as crianças, não tem.

Dora, 60 anos	bandido; morte; Ipanema, zona leste
Trecho da Entrevista	
[Você costuma assistir muitas notícias no jornal... E você ouviu falar sobre o bairro, ou aqui na região? E sobre o que elas falam?] Algumas sim, eu assisto mais o jornal do meio-dia (12:00). [E na questão do bairro e da zona leste, no jornal costuma a falar bastante?] Fala sempre que acontece alguma coisa. Assim ... quando tem algum bandido e mata, igual quando teve a morte ali perto do Ipanema, não sei se ficou sabendo.	
Juliane, 54 anos	esfaqueado; assalto; roubo casa invadida; zona leste
Trecho da Entrevista	
Você costuma ler ou ouvir notícias no jornal sobre esse bairro? Ou sobre a da zona leste.] Nessa semana retrasada a gente escutou bastante, que teve um homem que ele foi esfaqueado, que um “noia” entrou para roubar a casa e roubou o relógio, o celular do homem, e foi esfaqueado. E nessa semana retrasada mesmo... a gente se comunica, e falaram que teve trinta assaltos, roubaram duas lojas ali em cima, aí a polícia vem e fica assim. Ficou umas dez daquelas motos da Rocam ali na “casa dos invadidos”. Mas não interfere em nada nosso porque ainda não entrou na minha casa.	
Henrique, 55 anos	violência; escândalo; Vila Marina
Trecho da Entrevista	
[O senhor costuma ver, ouvir ou ler notícias sobre o bairro, ou até mesmo a região da zona leste?] Não, muito pouco. Só o que sai nos jornais assim, que a gente vê. Televisivo, principalmente, porque ler não. [E normalmente o que se passa na televisão é sobre o que?] Jornais que dão notícia do que está acontecendo no geral, dificilmente tem caso do meu bairro, seja para o bem ou para o mal ... ele quase não é citado. [Normalmente é mais para o bem ou mais para o mal?] Notícias hoje, as que geram engajamento são as que são para o mal né. Tudo o que é pro bem, não engaja muito. Então, se tem alguém que comete um crime, ou algum tipo de violência ou escândalo, dá o maior burburinho, mas se você falar que as vacinas estão pertinho daqui e se você falar que a farmácia de lá tem remédio ou que a igreja “x” está ganhando cesta básica, isso não gera uma comoção como gera uma coisa que é do lado negativo.	
Sofia, 28 anos	
Trecho da Entrevista	
[Você costuma ver ou ouvir notícias aqui sobre o bairro ou aqui na zona leste?] Não... Às vezes acontece um ocorrido, como acontece lá em cima ... de uma pessoa parecer morta dentro de casa. Mas acho que foi só esse ocorrido também... [Não é frequente?] Não, não é frequente.	

Valéria, 40 anos	violência; droga; tráfico
Trecho da Entrevista	
[Você costuma ver jornal na televisão, ou ouvir rádio?....] Rádio eu não tenho, porque meu menino quebrou. É mais televisão. [Você costuma ver notícias daqui do bairro?] Muito é de violência, de droga, se tudo quanto é porcaria da vida eu escuto na televisão. [E daqui do bairro também?] Já. E normalmente é mais essas notícias?] Ahan. "Morada do Sol, foi preso tal pessoa por causa de tráfico", aí todo mundo fica atento... [São mais essas notícias negativas?] É igual na época do "bebe". Eu acho que você assistiu na época do bebe que mataram ali, ela era minha vizinha, passou na televisão, em 2021 para 2022... era para ele estar na idade do meu.	
Maria, 68 anos	polícia; bandido; droga.
Trecho da Entrevista	
[E notícias no jornal ou rádio, a senhora já ouviu sobre o bairro?] Já, já. [Normalmente é que tipo de notícia?] São as coisas que acontecem né.. polícia, essas coisas, de bandido, que prendeu, que envolveu com droga, essas coisas que a gente vê mesmo direto... Direto eu também ligo no rádio de manhã cedo, passa também falando.	
Fátima, 48 anos	roubo; tráfico; prisão
Trecho da Entrevista	
[E você costuma ver notícias sobre o bairro?] Ah sim (risos). "Prendeu menino que roubou", "Prendeu menino traficante"... mas isso daí né', cada um é cada um... [Normalmente são mais notícias negativas sobre o bairro?] É, exatamente.	
Carla, 35 anos	morte; roubo; notícias negativas
Trecho da Entrevista	
[E só a última pergunta, sobre notícias que passam no jornal, rádio, até mesmo nas redes sociais, você costuma acompanhar? Normalmente falam sobre aqui o bairro?] Ah, falavam mais, agora não muito... Mas eu costumo acompanhar sim. [Normalmente essas notícias eram relacionadas a que?] A morte... morte de jovens, sabe? Roubo. O povo roubava muito gado, né. Então era mais assim, notícias negativas sabe.	